



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PORUGAL

**ESTATÍSTICAS
DAS RECEITAS
FISCAIS**

1997

Catalogação recomendada

ESTATÍSTICAS DAS RECEITAS FISCAIS. Lisboa, 1997-
Estatísticas das receitas fiscais / ed. Instituto Nacional de Estatística. - 1989/1992- . - Lisboa : I.N.E., 1997- . -
30 cm
Anual. - Continuação de : Estatísticas das contribuições e impostos = ISSN 0079-4120
ISSN 0873-6324
ISBN 972-673-410-X

Director

Presidente do Conselho de Administração
C. Corrêa Gago

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. António José de Almeida, 2
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 8426100
Fax: 21 8426373

Composto

INE - Dep. Coordenação e Centros Nacionais

Impressão

INE - Secção de Artes Gráficas

Tiragem: 400 exemplares

Depósito legal nº. 107502/97

Preço: 3200\$00 (IVA incluído)
€ 15.96

O INE na Internet
<http://www.ine.pt>

NOTA INTRODUTÓRIA

Esta publicação apresenta a informação estatística no domínio das Receitas Fiscais relativa ao ano de 1997.

O presente volume segue basicamente a estrutura de publicações anteriores, apresentando-se organizado em duas partes: Enquadramento Geral e Quadros Estatísticos.

No Enquadramento Geral, procede-se:

- à caracterização dos principais impostos numa breve descrição do Sistema Fiscal português;
- a uma análise das Receitas Fiscais.

A parte relativa aos Quadros Estatísticos apresenta de forma detalhada a informação relativa aos principais impostos.

O INE agradece a cooperação do Ministério das Finanças que através dos diferentes organismos relacionados com este domínio contribuíram para a divulgação desta informação estatística.

Março de 2000

SINAIS CONVENCIONAIS

- ... Dado convencional
 - Resultado nulo
 - x Dado não disponível
 - " Estimativa
 - * Dado rectificado
 - 0 Dado inferior à metade da unidade utilizada
 - # Valor sem significado
- ESC Escudos

NOTA: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Para esclarecimentos sobre a informação apresentada contactar:

Departamento de Coordenação e Contas Nacionais

Serviço de Contas dos Sectores Institucionais

Dr. Miguel Alves

**Telefone 21 842 61 00
Ext. 3726**

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Nota introdutória</i>	3
<i>Sinais convencionais</i>	4
<i>Esclarecimentos aos utilizadores</i>	4
<i>Índice sistemático</i>	5

ENQUADRAMENTO GERAL

Capítulo I - O Sistema Fiscal Português

1. <i>Evolução recente do Sistema Fiscal português</i>	11
2. <i>Estrutura e composição do Sistema Fiscal actual</i>	12
3. <i>Principais impostos descrição sucinta</i>	13

Capítulo II - Aspectos Gerais

1. <i>Nível de fiscalidade</i>	45
2. <i>Evolução das principais componentes das receitas fiscais</i>	48

QUADROS ESTATÍSTICOS

<i>Fontes e metodologia</i>	57
-----------------------------------	----

Resumo dos Principais Impostos

1 - <i>Imposto liquidado e cobrança dos principais impostos</i>	61
---	----

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)

2 - <i>Principais indicadores (modelo 1)</i>	65
3 - <i>Principais indicadores (modelo 2)</i>	65
4 - <i>Rendimento do trabalho dependente e pensões, por situação familiar (modelo 1)</i>	66
5 - <i>Repartição por tipo de anexos e situação familiar (modelo 2)</i>	67
6 - <i>Repartição por escalões de rendimento bruto (modelo 1)</i>	70
7 - <i>Repartição por escalões de rendimento bruto (modelo 2)</i>	71
8 - <i>Rendimentos e imposto liquidado, por distritos e Regiões Autónomas (modelo 1)</i>	72
9 - <i>Rendimentos e imposto liquidado, por distritos e Regiões Autónomas (modelo 2)</i>	73
10 - <i>Número de agregados e rendimento colectável, por taxas (modelo 1)</i>	74
11 - <i>Número de agregados e rendimento colectável, por taxas (modelo 2)</i>	74
12 - <i>Liquidação, imposto a pagar e a reembolsar (modelo 1)</i>	75
13 - <i>Liquidação, imposto a pagar e a reembolsar (modelo 2)</i>	75

14 - Retenções na fonte sobre o rendimento do trabalho dependente, por escalões de rendimento bruto (modelo 1)	76
15 - Retenções na fonte sobre o rendimento do trabalho dependente, por escalões de rendimento bruto (modelo 2)	77
16 - Retenções na fonte sobre pensões, por escalões de rendimento bruto (modelo 1)	78
17 - Retenções na fonte sobre pensões, por escalões de rendimento bruto (modelo 2)	79
18 - Repartição das deduções, por escalões de rendimento bruto (modelo 1)	80
19 - Repartição das deduções, por escalões de rendimento bruto (modelo 2)	82
20 - Guias de pagamento recolhidas e notas de cobrança	84

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)

21 - Número e valor das declarações do modelo 22 - principais indicadores	87
22 - Demonstração de resultados	88
23 - Apuramento do resultado tributável	89
24 - Apuramento da matéria colectável, por regimes de tributação.....	90
25 - Cálculo do imposto	91
26 - Volume de negócios, por escalões	92
27 - Total de proveitos, por escalões de volume de negócios	92
28 - Total de custos, por escalões por volume de negócios	93
29 - Resultado líquido do exercício - positivo - por escalões de volume de negócios	93
30 - Resultado líquido do exercício - negativo - por escalões de volume de negócios ...	94
31 - Lucro tributável - total - por escalões de volume de negócios	94
32 - Prejuízo fiscal - total - por escalões de volume de negócios	95
33 - Matéria colectável - total - por escalões de volume de negócios	95
34 - Colecta, por escalões de volume de negócios	96
35 - IRC liquidado, por escalões de volume de negócios	96
36 - Taxas efectivas de IRC, por escalões de volume de negócios	97
37 - Volume de negócios, por classificação das actividades económicas	98
38 - Total de proveitos, por classificação das actividades económicas	99
39 - Total de custos, por classificação das actividades económicas	100
40 - Resultado líquido do exercício - positivo - por classificação das actividades económicas	101
41 - Resultado líquido do exercício - negativo - por classificação das actividades económicas	102
42 - Lucro tributável - total - por classificação das actividades económicas	103
43 - Prejuízo fiscal - total - por classificação das actividades económicas	104
44 - Matéria colectável - total - por classificação das actividades económicas	105
45 - Colecta, por classificação das actividades económicas	106
46 - IRC liquidado, por classificação das actividades económicas	107
47 - Taxas efectivas de IRC, por classificação das actividades económicas	108
48 - Volume de negócios, por distritos e Regiões Autónomas	109

<i>49 - Total de proveitos, por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>110</i>
<i>50 - Total de custos, por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>111</i>
<i>51 - Resultado líquido do exercício - positivo - por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>112</i>
<i>52 - Resultado líquido do exercício - negativo - por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>113</i>
<i>53 - Lucro tributável - total - por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>114</i>
<i>54 - Prejuízo fiscal - total - por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>115</i>
<i>55 - Matéria colectável - total - por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>116</i>
<i>56 - Colecta, por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>117</i>
<i>57 - IRC liquidado, por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>118</i>
<i>58 - Taxas efectivas de IRC, por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>119</i>
<i>59 - Guias de pagamento recolhidas e notas de cobrança</i>	<i>120</i>

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

<i>60 - Receita</i>	<i>123</i>
<i>61 - Receita da Administração do IVA</i>	<i>123</i>
<i>62 - Enquadramento dos sujeitos passivos, por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>124</i>
<i>63 - Volume de negócios, por taxa de IVA e por actividade económica</i>	<i>125</i>
<i>64 - Autoliquidação do IVA: decomposição da base sujeita a imposto, por taxas e respectivo imposto liquidado</i>	<i>126</i>
<i>65 - Autoliquidação do IVA: distribuição da cobrança bruta, por escalões</i>	<i>127</i>

Outros Impostos

<i>66 - Imposto do selo - receita líquida, por espécie de selo</i>	<i>131</i>
<i>67 - Imposto sobre os produtos petrolíferos - receita cobrada, por tipo de produto</i>	<i>132</i>
<i>68 - Imposto automóvel - receita cobrada, por escalões de cilindrada</i>	<i>133</i>
<i>69 - Imposto de consumo sobre o tabaco - receita cobrada, por região</i>	<i>134</i>
<i>70 - Imposto de consumo sobre bebidas alcoólicas e álcool - receita cobrada, por região</i>	<i>134</i>
<i>71 - Imposto de consumo sobre a cerveja – receita cobrada, por região</i>	<i>134</i>
<i>72 - Contribuição autárquica - número de contribuintes e de prédios, valor patrimonial, colecta e cobrança</i>	<i>135</i>
<i>73 - Contribuição autárquica - número de contribuintes e colecta, por distritos e Regiões Autónomas</i>	<i>136</i>



ENQUADRAMENTO GERAL



CAPÍTULO I - O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS⁽¹⁾

1. EVOLUÇÃO RECENTE DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

Até à reforma fiscal levada a cabo em Portugal nos finais de 1988, que alterou substancialmente a estrutura da tributação do rendimento, a mesma era baseada em impostos parcelares, de acordo com as diferentes fontes de rendimento, a que acrescia um imposto global de sobreposição.

Esta estrutura, que provinha já de longa data, fora mantida pela reforma fiscal anterior, que tinha lugar nos princípios da década de sessenta e que introduzira apreciáveis modificações, quer na tributação do património, quer do rendimento.

No período de cerca de 30 anos que mediou entre duas reformas da tributação directa operaram-se também profundas alterações na tributação indirecta, tendo-se igualmente introduzido modificações mais ou menos significativas na maioria dos impostos existentes.

Assim, em 1966 foi posto em vigor o *imposto de transacções (IT)*, que incidia sobre o valor das transacções, realizadas por produtores ou grossistas, sobre mercadorias produzidas ou importadas e sobre algumas prestações de serviços. Em finais de 1984, foi criado em sua substituição o *imposto sobre o valor acrescentado (IVA)*, de carácter plurifásico e sem efeitos cumulativos, tributando com carácter de generalidade as transmissões de bens e as prestações de serviços. Todavia, a entrada em vigor deste imposto só se veio a verificar em 1986.

A institucionalização do *IVA*, em 1986, implicou também a criação de dois impostos sobre a despesa: o *imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas* e o *imposto especial sobre a cerveja*, e obrigou, paralelamente, à compatibilização de outros impostos já existentes. Mais tarde, em 1992, com a aprovação da Directiva nº 92/12/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, procedeu-se à harmonização das disposições relativas ao regime geral, à detenção, à circulação e ao controlo dos produtos sujeitos a *impostos especiais de consumo (IEC's)* e, as Directivas nº 92/78/CEE e 92/84/CEE, do Conselho, de 19 de Outubro, procederam à harmonização das estruturas à aproximação das taxas dos óleos minerais, do álcool e bebidas alcoólicas e dos tabacos manufacturados, tendo-se procedido à transposição dessas directivas para o direito português por diversos decretos-leis, durante o ano de 1993.

Com a reforma fiscal de 1988 foram instituídos dois impostos sobre o rendimento de características unitárias: o *imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)* e o *imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)*, os quais entraram em vigor em 1 de Janeiro de 1989. Foi ainda criada a *contribuição autárquica*, em substituição da anterior *contribuição predial*, e publicado o *estatuto dos benefícios fiscais*, tendo em vista a sistematização e racionalização de diplomas legais dispersos.

¹ Texto adaptado da publicação "O Sistema Fiscal Português", Centro de Estudos Fiscais, Direcção-Geral dos Impostos.

Esta reforma teve como principais objectivos, a eficiência económica, a realização da justiça social e a simplificação no cumprimento dos deveres tributários, na linha das orientações e tendências das reformas dos sistemas fiscais operadas na década de 80. Houve ainda a preocupação de manter a estabilidade no nível das receitas, contrapondo à moderação das taxas o alargamento das bases de tributação através, nomeadamente, da introdução de um conceito mais amplo de rendimento e pela redução e maior selectividade dos benefícios fiscais. Paralelamente, foram aplicados, de forma mais ou menos generalizada, mecanismos de arrecadação dos impostos por retenção na fonte e um sistema de pagamentos por conta, aproximando, assim, a cobrança do momento da percepção do rendimento.

Em 1993, com a abolição das fronteiras fiscais na Comunidade Europeia verificaram-se algumas alterações substanciais no regime do *IVA*, com a criação do Regime Transitório das Transacções Intracomunitárias de bens e com a harmonização comunitária dos regimes de tributação dos bens sujeitos a *impostos especiais de consumo* (tabaco, produtos petrolíferos, bebidas alcoólicas e cerveja).

2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FISCAL ACTUAL

O sistema fiscal português actualmente existente é formado por um conjunto de impostos estaduais e locais que incidem sobre o *rendimento*, o *património* e a *despesa*, para além de alguns outros impostos que tributam certos actos ou situações específicas. Existem ainda *contribuições para a Segurança Social*.

A *tributação do rendimento* opera-se, através dos dois novos impostos que constituem modernas formas de tributação. O *imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* que tem por objectivo a tributação global e personalizada do rendimento, através da adopção de um conceito amplo de rendimento (rendimento - acréscimo patrimonial) e da relevância de um conjunto importante de encargos e deduções de tipo pessoal e familiar. E, o *imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas*, correspondendo, igualmente, às modernas exigências da tributação empresarial baseada, nomeadamente, no lucro real e na eliminação de dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

A *tributação do património* faz-se através do *imposto sobre as sucessões e doações* (imposto estadual, não periódico, sobre as transmissões de bens móveis e imóveis) e de dois impostos afectos às Autarquias Locais - a *sisa* e a *contribuição autárquica* (o primeiro, recaindo sobre as transmissões de imóveis a título oneroso, e o segundo sobre o valor patrimonial dos prédios, quer rústicos, quer urbanos). A nível local, há ainda o *imposto municipal sobre veículos*.

Nos *impostos sobre a despesa*, incluem-se, por sua vez, o *IVA* (imposto geral sobre as transacções de bens e serviços), e vários *impostos especiais sobre o consumo*. Destes, os mais importantes são o *imposto sobre os produtos petrolíferos*, o *imposto de consumo sobre o tabaco*, o *imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas* (incluindo a cerveja), o *imposto especial sobre o álcool* e o *imposto automóvel*. Para além dos impostos já referidos, há ainda a salientar o *imposto do selo e estampilhas fiscais* e o *imposto de circulação e de camionagem*.

No âmbito da parafiscalidade, o financiamento do sistema público de protecção social é assegurado, fundamentalmente, por contribuições específicas para a Segurança Social, a cargo dos titulares de rendimentos do trabalho e das respectivas entidades patronais, a taxas que variam em função do regime contributivo aplicável e do tipo de contribuinte (trabalhador ou empresa).

3. PRINCIPAIS IMPOSTOS - DESCRIÇÃO SUCINTA

Nos pontos seguintes passa-se à descrição dos aspectos mais relevantes relativos aos principais impostos que integraram o sistema fiscal no ano de 1997.

A descrição apresentada é efectuada com o detalhe considerado suficiente, tendo em atenção o objectivo da publicação "Estatísticas das Receitas Fiscais".

3.1. Impostos sobre o Rendimento

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro
- * Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho
- * Decreto-Lei n.º 354/89, de 17 de Outubro
- * Lei n.º 101/89, de 29 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Junho (Estatuto dos Benefícios Fiscais)
- * Decreto-Lei n.º 95/90, de 20 de Março
- * Decreto-Lei n.º 206/90, de 26 de Junho
- * Decreto-Lei n.º 331/90, de 29 de Outubro
- * Decreto-Lei n.º 377/90, de 30 de Novembro
- * Lei n.º 65/90, de 28 de Dezembro
- * Lei n.º 34/91, de 27 de Julho
- * Decreto-Lei n.º 267/91, de 6 de Agosto
- * Decreto-Lei n.º 360/91, de 28 de Setembro
- * Lei n.º 2/92, de 9 de Março
- * Decreto-Lei n.º 141/92, de 17 de Julho
- * Decreto-Lei n.º 263/92, de 24 de Novembro
- * Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 6/93, de 9 de Janeiro
- * Decreto-Lei nº 65/93, de 10 de Março
- * Decreto-Lei nº 232/93, de 2 de Julho
- * Decreto-Lei nº 294/93, de 25 de Agosto
- * Lei nº 71/93, de 25 de Novembro
- * Lei nº 75/93 ,de 20 de Dezembro
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 37/95, de 18 de Agosto
- * Lei nº 29/95, de 18 de Agosto
- * Lei nº 31/95,de 18 de Agosto
- * Decreto-Lei nº 280/95, de 26 de Outubro
- * Decreto-Lei n.º 7/96, de 7 de Fevereiro
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março
- * Decreto-Lei nº 124/96, de 10 de Agosto
- * Lei nº 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Sujeitos passivos

Pessoas singulares residentes e pessoas singulares não residentes que obtenham rendimentos que, de acordo com a lei, sejam tributados em Portugal.

Rendimento tributável

Corresponde ao rendimento líquido das categorias seguintes, depois de efectuadas as deduções e abatimentos previstos na lei:

- *Categoria A* - Rendimento do trabalho dependente
- *Categoria B* - Rendimento do trabalho independente
- *Categoria C* - Rendimentos comerciais e industriais
- *Categoria D* - Rendimentos agrícolas
- *Categoria E* - Rendimentos de capitais
- *Categoria F* - Rendimentos prediais
- *Categoria G* - Mais-valias
- *Categoria H* - Pensões
- *Categoria I* - Outros rendimentos

No caso de residentes em Portugal o rendimento sujeito a imposto inclui igualmente o rendimento obtido no estrangeiro.

Mínimo de isenção

Não existem limites de isenção. Todavia, após aplicação das taxas a rendimentos predominantemente originados do trabalho dependente (categoria A) não poderá resultar para os titulares desta categoria de rendimentos a disponibilidade de um rendimento líquido de imposto, inferior ao valor anual do salário mínimo nacional.

Dispensa de apresentação de declaração

São dispensados da apresentação de declaração, nomeadamente, os contribuintes que:

- apenas tenham auferido rendimentos tributados por taxas liberatórias e, não optem pelo seu englobamento, quando legalmente permitido;
- sendo solteiros, viúvos, divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens, apenas tenham auferido rendimentos do trabalho dependente de montante igual ou inferior ao valor anual do salário mínimo nacional mais elevado e sobre os mesmos não tenha incidido retenção na fonte;
- apenas tenham auferido rendimentos de pensões de montante inferiores aos valores constantes do *Quadro 1*.

Não há lugar à dispensa acima prevista quando, por exemplo:

- tenha ocorrido o falecimento de um dos cônjuges;
- os rendimentos de trabalho dependente tenham sido auferidos por mais de um membro do agregado familiar;
- o sujeito passivo se encontre na situação de separado de facto.

Rendimentos não sujeitos

Constituem rendimentos não sujeitos a imposto:

- abonos de família e prestações complementares da Segurança Social;
- subsídios de refeição até ao limite fixado anualmente;
- abonos para falhas, para quem tenha de movimentar numerário, até ao limite de 5% da remuneração mensal fixa;
- ajudas de custo até ao limite estabelecido na lei;
- ganhos de mais-valias provenientes da alienação onerosa de unidades de investimentos e outros títulos de dívida e de acções (neste último caso quando detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses);

- ganhos de mais-valias provenientes da alienação onerosa de imóveis destinados a habitação se o valor de realização for reinvestido no prazo de 24 meses na aquisição ou construção de outro imóvel para habitação do contribuinte;
- 50% do rendimento de actividade independente (categoria B), líquido de outros benefícios, proveniente da propriedade literária, artística e científica, com exclusão das obras de arquitetura e obras publicitárias, quando auferidos por autores residentes em Portugal. A importância máxima a excluir do englobamento não pode exceder 6 000 000 escudos;
- 50% do rendimento de actividades dependente e independentes (categorias A e B) obtido por deficientes com um grau de invalidez igual ou superior a 60%, com o limite de 2 412 mil escudos;
- 30% do rendimento de pensões (categoria H) obtido por deficientes com um grau de invalidez igual ou superior a 60%, com os limites de 1 361 mil escudos para os deficientes em geral e 1 811 mil escudos para os deficientes das forças armadas.

Rendimentos isentos sujeitos a englobamento:

Constituem rendimentos isentos sujeitos a englobamento para efeitos de determinação da taxa:

- remuneração da actividade dependente (categoria A) do pessoal ao serviço das missões diplomáticas, consulares e de organizações estrangeiras ou internacionais e ao abrigo de acordos de cooperação;
- lucros (categoria B ou C) derivados de trabalhos das infra-estruturas comuns NATO, a realizar em território português, nos termos do Decreto-Lei nº 41561, de 17 de Março de 1958, por arrematantes e empreiteiros nacionais ou estrangeiros.

Deduções e abatimentos

As deduções são específicas de cada categoria de rendimento:

- *Categoria A* - 70% do rendimento, com o limite constante do *Quadro 2*, ou 71% de 12 vezes o salário mínimo nacional mais elevado, ou o valor das contribuições para a segurança social, se este for superior àqueles;
- *Categoria B* - despesas com o exercício da actividade profissional, com limitações;
- *Categorias C e D* - custos da actividade efectivamente verificados;
- *Categorias E e I* - não há deduções a efectuar;
- *Categoria F* - as despesas de manutenção e de conservação que incumbem ao sujeito passivo, por ele suportadas, e que se encontrem documentalmente provadas;
- *Categoria G* - as menos-valias realizadas e 50% das mais-valias realizadas que não sejam resultantes da alienação onerosa de partes sociais e de outros valores mobiliários;
- *Categoria H* - deduções constantes do *Quadro 2*.

Para os contribuintes residentes é abatida ao rendimento líquido global a totalidade das despesas de saúde (sem limite).

As despesas de educação, os juros de dívidas contraídas para a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação e os prémios de seguros de vida, de doença ou de acidentes pessoais e as despesas com energias alternativas renováveis podem deduzir-se, com observância dos limites constantes do *Quadro 3*.

Outras deduções / benefícios

Ao rendimento colectável são abatidas determinadas importâncias a título de benefícios fiscais, cujos limites dos principais são os constantes do *Quadro 4*.

Determinação do imposto

No caso de contribuintes casados e não separados judicialmente, é englobado o rendimento de ambos os cônjuges e dos dependentes. Neste caso, o imposto é determinado pelo sistema de "splitting"⁽²⁾.

Deduções à colecta

À colecta do imposto, e até ao montante desta, são deduzidas determinadas importâncias, a título de:

- deduções pessoais, exclusivamente para residentes (ver **Quadro 5**);
- contribuição autárquica;
- dupla tributação económica;
- pagamentos por conta e retenção na fonte;
- crédito fiscal ao investimento.

Pagamento do imposto

O imposto é anual e determinado com base na declaração de rendimentos. A declaração modelo 1 destina-se aos contribuintes que apenas sejam titulares de rendimentos da categoria A e/ou H; a declaração modelo 2 é apresentada nas demais situações. Para este modelo existem vários anexos, de acordo com o rendimento respectivo.

Pagamentos por conta

Consideram-se pagamentos por conta a efectuar relativamente aos rendimentos das Categorias B, C e D, os valores a pagar em três prestações anuais sempre que o imposto ultrapasse determinados montantes definidos na lei.

Retenção na fonte

São objecto de retenção na fonte os rendimentos das Categorias A, E e, em determinadas situações previstas na lei, os rendimentos das Categorias B, C, F, H e I.

O imposto retido na fonte e os pagamentos por conta são creditados no imposto a pagar e o excesso, se o houver, é reembolsável.

No caso de não residentes, a retenção na fonte efectua-se a título definitivo, incidindo sobre os rendimentos das categorias A, B e H (25%) e E (taxa variável de acordo com o tipo de rendimento).

Os rendimentos da categoria I (prémios de jogos lotarias e sorteios) são igualmente retidos na fonte a título definitivo (25% ou 35%), independentemente de quem aufera os prémios.

Taxas

Havendo englobamento, as taxas variam de 15% a 40%, aplicando-se por escalões de rendimento colectável, conforme **Quadro 6**.

² Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, as taxas aplicáveis são as correspondentes ao rendimento colectável dividido por 2, multiplicando-se por 2 o resultado obtido pela aplicação das taxas para se apurar a colecta do IRS.

Determinados rendimentos são tributados, a título definitivo, através de taxas liberatórias. São exemplos:

- as mais-valias resultantes de transmissão onerosa de partes sociais, acções e outros valores mobiliários (10%);
- os rendimentos provenientes de contratos que tenham por objecto a cessão ou utilização temporária de direitos de propriedade intelectual e industrial ou a prestação de informações respeitante a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, quando não auferidos pelo titular originário, bem como os derivados de assistência técnica (15%);
- as comissões por intermediação na celebração de quaisquer contratos, auferidas por não residentes em Portugal (15%);
- os juros de depósitos à ordem ou a prazo (20%);
- rendimentos de títulos de dívida, nominativos ou ao portador, bem como os rendimentos de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantia de preço ou outras operações similares ou afins (20%);
- os prémios de lotaria e apostas mútuas desportivas e o bingo (25%);
- os rendimentos de acções nominativas ou ao portador (25%);
- as pensões auferidas por não residentes em Portugal (25%);
- os prémios de rifa, totoloto e jogo de loto, bem como de sorteios ou concursos (35%).

Os contribuintes podem optar por englobar no seu rendimento tributável, os juros de depósitos à ordem ou a prazo, os rendimentos de títulos nominativos ou ao portador (...) e os rendimentos de acções nominativas ou ao portador.

Dedução de perdas

Em princípio, é dedutível ao conjunto dos rendimentos líquidos sujeitos a tributação o resultado líquido negativo apurado em qualquer categoria de rendimentos.

Todavia, o resultado líquido negativo apurado nas categorias B, C, D e F, bem como 50% do saldo negativo dos rendimentos da categoria G (excepto no que se refere a partes sociais e outros valores mobiliários), não são dedutíveis das outras categorias, mas podem ser reportadas para os 5 anos seguintes àquele a que respeitam, deduzindo-se aos rendimentos líquidos da mesma categoria. No que se refere ao resultado negativo apurado na alienação onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários, quando tenha havido opção pelo englobamento, o prazo para reporte é de 2 anos, dentro da mesma categoria de rendimentos.

Situações particulares

Os titulares de acções e outras partes sociais, residentes no território português têm direito a um crédito de imposto no montante de 60% do IRC correspondente aos lucros colocados à sua disposição por sociedades residentes, que sejam englobados, dedutível até à concorrência da parte da colecta de IRS que proporcionalmente lhe corresponda depois de adicionado o montante desse crédito.

No ano de 1997 os rendimentos da Categoria D foram igualmente considerados apenas em 40% do seu valor para efeitos de tributação e, paralelamente, não constituíram rendimentos sujeitos a tributação os resultantes da actividade agrícola, silvícola ou pecuária com proveitos inferiores a 3 000 000 de escudos e exercida em prédios rústicos com valor patrimonial inferior a 1 500 000 de escudos (regime transitório prorrogado com referência ao ano de 1997 pelo artigo 29º, n.º 2 da Lei n.º 152-C/96 de 27 de Dezembro).

Os desportistas beneficiam de um regime especial de tributação.

São isentos de imposto, os ganhos de mais-valias que não eram sujeitos ao imposto de mais-valias (Decreto-Lei n.º 46373 de 9 de Junho de 1965, revogado com a entrada em vigor do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares). Nomeadamente, não são tributados os ganhos resultantes da alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis e de partes sociais e outros valores mobiliários, se a aquisição dos bens ou direitos alienados tiver sido efectuada antes de 1 de Janeiro de 1989.

QUADRO 1 - IRS: limites máximos para a dispensa de entrega da declaração de rendimento

	10^3 ESC	1995	1996	1997
Categoria H - Situação Familiar				
Casados e não separados		1 720	1 780	1 825
Restantes casos		1 550	1 604	1 645

QUADRO 2 - IRS: limites às deduções específicas das categorias A e H

	10^3 ESC	1995	1996	1997
Categoria A				
Não deficientes		440	465 (*)	484 (*)
Deficientes		660	697,5	697,5
Categoria H				
Límite máximo		1 272	1 350	1 385
Deficientes (**)		1 653,6	1 755	1 800,5

(*) ou, 71% de 12 vezes o salário mínimo nacional mais elevado, se superior.

(**) Majoração do limite em 30%.

QUADRO 3 - IRS: abatimentos ao rendimento líquido total

SUJEITOS PASSIVOS NÃO CASADOS

Anos	Abatimento máximo	Majoração com seguros	Majoração com propinas	Abatimento específico seguros	Majoração c/ energias renováveis	Límite autónomo c/ habitação
1995	154,0	(*)	176,5 (**)	-	253,5	287,0
1996	159,0	(***)	183,0	35,0	262,0	297,0
1997	163,0	-	375,0	36,0	(****)	305,0

(*) Em 1995, não há majoração para as despesas de seguros e, dentro do abatimento máximo, aplica-se um limite específico de 25 000\$00 para os sujeitos passivos não casados e de 50 000\$00 para os sujeitos passivos casados

(**) Em 1995, autonomizou-se a majoração por propinas e, em 1997, esta majoração passou a ser concedida pelo mesmo montante independentemente do estado civil do sujeito passivo, passando a ser designada por "despesas de educação". Nos agregados com três ou mais dependentes este limite é elevado em 20 000\$00 por cada dependente, caso existam, relativamente aos mesmos, despesas de educação.

(***) Em 1996 criou-se um limite abastecimento específico para as despesas de seguros.

(****) Em 1997 os encargos com a aquisição de equipamentos para a utilização de energias renováveis ficou sujeito a um duplo limite: integram-se no limite geral e não podem exceder 30 000\$00.

SUJEITOS PASSIVOS CASADOS E NÃO SEPARADOS JUDICIALMENTE

Anos	Abatimento máximo	Majoração com seguros	Majoração com propinas	Abatimento específico seguros	Majoração c/ energias renováveis	Límite autónomo c/ habitação
1995	308,0	(*)	353,0 (**)	-	408,0	287,0
1996	319,0	(***)	365,0	70,0	422,0	297,0
1997	327,0	-	375,0	72,0	(****)	305,0

(*) Em 1995, não há majoração para as despesas de seguros e, dentro do abatimento máximo, aplica-se um limite específico de 25 000\$00 para os sujeitos passivos não casados e de 50 000\$00 para os sujeitos passivos casados

(**) Em 1995, autonomizou-se a majoração por propinas e, em 1997, esta majoração passou a ser concedida pelo mesmo montante independentemente do estado civil do sujeito passivo, passando a ser designada por "despesas de educação". Nos agregados com três ou mais dependentes este limite é elevado em 20 000\$00 por cada dependente, caso existam, relativamente aos mesmos, despesas de educação.

(***) Em 1996 criou-se um limite abastecimento específico para as despesas de seguros.

(****) Em 1997 os encargos com a aquisição de equipamentos para a utilização de energias renováveis ficou sujeito a um duplo limite: integram-se no limite geral e não podem exceder 60 000\$00.

QUADRO 4 - Principais benefícios fiscais - limites legais máximos

10³ ESC

Benefícios Fiscais	1995	1996	1997
Aquisição de habitação sem recurso ao crédito	10% do valor de aquisição até 287	10% do valor de aquisição até 297	10% do valor de aquisição até 305
Contas Poupança Habitação (PPH)	335	400	410
Planos Poupança Reforma (PPR)	262,5 por sujeito passivo	400 por sujeito passivo	410 por sujeito passivo
Planos de Poupança de Acções (PPA) (Decreto-Lei n.º 204/95, de 5 de Agosto)	30% das entregas efectuadas anualmente, com o limite de 150 (não casados) e 300 (casados)	30% das entregas efectuadas anualmente, com o limite de 150 (não casados) e 300 (casados)	30% das entregas efectuadas anualmente, com o limite de 150 (não casados) e 300 (casados)
Acções adquiridas no âmbito das privatizações	Os dividendos contam apenas por 50% para efeitos de tributação	Os dividendos contam apenas por 50% para efeitos de tributação	Os dividendos contam apenas por 50% para efeitos de tributação
Dividendos de acções admitidas à negociação dos mercados de bolsa	Os dividendos contam apenas por 50% para efeitos de tributação	Os dividendos contam apenas por 50% para efeitos de tributação, líquido de outros benefícios em IRS e IRC	Os dividendos contam apenas por 50% para efeitos de tributação, líquido de outros benefícios em IRS e IRC
Aquisição de acções em OPV's *no âmbito das operações de privatização* realizadas pelo Estado (Artº 32º-B, nº1, EBF)	20% do valor de aquisição até 126 (não casados) e 252 (casados)	20% do valor de aquisição até 130 (não casados) e 261 (casados)	20% do valor de aquisição até 130 (não casados) e 261 (casados)
Aquisição de acções em OPV's *no âmbito de operações de privatização* realizadas pelo Estado e adquiridas pelos próprios trabalhadores da empresa (Artº 32º-B, nº 2, EBF)	30% do valor de aquisição até 189 (não casados) e 378 (casados)	30% do valor de aquisição até 196 (não casados) e 391 (casados)	30% do valor de aquisição até 196 (não casados) e 391 (casados)
Aplicações em contas condomínio	1% do valor matricial da respectiva fracção autónoma, com o limite de 25 mil escudos	1% do valor matricial da respectiva fracção autónoma, com o limite de 26 mil escudos	1% do valor matricial da respectiva fracção autónoma, com o limite de 27 mil escudos
Rendas recebidas por senhorios de contratos celebrados até 1993	780,699/ano/contrato e renda < 195,175/mês	809,585/ano/contrato e renda < 202,396/mês	831,444/ano/contrato e renda < 207,862/mês

QUADRO 5 - IRS: deduções pessoais à colecta

10^3 ESC

Anos	Contribuinte não casado	Contribuinte casado	Cada dependente	Deficiente (acréscimo)
1995	32,0	24,0	17,5	+ 50%
1996	33,0	25,0	18,0 (*)	+50%
1997	34,5	26,3	19,0 (*)	+50%

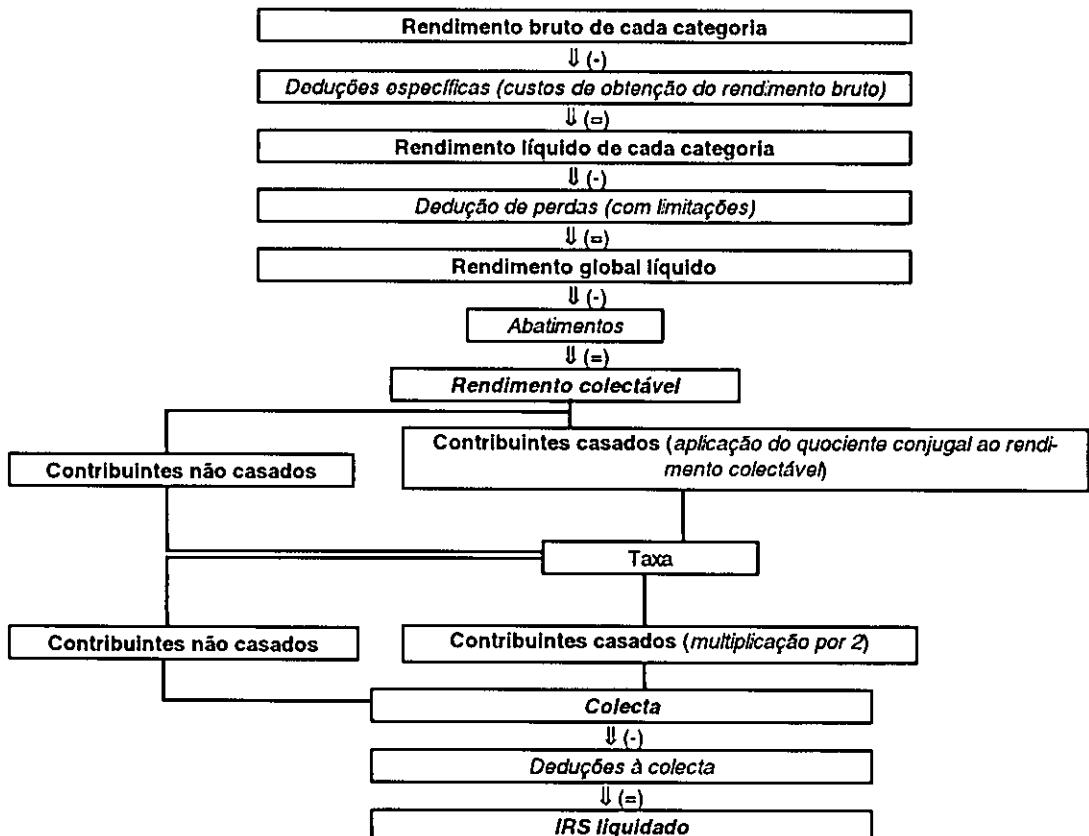
(*) Quando exista um dependente que não seja sujeito passivo de IRS acresce, por cada dependente nessas condições, 200\$00, 400\$00 ou 500\$00, em 1996 e, 210\$00, 430\$00 ou 550\$00, em 1997, conforme o agregado familiar seja composto de, respectivamente, 2, 3 ou mais dependentes.

QUADRO 6 - Escalões e taxas de IRS

10^3 ESC

Rendimentos Colectáveis Anuais (1995)	Rendimentos Colectáveis Anuais (1996)	Rendimentos Colectáveis Anuais (1997)	Taxas marginais (%)
Até 970	Até 1 010	Até 1 050	15
970-2 260	1 010-2 350	1 050-2 435	25
2 260-5 790	2 350-6 000	2 435-6 150	35
> 5 790	> 6 000	> 6 150	40

Esquema 1 - Processo de liquidação do IRS



IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC)

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro
- * Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho
- * Lei n.º 101/89, de 29 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 95/90, de 20 de Março
- * Decreto-Lei n.º 192/90, de 9 de Junho
- * Decreto-Lei n.º 65/90, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 251-A/91, de 16 de Julho
- * Lei nº 2/92, de 9 de Março
- * Decreto-Lei n.º 123/92, de 2 de Julho
- * Decreto-Lei nº 138/92, de 17 de Julho
- * Decreto-Lei nº 263/92, de 24 de Novembro
- * Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 6/93, de 9 de Janeiro
- * Lei nº 29/93, de 12 de Fevereiro
- * Decreto-Lei nº 65/93, de 10 de Março
- * Decreto-Lei nº 67/93, de 10 de Março
- * Lei nº 71/93, de 25 de Novembro
- * Lei nº 75/93, de 20 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 420/93, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 166/94, de 9 de Junho
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 37/95, de 14 de Fevereiro
- * Decreto-Lei nº 121/95, de 31 de Maio
- * Decreto-Lei nº 160/95, de 6 de Julho
- * Decreto-Lei nº 280/95, de 26 de Outubro
- * Decreto-Lei nº 5/96, de 29 de Janeiro
- * Decreto-Lei nº 7/96, de 7 de Fevereiro
- * Lei nº 10-B/96, de 23 de Março
- * Decreto-Lei nº 200/96, de 18 de Outubro
- * Lei nº 52-C/96, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 257-B/96, de 31 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 18/97, de 21 de Janeiro
- * Decreto-Lei nº 292/97, de 22 de Outubro

Beneficiário da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Sujeitos passivos

Pessoas colectivas residentes, com ou sem personalidade jurídica e pessoas colectivas não residentes com estabelecimento estável em Portugal ou, no caso de não possuírem estabelecimento estável, que obtenham em Portugal rendimentos sujeitos a imposto.

Consideram-se residentes as pessoas colectivas e outras entidades que tenham a sede ou direcção efectiva em território português.

Rendimento tributável

Tratando-se de sujeitos passivos residentes o imposto incide sobre a totalidade do rendimento, incluindo o obtido fora do território português.

As pessoas colectivas não residentes, são tributadas apenas pelos rendimentos que, de acordo com a lei, se consideram obtidos no território português.

Isenções

Estão isentas deste imposto as seguintes entidades:

- Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, excepto no que respeita aos rendimentos de capitais;
- instituições de Segurança Social, excepto no que respeita aos rendimentos de capitais;

- pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, de mera utilidade pública e de solidariedade social, em determinadas condições;
- cooperativas agrícolas, de habitação e construção, de ensino, de artesanato, e bem assim outras cooperativas, com as limitações previstas na lei;
- sociedades e outras entidades abrangidas pelo regime de transparência fiscal;
- fundos de pensões constituídos de acordo com a lei;
- partidos políticos.

Tributação de entidades não residentes

Os rendimentos obtidos em território português por estabelecimentos estáveis de pessoas colectivas não residentes são tributados da mesma forma que as pessoas colectivas residentes.

Os rendimentos obtidos em território português por pessoas colectivas não residentes, que não possuam estabelecimento estável ou que, possuindo-o, não lhes sejam imputáveis, são tributados de acordo com as regras estabelecidas para as categorias correspondentes para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Os ganhos de mais-valias resultantes da alienação onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários obtidos por pessoas colectivas não residentes são isentos de imposto.

Deduções

Constituem deduções os custos suportados e comprovadamente indispensáveis para a obtenção de proveitos, eventualmente corrigidos de acordo com as disposições das leis fiscais.

Benefícios fiscais

Os benefícios fiscais são medidas de excepção face ao sistema de tributação regra, que visam satisfazer objectivos de estabilidade, progresso social e distribuição do rendimento.

No âmbito do IRC existem os seguintes benefícios fiscais:

- isenções;
- reduções de taxa;
- deduções ao rendimento;
- deduções ao lucro tributável;
- deduções à colecta.

Pagamento

O imposto é de periodicidade anual, determinado com base na declaração de rendimentos.

As entidades residentes que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e os não residentes com estabelecimento estável em território português, efectuam o pagamento do IRC em três pagamentos por conta, no ano a que respeita o lucro tributável, e a eventual diferença, até ao dia da apresentação da declaração periódica de rendimentos a entregar no ano seguinte.

Para as pessoas colectivas não residentes que obtenham rendimentos não imputáveis a um estabelecimento estável em Portugal, o imposto é pago quando da apresentação da respectiva declaração de rendimentos ou, quando for caso disso, o imposto é retido na fonte pela entidade devedora do rendimento, a título definitivo.

Taxas

Rendimentos obtidos por entidades residentes que exercem a título principal uma actividade comercial, industrial ou agrícola, e das entidades não residentes que têm um estabelecimento estável em território português:

- 34%, a que acresce um imposto local, «derrama municipal», cuja taxa pode ir até 10% da colecta de IRC (ou seja, $34\% + 3,4\% = 37,4\%$); (Taxa estabelecida pelo n.º 2 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 44/98 de 3 de Março, aplicável aos rendimentos obtidos em períodos de tributação iniciados a partir de 1 de Janeiro de 1997);
- 20% para o rendimento global de entidades residentes que não exerçam a título principal uma actividade comercial, industrial ou agrícola.

Rendimentos obtidos por pessoas colectivas não residentes e não imputáveis a estabelecimento estável em Portugal:

- 25% (taxa geral);
- 15% para os rendimentos provenientes da propriedade intelectual ou industrial, da prestação de "know-how", da assistência técnica e da locação de determinados bens móveis;
- 20% relativamente a rendimentos de títulos de dívida e de outros rendimentos de capitais, exceptuados os lucros colocados à disposição por entidades sujeitas a imposto em que a taxa é de 25%;
- 25% para os prémios de lotarias, as apostas mútuas desportivas e o bingo;
- 35% para os prémios de rifas, totoloto e jogo do loto, bem como de sorteio de concursos.

Os lucros colocados à disposição de sociedade-mãe residente em país da UE são tributados à taxa de 15% até 31 de Dezembro de 1996 e de 10% a partir de 1 de Janeiro de 1997 até 31 de Dezembro de 1999, sem prejuízo do disposto nas convenções sobre dupla tributação, em resultado da transposição para a ordem jurídica interna, com efeitos a partir de 1992, da Directiva 90/435/CEE (regime fiscal comum aplicável aos lucros distribuídos por sociedades afiliadas a sociedades-mãe de Estados-membros diferentes).

Retenção na fonte

As retenções na fonte têm a natureza de imposto por conta e são efectuadas às taxas previstas para efeitos de retenção na fonte de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativas a residentes.

As retenções na fonte de rendimentos obtidos por pessoas colectivas não residentes, não imputáveis a estabelecimentos estáveis em Portugal, têm carácter definitivo e aplicam-se às taxas previstas para o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (ver taxas), excepto no que respeita a rendimentos de imóveis, situação em que a retenção na fonte tem a natureza de imposto por conta e se aplica a taxa prevista para o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Reporte de perdas

Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos nos lucros tributáveis de um ou mais dos 6 (seis) exercícios seguintes (Decreto-Lei n.º 18/97 de 21 de Janeiro).

Situações especiais

Os ganhos de mais-valias resultantes da transmissão onerosa de elementos do activo imobilizado corpóreo não concorre para o lucro tributável do exercício a que respeitar, na parte que tenha influenciado a base tributável, desde que o valor de realização correspondente à totali-

dade dos referidos elementos seja reinvestido na aquisição, fabricação ou construção de elementos do activo imobilizado corpóreo até ao fim do segundo exercício seguinte ao da realização.

Parte dos dividendos recebidos (95%) são excluídos da tributação se a sociedade detiver pelo menos 25% do capital da sociedade que distribui os dividendos, residente em Portugal ou na União Europeia, sujeita e não isenta de imposto sobre os lucros, e essa participação no capital for detida há pelo menos dois anos consecutivos, ou desde a constituição da sociedade participada se essa participação for mantida durante pelo menos dois anos.

É concedido um crédito de imposto no montante de 60% que tiver recaído sobre os dividendos distribuídos por sociedades residentes, sujeitas e não isentas, se a participação no capital da sociedade que distribui os dividendos for inferior a 25% ou for detida há menos de dois anos.

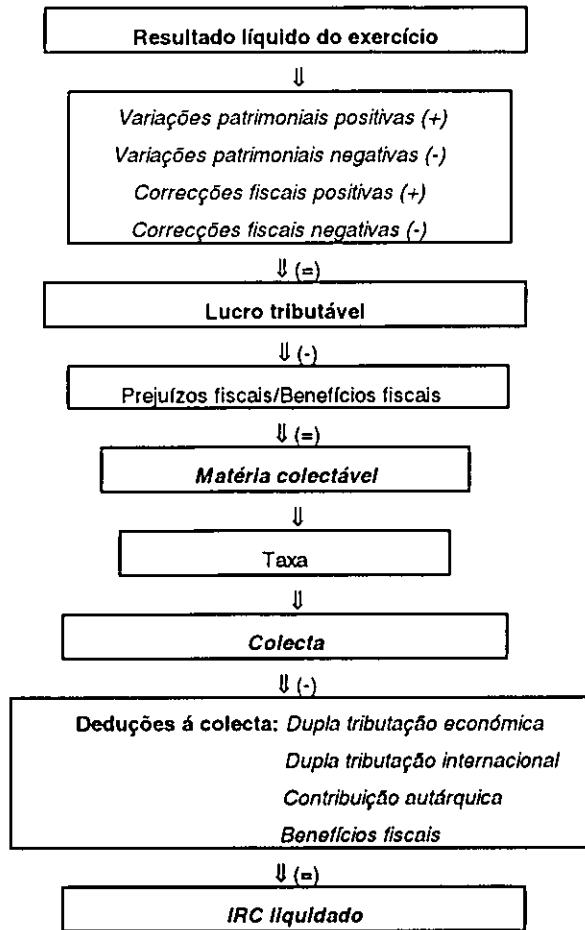
O regime do crédito fiscal ao investimento estabelecido pelo Decreto-Lei nº 121/95 de 31 de Maio foi prorrogado para 1997, permitindo deduzir na colecta de IRC, até à concorrência de 15% desta, 5% do investimento adicional relevante efectuado em 1997 e 1998, considerando-se como tal a diferença entre o investimento efectuado neste ano e a média aritmética simples do investimento efectuado nos dois exercícios anteriores. Para este efeito não se considera o investimento realizado em terrenos, construções e reparações em edifícios que não sejam fabris, viaturas ligeiras, mobiliário, artigos de conforto e decoração, equipamento socias e bens de investimento não directamente e imprescindivelmente associados à actividade produtiva da empresa.

Foi igualmente prorrogado o regime do crédito fiscal ao investimento estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 200/96 de 18 de Outubro, de que beneficiam as micro e pequenas empresas e que consiste num crédito fiscal ao investimento de 10% do investimento adicional relevante efectuado em 1997 e 1998, até à concorrência de 30% da colecta de IRC. Mantém-se em vigor o benefício estabelecido no Decreto-Lei n.º 160/95, de 6 de Julho, que permite às micro e pequenas empresas que se constituíram em 1995 deduzir no seu lucro tributável, nos exercícios de 1995 a 1997, 95% do mesmo, na parte que não diga respeito a rendimento de capitais e prediais. Consideram-se micro e pequenas empresas as que no ano de 1996 tenham um número médio de trabalhadores superior a 3 e inferior a 20 e um volume de negócios não superior a 500 000 mil escudos.

As despesas confidenciais ou não documentadas são tributadas a uma taxa autónoma de 30% (40% nos casos em que tais despesas sejam efectuadas por sujeitos passivos do IRC, total ou parcialmente isentos, ou que não exerçam a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola).

A aplicação do regime especial de fusões e cisões é regulada pela Directiva n.º 90/434/CEE (regime fiscal comum aplicável às fusões e cisões, entradas de activos e permutas de acções entre sociedades de Estados-membros diferentes), transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei 123/92, de 2 de Julho.

Esquema 2 - Processo de liquidação do IRC



3.2. Impostos sobre o Património

CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 442-C/88, de 30 de Novembro
- * Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Junho
- * Decreto-Lei n.º 211/90, de 27 de Junho
- * Decreto-Lei nº 254/91, de 18 de Julho
- * Decreto-Lei n.º 140/92, de 17 de Julho
- * Lei nº 75/93, de 20 de Dezembro
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 172/95, de 18 de Julho
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Municípios onde se localizem os prédios.

Sujeitos passivos

Proprietários dos prédios (pessoas singulares ou colectivas), residentes e não residentes que possuem bens imóveis no território português.

Base de tributação

Valor patrimonial dos bens imóveis, determinado nos termos do Código das Avaliações (ver situações especiais).

Isenções

Entre várias isenções, salientam-se as respeitantes a:

- Estado, Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados;
- Autarquias Locais e suas associações e federações;
- prédios que hajam sido classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público nos termos da legislação aplicável;
- instituições de Segurança Social; instituições particulares de solidariedade social; estabelecimentos de ensino particular integrados no sistema educativo;
- partidos políticos, associações sindicais e associações de agricultores, de comerciantes, de industriais e de profissionais independentes, bem como pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública;
- prédios urbanos para habitação permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, nos termos de legislação aplicável (isenção temporária);
- terrenos para construção que figurem no activo de uma empresa que tenha por objecto a construção de edifícios para venda (a sujeição a imposto só se verifica ao fim de cinco anos) e prédios com o mesmo fim (idem, ao fim de três anos).

QUADRO 7 - Tabela relativa ao período de isenção para habitação própria e permanente e arrendamento para habitação

Valor tributável (em milhões de escudos)			Período de isenção (anos)	
1995	1996	1997	Habitação Própria e Permanente	Arrendamento para Habitação
			1995-1997	1995-1997
Até 18,5	Até 19,1	Até 19,9	10	10
De 18,5 a 23,1	De 19,1 a 23,9	De 19,9 a 24,9	7	7
De 23,1 a 28,0	De 23,9 a 28,9	De 24,9 a 30,1	4	4

Taxas

As taxas aplicadas são as seguintes:

- sobre prédios rústicos: 0,8% sobre o valor tributável
 - sobre prédios urbanos: de 0,7% a 1,3%
- (as taxas são fixadas anualmente pelo respectivo município)

Pagamento

O pagamento do imposto realiza-se de uma só vez (até ao montante de 30 000 escudos) ou em duas prestações anuais (se superior a 30 000 escudos).

Situações especiais

Enquanto não for publicado o Código das Avaliações, o valor tributável dos prédios urbanos e dos prédios rústicos será o que resultar da capitalização dos rendimentos constantes das matrizes, tendo-se procedido a uma actualização automática desses valores, com referência a 31 de Dezembro de 1988.

A partir de 1995, inclusive, o valor tributável dos prédios urbanos, quer estejam ou não arrendados, são actualizados através da aplicação dos factores seguintes:

- Até 1988.....1,30
- 1989 e 1990.....1,20
- 1991.....1,15
- 1992.....1,10
- 1993.....1,05

IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 41 969, de 24 de Novembro de 1958

Últimos diplomas publicados:

- * Decreto-Lei n.º 91/89, de 27 de Março
- * Decreto-Lei n.º 252/89, de 9 de Agosto
- * Lei n.º 101/89, de 29 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 181/90, de 6 de Junho
- * Decreto-Lei n.º 377/90, de 30 de Novembro
- * Lei n.º 65/90, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 308/91, de 17 de Agosto
- * Lei n.º 2/92, de 9 de Março
- * Decreto-Lei n.º 140/92, de 17 de Julho
- * Lei n.º 30-C/92, de 31 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 303/93, de 1 de Setembro
- * Lei nº 75/93 de 20 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 119/94, de 7 de Maio
- * Portaria nº 792/94, de 6 de Setembro
- * Decreto-Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 7/96, de Fevereiro
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Outubro
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Municípios onde se situem os bens imóveis transmitidos.

Sujeitos passivos

Pessoas singulares e colectivas adquirentes, a título oneroso, dos bens imóveis.

Base de tributação

Corresponde ao valor das transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito sobre bens imóveis, adoptando-se para efeitos deste imposto um conceito específico de transmissão de propriedade imóvel e prevendo a lei, regras próprias para a avaliação do respectivo valor.

Isenções

Existem diferentes tipos de isenções, entre os quais se podem referir:

- as aquisições de prédios para revenda em certas condições;
- a aquisição de habitações para residência permanente do adquirente, desde que o valor sobre que incide o imposto não ultrapasse determinados montantes anualmente definidos (ver tabela de taxas no **Quadro 8**).

Taxas

É aplicada uma taxa de 10% nas transmissões de prédios urbanos ou terrenos para construção e de 8% nos restantes casos.

Tratando-se de transmissões de prédio ou fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, as taxas relativas aos vários anos, são as constantes do **Quadro 8**.

Aplica-se uma taxa reduzida de 4% nas aquisições de prédios ou de terrenos para a sua construção, quando destinados:

- à instalação de indústrias de interesse para o desenvolvimento económico do País;
- à conveniente ampliação de empresas com vista a novos fabricos, redução do custo ou melhoria de qualidade dos produtos;
- à instalação de serviços de saúde de relevante interesse nacional.

A taxa de 4% é ainda aplicável na aquisição, por sociedades de locação financeira sujeitas a IRC, de prédios ou de terrenos para construção, ou pela constituição ou aquisição do direito de superfície para esses fim, quando esses prédios, através da locação financeira, sejam destinados à instalação de indústrias de interesse para o desenvolvimento do País ou à conveniente ampliação de empresas com vista a novos fabricos, redução do custo ou melhoria da qualidade dos produtos.

Existem outras situações de redução de taxas previstas no Código.

QUADRO 8 - Escalões e taxas da sisa (imposto municipal de sisa)

Valor sobre que incide			10 ³ ESC
Ano de 1995	Ano de 1996	Ano de 1997	Taxas marginais %
Até 10 000	Até 10 400	Até 10 700	0
10 000-13 800	10 400-14 300	10 700-14 700	5
13 800-18 500	14 300-19 100	14 700-19 600	11
18 500-23 100	19 100-23 900	19 600-24 500	18
23 100- 27 800	23 900-28 900	24 500-29 700	26
> 27 800	>28 900	>29 700	(*)

(*) A partir do limiar deste último escalão aplica-se a taxa média de 10%

Pagamento

Em regra, a liquidação efectua-se previamente ao acto ou facto translativo dos bens.

IMPOSTO SOBRE AS SUCESSÕES E DOAÇÕES

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 41/969, de 24 de Novembro de 1958

Últimos diplomas publicados:

- * Decreto-Lei n.º 91/89, de 27 de Março
- * Decreto-Lei n.º 252/89, de 9 de Agosto
- * Lei n.º 101/89, de 29 de Dezembro
- * Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 303/93, de 1 de Setembro
- * Lei nº 75/93 de 20 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 119/94, de 7 de Maio
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 7/96, de Fevereiro
- * Lei nº 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Sujeitos passivos

As pessoas para quem se transmitiram os bens (herdeiros e legatários).

Base de tributação

A transmissão a título gratuito de bens mobiliários e imobiliários.

Isenção

Existem situações de isenção baseadas em limites para os valores de transmissão e de isenção pessoal.

Estão isentas as seguintes transmissões:

- entre cônjuges ou a favor de descendentes até 700 000 escudos;
- a favor de ascendentes do 1º grau até 350 000 escudos;
- a título gratuito ou por morte de valor igual ou inferior a 70 000 escudos.

Estão ainda isentas as transmissões por morte a favor do cônjuge sobrevivo e dos filhos ou dos adoptados, no caso de opção plena, ou dos seus descendentes, quando aqueles tenham falecido, de unidades de participação em fundos de investimento mobiliário até ao valor de 500 000 escudos por cada um deles, e bem assim, em unidades de fundos de investimento imobiliário até ao valor de 500 000 escudos, igualmente, por cada um deles.

Beneficiam ainda de isenção de imposto as transmissões por morte a favor do cônjuge sobrevivo e dos filhos, os depósitos de "Poupança Reformados" até ao limite de 1 740 000 escudos.

Constituem isenções pessoais:

- as heranças, legados e donativos a favor de pessoas colectivas de utilidade pública, bem como a favor de museus, bibliotecas, escolas, institutos e associações de ensino e educação, de cultura científica, literária ou artística, e de caridade, assistência ou beneficência;

- o Estado e qualquer dos seus serviços ainda que personalizados; as Autarquias Locais e as suas federações e uniões;
- as transmissões de direitos de autor, as importâncias abonadas a título de subsídio de morte, os donativos dados pelos estabelecimentos de beneficência e o abono de família em dívida à data da morte.

Taxas

Na determinação da taxa aplicável procede-se ao englobamento de todos os bens recebidos, ainda que em épocas diferentes, do autor da herança ou doador. As taxas são progressivas, sendo definidas por escalões de valor dos bens transmitidos e em função do grau de parentesco existente entre o autor da herança ou doação e o respectivo beneficiário (ver *Quadro 9*).

Quando duas sucessões por morte têm lugar no espaço de cinco anos, para os mesmos bens, as taxas da 2^a transmissão são reduzidas a metade.

Pagamento

O imposto é pago em prestações de seis em seis meses. Quanto menor for o imposto devido maior é o número de prestações, que não podem contudo ultrapassar o número de 16. Os contribuintes podem optar, em certas condições, pelo pagamento total do imposto e, neste caso, beneficiam de um desconto.

Situações especiais

Existe um regime especial segundo o qual este imposto é pago por avença, mediante dedução ao rendimento de uma percentagem de 5%, relativamente a alguns títulos, nomeadamente as acções de sociedades comerciais com sede no território português, e as obrigações emitidas por quaisquer entidades públicas ou privadas.

Foram isentas de imposto as obrigações emitidas durante anos de 1989 a 1997, inclusive (Lei nº 52-C/96, de 27 de Dezembro).

QUADRO 9 - Escalões e taxas do imposto sobre sucessões e doações

(em vigor a partir de 12 de Maio de 1994)

Tipo de transmissões	Escalões do valor de transmissão (em milhares de escudos)							%
	até 700	+ de 700 a 2 750	+ de 2 750 a 7 000	+ de 7 000 a 13 750	+ de 13 750 a 34 500	+ de 34 500 a 68 500	+ de 68 500	
A favor de filhos menores	-	4	7	10	14	18	23	
A favor de cônjuges e outros descendentes	-	6	9	12	16	20	25	
A favor de ascendentes ou entre irmãos	7	10	13	16	21	26	32	
Entre parentes colaterais no 3º grau	13	17	21	25	31	38	45	
Entre quaisquer outras pessoas	16	20	25	30	36	43	50	

3.3. Impostos gerais sobre Bens e Serviços

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 31/89, de 25 de Janeiro
- * Lei n.º 2/89, de 17 de Fevereiro
- * Decreto-Lei n.º 195/89, de 12 de Junho
- * Lei n.º 96/89, de 12 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro
- * Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de Abril
- * Decreto-Lei n.º 135/90, de 24 de Abril
- * Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho
- * Lei n.º 65/90, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 232/91, de 26 de Junho
- * Decreto-Lei n.º 233/91, de 26 de Junho
- * Decreto-Lei n.º 261-A/91, de 25 de Julho
- * Lei n.º 2/92, de 9 de Março
- * Decreto-Lei n.º 139/92, de 17 de Julho
- * Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei no 290/92, de 28 de Dezembro
- * Lei nº 71/93, de 25 de Novembro
- * Decreto-Lei nº 82/94, de 14 de Março
- * Decreto-Lei nº 166/94, de 9 de Junho
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 100/95, de 25 de Maio
- * Decreto-Lei nº 7/96, de 7 de Fevereiro
- * Lei nº 10-B/96, de 23 de Março
- * Decreto-Lei n.º 91/96, de 12 de Julho
- * Decreto-Lei n.º 199/96, de 18 de Outubro
- * Decreto-Lei n.º 206/96, de 26 de Outubro
- * Decreto-Lei n.º 16/97, de 21 de Janeiro
- * Decreto-Lei n.º 204/97, de 9 de Agosto
- * Decreto-Lei n.º 96/97, de 23 de Agosto
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Estado, Regiões Autónomas, Municípios e órgãos de turismo.

Sujeitos passivos

São sujeitos passivos de IVA as pessoas singulares ou colectivas que, de um modo independente e que habitualmente exerçam actividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as actividades extractivas, agrícolas e as das profissões livres ou, no caso de praticarem uma só operação tributável, desde que a mesma seja conexa com o exercício dessas actividades ou preencha os pressupostos da incidência real do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Estão ainda sujeitos a imposto as pessoas singulares ou colectivas que, segundo a legislação aduaneira, realizem importações de bens.

A partir de 1 de Janeiro de 1993, com a abolição das fronteiras fiscais, passaram a ser igualmente qualificados como sujeitos passivos de imposto as pessoas singulares ou colectivas anteriormente referidas e bem assim o Estado e demais pessoas colectivas de direito público, quando efectuem aquisições intracomunitárias de bens nas condições previstas no regime do IVA das transacções intracomunitárias (Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de Dezembro).

Operações tributáveis

- transmissões de bens;
- prestações de serviços;
- importações;
- aquisições intracomunitárias de bens;
- aquisições intracomunitárias de meios de transporte novos.

Base tributável

Nas operações internas o valor tributável é, em princípio, o valor da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro, incluindo os impostos, direitos e taxas, com excepção do IVA, e das despesas acessórias debitadas ao cliente tais como comissões, embalagem, transporte e seguros, desde que não incluídas no preço.

Nas importações, o valor tributável é determinado nos termos da legislação aduaneira incluindo os direitos de importação e quaisquer outros impostos ou taxas devidos na importação, com excepção do IVA, e das despesas acessórias tais como comissões, embalagem, transporte e seguros que se verifiquem até ao primeiro lugar de destino dos bens no interior do País.

Nas aquisições intracomunitárias o valor tributável é determinado em idênticas condições ao previsto para as transmissões de bens.

Para algumas situações existem regras específicas de determinação do valor tributável, quer nas operações internas quer nas importações.

Isenções

Encontram-se isentas sem direito a dedução (isenções simples), nomeadamente:

- as prestações de serviços efectuadas por médicos, tradutores e intérpretes;
- as prestações de serviços de saúde, de cultura e desporto efectuadas por organismos sem finalidade lucrativa, pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de solidariedade social;
- a maioria das operações bancárias e financeiras;
- prestações de serviços de seguro e resseguro;
- jogos, lotarias e apostas mútuas;
- transmissões da propriedade imobiliária sujeita a sisa;
- locação de bens imóveis;
- transmissões de bens efectuadas no âmbito de actividades de produção agrícola.

As exportações e operações assimiladas a exportações e transportes internacionais, bem como as transmissões intracomunitárias de bens, estão isentas de imposto, mas conferem do direito a dedução do imposto suportado a montante (isenções completas).

Deduções

O imposto que deverá ser periodicamente pago é determinado através da dedução ao montante do imposto liquidado nas operações tributáveis, do montante do imposto suportado nas aquisições efectuadas no mesmo período.

O exercício do direito a dedução está sujeito a um conjunto específico de regras e, para determinados bens e serviços, não é permitido deduzir o imposto suportado na respectiva aquisição (v.g. veículos automóveis de turismo, gasolina, despesas de representação ou de luxo, alojamento, alimentação e bebidas).

Taxas

- taxa reduzida: 5%

Aplicável aos bens alimentares essenciais (cereais, carne, peixe, leite, lacticínios, azeite, frutas e produtos hortícolas), água, electricidade, transporte de passageiros, espectáculos

e divertimentos públicos, alojamento em estabelecimentos de tipo hoteleiro e bens de produção agrícola (utensílios e alfaias agrícolas, tractores, etc.).

- *taxa intermédia:* 12%

Aplicável ao queijo, iogurtes, gorduras e óleos comestíveis, conservas de carne, de peixe e de moluscos, frutas e frutos secos, café, águas minerais e, serviços de restauração (alimentação e bebidas).

- *taxa normal:* 17%

Aplicável a todas as transmissões de bens e prestações de serviços não abrangidos pela taxa reduzida ou taxa intermédia e que não beneficiem de isenção de imposto.

Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores as taxas eram, no período em consideração, respectivamente, 4%, 8% e 12%.

Pagamento

Mensal ou trimestral.

Estão sujeitos à entrega mensal do imposto, até ao dia 20 (dia 10, para as declarações de imposto referentes a Agosto de 1997 e seguintes) do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações, os contribuintes com um volume de negócios superior a 40 000 mil escudos. A declaração trimestral aplica-se, por seu turno, aos contribuintes cujo volume de negócios no ano civil anterior tenha sido inferior aos montantes acima referidos, devendo a respectiva declaração de imposto ser enviada até ao 15º dia do segundo mês seguinte a cada trimestre do ano civil.

Regimes especiais

- *Pequenos retalhistas*

Relativamente aos pequenos retalhistas, contribuintes sem contabilidade organizada para efeitos de imposto sobre o rendimento, cujo volume de compras no ano civil anterior tenha sido inferior a 10 000 mil escudos, o imposto devido é calculado trimestralmente através da aplicação de um coeficiente de 25% sobre o montante do imposto suportado nas aquisições de bens para revenda efectuadas em cada trimestre do ano civil. Ao montante assim determinado apenas é permitido deduzir o imposto suportado nos bens de equipamento e outros bens não destinados à venda, com excepção dos que não dão direito a dedução (viaturas de turismo, barcos de recreio, motos, etc.).

- *Regime de isenção*

Os pequenos contribuintes sem contabilidade organizada para efeitos de imposto sobre o rendimento, que não pratiquem operações de importação ou exportação ou actividades conexas, cujo volume de negócios no ano civil anterior seja inferior a 2 000 mil escudos, podem beneficiar de um regime especial de isenção de IVA. Não liquidam IVA no exercício da sua actividade mas também não podem deduzir o IVA que suportam nas aquisições efectuadas.

Podem ainda beneficiar deste regime especial de isenção, os pequenos retalhistas que tenham um volume de negócios no ano civil anterior, superior a 2 000 mil escudos, mas inferior a 2 500 mil escudos que, se tributados, preencheriam as condições de inclusão no regime dos pequenos retalhistas.

- Regimes especiais de tributação

De referir ainda a existência de vários regimes especiais de tributação em IVA, nomeadamente:

- Regime especial dos combustíveis (Decreto-Lei nº 521/85, de 31 de Dezembro);
- Regime especial dos tabacos (Decreto-Lei n.º 346/85, de 23 de Agosto);
- Regime das agências de viagens e dos organizadores de circuitos turísticos (Decreto-Lei n.º 221/85, de 23 de Agosto);
- Regime dos bens em 2^a mão, objectos de arte, de coleção e antiguidades (Decreto-Lei n.º 199/96, de 18 de Outubro).

3.4. Impostos sobre Bens e Serviços determinados

A concretização do mercado interno comunitário, a partir de 1 de Janeiro de 1993, implicou a livre circulação no território da Comunidade dos tabacos manufacturados, álcool e bebidas alcoólicas e produtos petrolíferos, sujeitos a impostos especiais de consumo.

O actual enquadramento legal destes produtos resultou da transposição de várias directivas comunitárias relativas à respectiva detenção, circulação e controlo.

Para esse efeito foram criados “entrepostos fiscais” e procedeu-se ao registo na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo, dos “depositários autorizados”.

IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE O TABACO MANUFACTURADO

Principal legislação

- * Decreto-Lei nº 52/93, de 26 de Fevereiro
(regime geral de detenção, circulação e controlo)
- * Decreto-Lei nº 104/93, de 5 de Abril (novo regime fiscal)
- * Decreto-Lei nº 325/93, de 25 de Setembro
- * Decreto-Lei nº 75/94, de 7 de Março
- * Decreto-Lei nº 221/94, de 25 de Agosto
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 103/96, de 31 de Julho
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei n.º 197/97, de 2 de Agosto

Beneficiários da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Sujeitos passivos

São sujeitos de imposto, nomeadamente, as pessoas singulares ou colectivas que procedam à introdução no consumo de produtos de tabaco manufacturado.

Incidência

O imposto incide sobre os produtos do tabaco manufacturado, nomeadamente, charutos, cigarros, tabaco de fumar, incluindo o tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar, o rapé e o tabaco de mascar.

Isenções

Está isento de imposto o tabaco manufacturado objecto de expedição para outro Estado membro ou para exportação, fornecido como provisões de bordo ou destinada à venda em lojas francas, destruído sob controlo administrativo ou destinado a testes científicos.

Taxas

As taxas aplicáveis variam consoante o produto:

- sobre *cigarros* a taxa é constituída por dois elementos, um *específico* e outro *ad valorem*: elemento *específico* - 1 452\$00 por milheiro de cigarros (4 400\$00 a partir de Agosto de 1997) elemento *ad valorem* - 57% (até 7 de Agosto de 1997) e, 40% (a partir daquela data), incidente sobre os preços de venda ao público
- sobre os *restantes produtos de tabaco* manufacturado incide exclusivamente uma taxa *ad valorem* sobre o preço de venda ao público.

Nas Regiões Autónomas são aplicadas taxas reduzidas aos cigarros aí fabricados por pequenos produtores (produção anual que não excede 500 t):

- elemento *específico* - 250\$00 (por milheiro de cigarros)
- elemento *ad valorem* - 35% (até 7 de Agosto de 1997) e, 36% (a partir daquela data) incidente sobre os preços de venda ao público.

Entrepóstos fiscais

A produção e a transformação de tabaco manufacturado serão feitas em regime de suspensão de imposto, em entrepostos fiscais de produção ou de transformação, sob permanente fiscalização da Direcção-Geral da Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo.

Liquidação e pagamento

O imposto é autoliquidado pelos sujeitos passivos com base nas declarações de introdução no consumo referentes a cada mês, até ao dia 5 do mês seguinte àquele a que respeita. O imposto autoliquidado deverá ser pago durante o mês seguinte àquele a que disser respeito.

Situações particulares

O tabaco manufacturado que circule em regime suspensivo em território nacional ou entre o território do continente e o de qualquer uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre o território destas regiões, está sujeito ao regime do documento de acompanhamento.

IMPOSTO ESPECIAL SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

Principal legislação

- * Decreto-Lei nº 342/85, de 22 de Agosto (bebidas alcoólicas)
- * Decreto-Lei nº 343/85, de 22 de Agosto (cerveja)
- * Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 52/93, de 26 de Fevereiro
(regime geral de detenção, circulação e controlo)
- * Decreto-Lei nº 104/93, de 5 de Abril (novo regime fiscal)
- * Lei nº 75/93, de 20 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 27/95, de 9 de Fevereiro

- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Sujeitos passivos

São sujeitos de imposto, nomeadamente, os depositários autorizados, os operadores registados e os pequenos produtores.

Incidência

O imposto incide sobre a cerveja, os vinhos tranquilos e espumantes, outras bebidas fermentadas, os produtos intermédios e a bebidas espirituosas.

Isenções

Estão isentos de imposto os produtos não destinados ao consumo humano, os utilizados no fabrico de aromas destinados à preparação de géneros alimentícios e de bebidas não alcoólicas ou utilizados como amostra para análise e prova por entidades oficiais ou para fins científicos.

Taxas

- **Cerveja**

As taxas do imposto são progressivas e determinadas por referência ao grau Plato, ou ao grau alcoólico adquirido.

Grau Plato ou grau alcoólico adquirido	1995	1996	1997
Superior a 0.5% e igual ou inferior a 1,2% vol.	1 100\$/hl	1 100\$/hl	1 125\$/hl
Inferior ou igual a 8º Plato	1 380\$/hl	1 380\$/hl	1 410\$/hl
Superior a 8º e inferior ou igual a 11º Plato	2 200\$/hl	2 200\$/hl	2 250\$/hl
Superior a 11º e inferior ou igual a 13º Plato	2 760\$/hl	2 760\$/hl	2 820\$/hl
Superior a 13º e inferior ou igual a 15º Plato	3 310\$/hl	3 310\$/hl	3 380\$/hl
Superior a 15º Plato	3 860\$/hl	3 860\$/hl	3 950\$/hl

- **Vinho**

O imposto é determinado por referência ao número de hectolitros de produto acabado.

A taxa aplicável é de 0\$ (zero escudos).

- **Outras bebidas fermentadas, tranquilas e espumantes**

O imposto é determinado por referência ao número de hectolitros de vinho tranquilo ou espumante.

A taxa aplicável é de 0\$ (zero escudos).

- **Produtos intermédios**

O imposto é determinado por referência ao número de hectolitros de produto acabado.

A taxa aplicável em 1997 foi de 9 300\$00 por hectolitro.

- **Bebidas espirituosas**

O imposto é determinado por referência ao número de hectolitros de álcool puro, medido igualmente à temperatura de 20°C. A taxa aplicável em 1997 foi de 160 000\$00 por hectolitro.

- Entrepastos fiscais***

As bebidas alcoólicas em regime de suspensão de imposto só podem ser produzidas, transformadas ou detidas e expedidas em entreposto fiscal ou a partir do mesmo.

- Liquidação e pagamento***

O imposto é autoliquidado pelos sujeitos passivos com base nas declarações de introdução no consumo referentes a cada mês, até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeita. O imposto deve ser pago na instância aduaneira competente até ao dia 15 do terceiro mês seguinte ao mês em que ocorreram as introduções no consumo.

- Situações particulares***

Na Região Autónoma dos Açores são reduzidas a metade as taxas do imposto relativas aos licores produzidos a partir de maracujá e de ananás bem como as relativas às aguardentes vínicas e bagaceira.

Na Região Autónoma da Madeira são reduzidas a metade as taxas relativas ao vinho licoroso obtido das variedades de uvas puramente regionais, do rum e dos licores produzidos a partir de frutos subtropicais elaborados com aguardente de cana-de-açúcar.

IMPOSTO SOBRE CONSUMO DE ÁLCOOL

- Principal legislação***

- * Decreto-Lei nº 117/92, de 2 de Junho
- * Lei nº 75/93, de 20 de Dezembro
- * Lei nº39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março
- * Lei n.º 53-C/96 de 27 de Dezembro

- Beneficiários da receita***

Estado e Regiões Autónomas.

- Sujeitos passivos***

São sujeitos de imposto, nomeadamente, as pessoas singulares ou colectivas que sejam detentoras, a qualquer título, de locais de produção ou de depósitos fiscais de álcool, os importadores e outras entidades que procedam à embalagem final de álcool destinado à venda ao público.

- Incidência***

O imposto incide sobre a produção de álcool etílico produzido no território nacional, importado ou proveniente de outro Estado membro da União Europeia.

Isenções

Está isento de imposto o álcool para utilização em fins industriais, para consumo nos hospitais e outros estabelecimentos de saúde públicos e privados, destinado a testes laboratoriais ou destinado à exportação.

Taxas

A taxa aplicável, por litro de álcool na base de 100% vol. a 20°C, foi de 500\$00 em 1997. Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores a taxa é reduzida para 60% da taxa aplicável no território do Continente.

Entrepostos fiscais

A produção e transformação e armazenagem de álcool só poderão ser efectuadas em entreposto fiscal.

Liquidação e pagamento

O imposto é autoliquidado pelos sujeitos passivos até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que ocorrer a respectiva exigibilidade.

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS PETROLÍFEROS

Principal legislação

- * Lei nº 9/86, de 30 de Abril
- * Decreto-Lei nº 261-A/91, de 25 de Julho
- * Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro
- * Portaria nº 195/93, de 18 de Fevereiro
- * Decreto-Lei nº 52/93, de 26 de Fevereiro
- * Decreto-Lei nº 123/94, de 18 de Maio (novo regime fiscal do ISP)
- * Decreto-Lei nº 124/94, de 18 de Maio (taxas)
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiário da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Sujeitos passivos

São sujeitos de imposto as pessoas singulares ou colectivas em nome das quais são declaradas para introdução no consumo os produtos sujeitos a imposto.

Incidência

O imposto incide sobre os produtos usualmente utilizados como carburante ou como combustíveis, nomeadamente:

- gasolinhas;
- petróleo;
- gasóleo;
- fuelóleo;
- gases utilizados como carburantes.

Isenções

Estão isentos de imposto os produtos destinados a Embaixadas e Missões Diplomáticas; a ser utilizados para outros fins que não sejam como carburante; a ser fornecidos tendo em vista o seu consumo na navegação aérea, na navegação marítima costeira, e ainda de pesca, com exclusão da navegação de recreio; a ser fornecidos tendo em vista a produção de electricidade ou de gás de cidade, por entidades que desenvolvam tais actividades a título principal.

Taxas

As taxas aplicáveis variam consoante o produto.

As taxas aplicáveis nas Regiões Autónomas são inferiores às taxas aplicáveis no continente, a fim de compensar os sobrecustos de transporte motivados pela insularidade e dispersão.

Liquidação e pagamento

O imposto é autoliquidado pelos sujeitos passivos com base nas declarações aduaneiras ou declarações de introdução no consumo até ao dia 5 do mês seguinte àquele em que ocorreram tais introduções. O pagamento é mensal e deve processar-se até ao dia 15 de cada mês relativamente às introduções no consumo processadas no mês anterior.

IMPOSTO AUTOMÓVEL

Principal legislação

- | | |
|---|---|
| * Decreto-Lei n.º 405/87, de 31 de Dezembro | * Decreto-Lei n.º 40/93, de 18 de Fevereiro |
| * Decreto-Lei n.º 152/89, de 6 de Maio | * Lei n.º 75/93, de 20 de Dezembro |
| * Decreto-Lei n.º 262/91, de 26 de Julho | * Decreto-Lei n.º 264/93, de 30 de Julho |
| * Decreto-Lei n.º 78/92, de 6 de Maio | * Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro |
| * Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro | * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março |
| * Decreto-Lei n.º 27/93, de 12 de Fevereiro | * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro |

Beneficiários da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Sujeitos passivos

Importadores; pessoas singulares ou colectivas em nome das quais os veículos automóveis ligeiros são declarados para introdução no consumo.

Incidência

O imposto recai sobre os seguintes tipos de veículos:

- automóveis ligeiros de passageiros (incluindo os veículos de uso misto, de corrida e outros principalmente concebidos para o transporte de pessoas, com exclusão das autocaravanas) admitidos ou importados, no estado de novos ou usados, incluindo os montados ou fabricados em Portugal e que sejam matriculados;
- automóveis ligeiros de mercadorias que, após a sua introdução no consumo, sejam transformados em veículos de passageiros ou em mistos de passageiros e carga de peso bruto inferior a 2 500 Kg.

Taxas

O imposto é de natureza específica, monofásico e variável em função do escalão de cilindrada em que os veículos se situem.

Os valores são determinados de acordo com a tabela dos quadros seguintes:

QUADRO 10 - Taxas do Imposto Automóvel (veículos automóveis de passageiros ou mistos)

1997		
Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas	Parcela a abater
Até 1 250	626\$00/cm ³	405 465\$00
De 1 250 a 2 500	1 485\$00/cm ³	1 478 122\$00
Superior a 2 500	2 186\$00/cm ³	3 231 005\$00

Existem outras tabelas de taxas, aplicáveis aos veículos automóveis ligeiros todo-o-terreno e furgões ligeiros de passageiros e para os veículos automóveis ligeiros de mercadorias derivados de ligeiros de passageiros.

Para os automóveis eléctricos e solares, a álcool ou a gás, encontram-se previstas fórmulas de conversão para cálculo da cilindrada corrigida.

Isenções

A isenção de imposto é aplicável em diversas situações abrangendo, nomeadamente:

- entrada de veículos associada à transferência de residência de cidadãos comunitários ou portugueses residentes em países terceiros, para Portugal;
- diplomatas;
- instituições de utilidade pública ou relevante interesse social;
- deficientes.

Beneficiam da redução de imposto (10%) os automóveis usados, importados, com mais de dois anos contados a partir da atribuição da primeira matrícula.

Beneficiam igualmente da redução de imposto (de 18% com 1 a 2 anos de uso até 67% com mais de 8 anos de uso) os veículos automóveis originários, ou em livre prática nos Estados membros da União Europeia.

IMPOSTO DO SELO

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 12 700, de 20 de Novembro de 1926 (aprova o Regulamento e a Tabela Geral).

Principal legislação publicada no período 1992 a 1997:

- | | |
|---|---|
| * Lei n.º 2/92, de 9 de Março | * Decreto-Lei n.º 232/92, de 2 de Julho |
| * Decreto-Lei n.º 114/92, de 17 de Julho | * Decreto-Lei n.º 388/93, de 20 de Novembro |
| * Decreto-Lei n.º 263/92, de 24 de Novembro | * Lei n.º 71/93, de 25 de Novembro |
| * Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro | * Lei n.º 75/93, de 20 de Dezembro |
| * Decreto-Lei n.º 6/93, de 9 de Janeiro | * Decreto-Lei n.º 162/94, de 4 de Junho |
| | * Lei n.º 24/94, de 18 de Julho |

- * Lei nº 39-B/94, de 27 Dezembro
- * Lei n.º92-A/95, de 27 de Dezembro
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março
- * Decreto-Lei n.º 85/96, de 29 de Junho
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Estado e Regiões Autónomas.

Incidência

Todos documentos, livros, papéis, actos e produtos sujeitos a este imposto. O imposto não incide sobre os documentos comprovativos do pagamento de operações sujeitas a IVA, ainda que dele isentas.

Isenções

As isenções dependem de cada uma das situações de sujeição a este imposto, sendo por consequência muito numerosas e variáveis, o que impossibilita a sua enumeração neste contexto.

Taxas

De entre a multiplicidade de documentos e actos sujeitos a imposto referem-se, nomeadamente:

- *documentos comprovativos de pagamentos:*
recibos ou quaisquer outros documentos comprovativos do pagamento ou colocação à disposição dos respectivos beneficiários de remuneração do trabalho dependente: 4 por mil (2 por mil a partir de 1 de Outubro de 1997)
- *letras:*
taxa variável, de acordo com o respectivo valor, atingindo uma taxa máxima de 4 por mil para letras de valor superior a 3 033 750\$00
- *letras sacadas no estrangeiro:*
taxa de 4 por mil sobre o respectivo valor
- *livranças:*
tomadas, ou não, por instituições bancárias, a taxa aplicável é de 5 por mil
- *fiança, caução, penhora e hipotecas:*
taxa de 5 por mil
- *abertura de crédito:*
taxa de 5 por mil sobre o respectivo valor
- *operações financeiras:*
juros cobrados, designadamente por desconto de letras e bilhetes de tesouro, por empréstimos, por conta de crédito e suprimentos e por créditos em liquidação, 6% (4% a partir de 1 de Julho de 1997);
prémios e juros de letras tomadas, de letras a receber por conta alheia, de saques emitidos sobre praças nacionais ou quaisquer transferências e, em geral, todas as comissões que se cobrarem, 6% (4% a partir de 1 de Julho de 1997);
comissões relativas a garantias (bancárias) prestadas, 4%;
juros e comissões relativas a financiamentos concedidos a entidades residentes em território nacional por instituições de crédito(...), 6% (4% a partir de 1 de Julho de 1997);
comissões relativas a garantias prestadas (financiamentos), 3%.
- *apólices de seguros:*
seguro do ramo «caução», 3%;
seguros dos ramos «acidentes», «doença», «crédito» e das modalidades de seguro «agrícola e pecuário», 5%;

seguros do ramo «mercadorias transportadas», 6%;
seguros de quaisquer outros ramos, 9%.

Um elevado número de outros documentos, actos ou situações encontram-se sujeitos a imposto de selo, nomeadamente, anúncios, reclamos ou qualquer outra forma de publicidade, cheques, escrituras, testamentos, prémios de lotaria, apostas mútuas e outros jogos, diplomas de Estado e de habilitações literárias ou científicas, registo de propriedade de veículos automóveis, etc.

Pagamento

O imposto de selo é pago por meio de estampilha fiscal, selo de verba, selo a tinta ou a óleo e selo especial, conforme as circunstâncias previstas na legislação.

IMPOSTO MUNICIPAL DE VEÍCULOS

Principal legislação

- * Decreto-Lei nº 143/78, de 2 de Junho
- * Portaria nº 346/78, de 30 de Junho
- * Decreto-Lei nº 251/79, de 26 de Julho
- * Decreto-Lei nº 183-I/80, de 9 de Junho
- * Decreto-Lei nº 158/81, de 11 de Junho
- * Decreto-Lei nº 142/86, de 16 de Junho
- * Lei nº 2/88, de 26 de Janeiro
- * Decreto-Lei nº 154/89, de 11 de Maio
- * Decreto-Lei nº 209/90, de 27 de Junho
- * Lei nº 65/90, de 28 de Dezembro
- * Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro
- * Decreto-Lei nº 75/93, de 20 de Dezembro
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março e Aviso de 23 de Abril de 1996 da DGCI
- * Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Beneficiários da receita

Municípios onde sejam residentes os titulares dos veículos.

Sujeitos passivos

Proprietários dos veículos.

Bens tributados

Uso e fruição de automóveis ligeiros de passageiros e automóveis ligeiros mistos; aeronaves de uso particular; barcos de recreio de uso particular; motociclos.

Base de tributação

O imposto é determinado em função da antiguidade e a cilindrada dos veículos automóveis e dos motociclos; o peso máximo autorizado à descolagem para as aeronaves; e, a tonelagem de arqueação bruta, potência de propulsão e antiguidade para os barcos de recreio.

Isenções

Entre outras, salientam-se as seguintes isenções de carácter pessoal:

- o Estado e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos ainda que personalizados;
- Autarquias Locais e suas federações e uniões; as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, nos termos da legislação aplicável;
- os deficientes cujo grau de invalidez seja igual ou superior a 60%.

Taxas

As taxas variam em função do tipo de veículos e características técnicas, tendo sido alvo de alterações e actualizações no período considerado

IMPOSTOS DE CIRCULAÇÃO E DE CAMIONAGEM

Principal legislação

- * Decreto-Lei nº 116/94, de 3 de Maio
- * Portaria 664/94, de 19 de Julho
- * Decreto-Lei nº 214/94, de 19 de Agosto
- * Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março
- * Decreto-Lei n.º 185/96, de 27 de Setembro

Beneficiários da receita

Junta Autónoma das Estradas.

Sujeitos passivos

São sujeitos de imposto as pessoas singulares e colectivas em nome dos quais os veículos se encontrem registados e os locatários dos veículos quando estes estejam em regime de locação financeira.

Incidência

O imposto incide sobre os seguintes veículos:

- automóveis de mercadorias;
- automóveis mistos de peso superior a 2 500 Kg;
- conjuntos formados por veículos-reboque ou tractor semi-reboque, destinados ao transporte de mercadorias, com excepção dos tractores agrícolas.

Isenções

Estão isentos de imposto:

- o Estado;
- as Regiões Autónomas;
- as Autarquias Locais e suas federações e uniões;
- as pessoas colectivas de utilidade pública;
- as Embaixadas;
- os veículos que não se encontrem em uso ou fruição.

Taxas

As taxas são as seguintes:

Veículos por classe de peso bruto (em toneladas)	Imposto de circulação	Imposto de camionagem
Até 2,5	4 500\$00	3 000\$00
Mais de 2,5 até 3,5	7 500\$00	5 000\$00
Mais de 3,5 até 7,5	18 000\$00	12 000\$00
Mais de 7,5 até 12	30 000\$00	20 000\$00
Mais de 12 até 18	50 000\$00	32 000\$00
Mais de 18 até 26	63 000\$00	42 000\$00
Mais de 26	120 000\$00	80 000\$00

Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores as taxas são reduzidas em 50%.

Liquidação e pagamento

Os impostos de circulação e camionagem são liquidados e pagos durante os meses de Junho e Julho.

3.5. Contribuições Especiais

Principal legislação

- * Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de Março
- * Decreto-Lei n.º 54/95, de 22 de Março
- * Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março

Beneficiários das receitas

Estado e Municípios.

Sujeitos passivos

As pessoas singulares ou colectivas proprietárias prédios rústicos e de terrenos para construção de imóveis urbanos, que aumentem de valor pela construção da ponte Vasco da Gama em Lisboa e da realização da Exposição Internacional de Lisboa (EXPO'98).

Incidência

A contribuição especial incide sobre o aumento de valor dos prédios rústicos, resultante da possibilidade da sua utilização como terrenos para construção urbana, em zonas delimitadas pela lei.

Base de tributação

A diferença entre o valor do prédio à data em que for requerida a licença para construção ou de obra e o seu valor à data de 1 de Janeiro de 1992, corrigido pelo coeficiente de desvalorização monetária.

Taxas

30% ou 20%, consoante a localização dos prédios nas zonas previamente delimitadas.

Pagamento

Depois de concedida a licença de construção ou de obra o contribuinte será notificado para efectuar o pagamento até ao fim do mês seguinte ao da notificação. O pagamento pode ser feito em prestações mensais, as quais não poderão exceder 24.

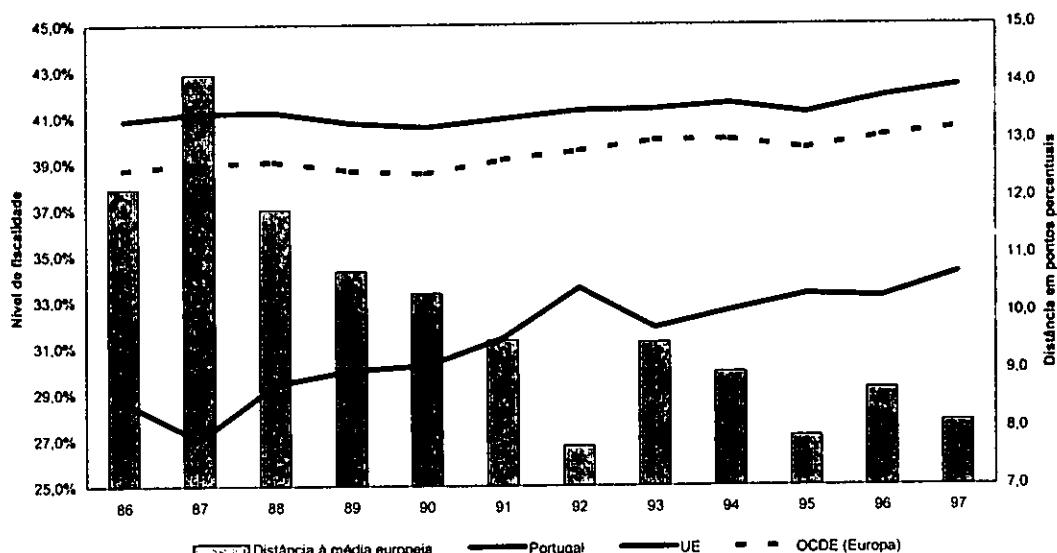
CAPÍTULO II – ASPECTOS GERAIS

Utilizando a metodologia seguida em edições anteriores desta publicação, inclui-se nesta secção uma breve análise da evolução global dos principais impostos e das contribuições para a Segurança Social, através de um conjunto de indicadores e de comparações com os países da União Europeia e ainda com o Canadá, os Estados Unidos e o Japão.

1. NÍVEL DE FISCALIDADE

O primeiro indicador em análise é o nível de fiscalidade o qual, definido como o peso das Receitas Fiscais Totais¹ no PIBpm², pretende medir a carga fiscal de um país. Por forma a tentar explicar as causas de alterações do nível de fiscalidade, este rácio é normalmente dividido em dois revelando o peso no PIB das duas principais componentes das receitas fiscais – impostos e contribuições para a Segurança Social.

Gráfico 1 – Nível de Fiscalidade Comparado



Fonte: OCDE, INE

No ano de 1997 assistimos à retoma do movimento crescente que o nível de fiscalidade de Portugal vinha apresentando desde 1993 e que havia sofrido uma estagnação em 1996, fruto de um comportamento menos dinâmico das contribuições para a Segurança Social verificado naquele ano. Essa retoma permitiu que a distância entre o nível de fiscalidade português e o nível médio da União Europeia se reduzisse para cerca de oito pontos percentuais.

¹ As receitas fiscais totais correspondem ao total de impostos (impostos sobre o rendimento, património e sobre bens e serviços) e às contribuições para a segurança social.

² Os valores do PIBpm são os constantes na publicação "Contas Nacionais Trimestrais" (INE, 1999). As receitas fiscais baseiam-se nos valores fornecidos pela administração fiscal portuguesa à OCDE constantes na publicação "Revenue Statistics of OECD member countries 1965-1998" (OCDE, 1999)

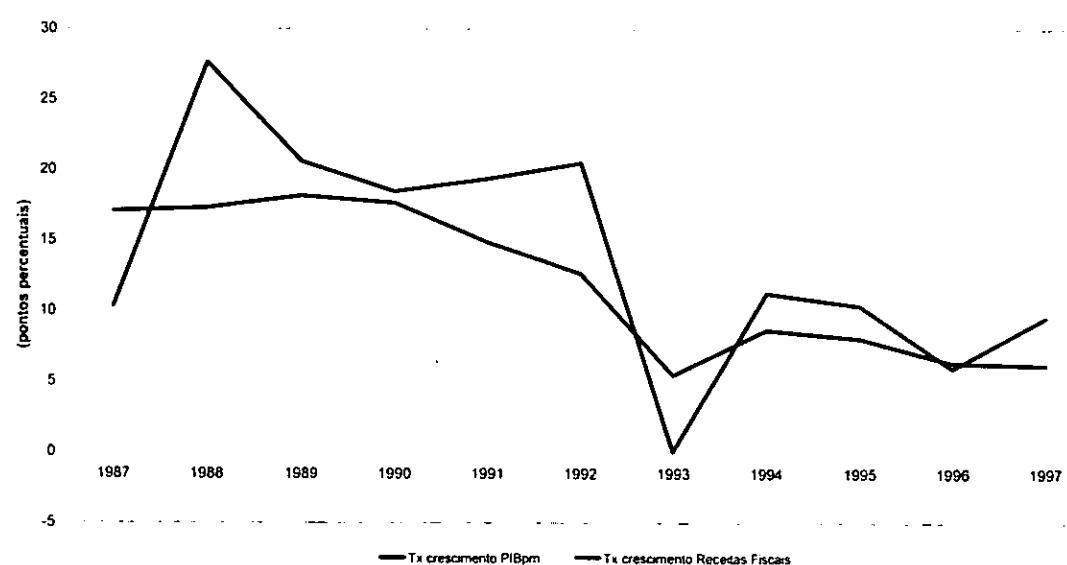
Quadro 1 – Nível de Fiscalidade em Portugal no período 1986-97

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	%
Receitas Fiscais												
em % do PIBpm	27,0	29,4	30,0	30,2	31,4	33,6	31,9	32,6	33,3	33,2	34,2	
Impostos em %												
do PIBpm	19,4	21,5	22,1	22,0	22,9	25,0	23,3	24,0	24,3	24,7	25,3	

O aumento de 1% no nível de fiscalidade continua a ter uma componente substancial proveniente do acréscimo no rácio dos impostos sobre o PIB, não obstante o movimento das contribuições para a Segurança Social ter sofrido um aumento contrariando assim o fraco dinamismo evidenciado nos anos anteriores.

Ao comparar a evolução das taxas de crescimento do PIB e das Receitas Fiscais, o gráfico 2 pretende ilustrar o grau de eficiência da administração fiscal na cobrança de impostos e de contribuições para a Segurança Social. Esta eficiência será tanto maior quanto mais rápido for o crescimento das receitas fiscais em relação ao crescimento da economia.

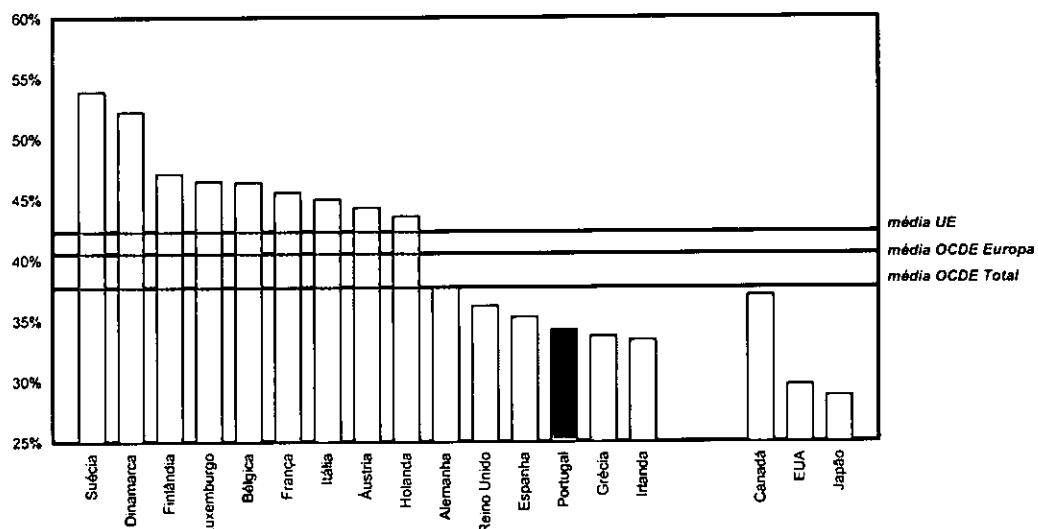
Gráfico 2 – Evolução da Eficiência Fiscal



Fonte: OCDE, INE

Durante a década em análise, destaca-se o comportamento irregular da eficiência fiscal havendo, no entanto, algum indicio de abrandamento em anos de travagem no crescimento económico. Com uma taxa de crescimento das receitas fiscais três pontos percentuais acima do crescimento económico, o ano de 1997 marca a retoma dos níveis de eficiência fiscal positiva dos anos anteriores a 1996 .

Gráfico 3 - Nível de Fiscalidade nos países da UE, Canadá, EUA e Japão em 1997

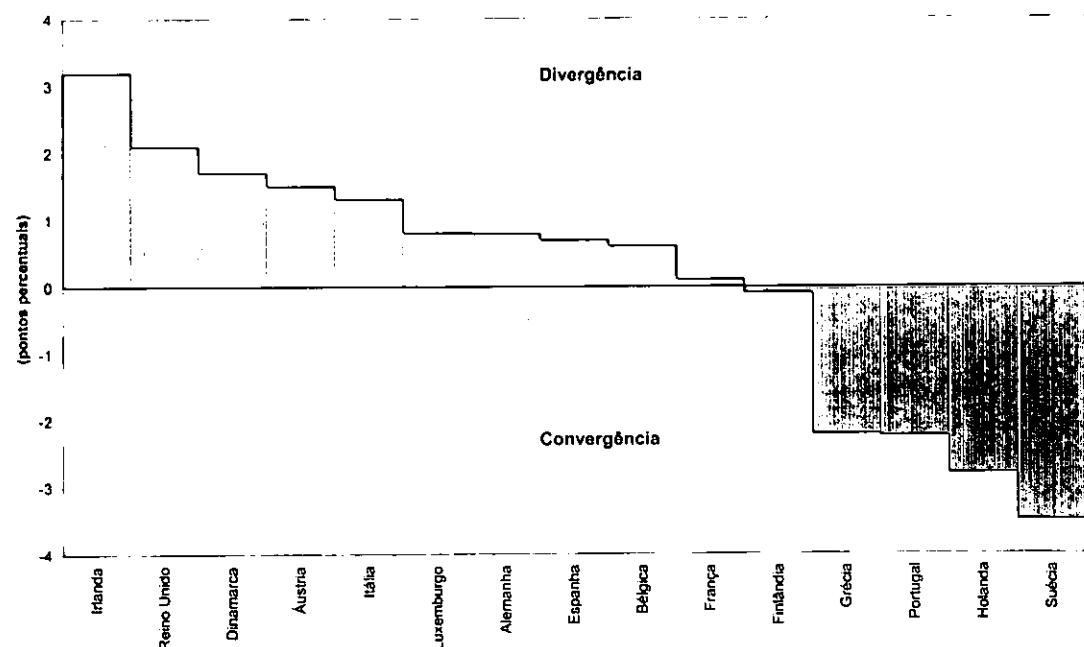


Fonte: INE, OCDE

Nota: A ordenação dos países corresponde a níveis de fiscalidade decrescentes

No que diz respeito à comparação internacional do nível de fiscalidade de 1997 (gráfico 3), verificamos que Portugal continua com um dos níveis mais baixos entre os países em análise. Apesar desse facto, ao ultrapassar neste ano o nível da Grécia e da Irlanda, o nosso país abandona a última posição que vinha ocupando em anos anteriores. Um facto que merece algum destaque é a permanência nos lugares cimeiros dos países escandinavos da UE, com particular destaque para a Suécia e Dinamarca, os únicos países da OCDE com receitas fiscais superiores a metade da produção nacional do país.

Gráfico 4 – Grau de convergência do nível de fiscalidade dos Estados-membros entre 1990 e 1997



Fonte: OCDE, INE

Nota: O valor do grau de convergência é obtido pela diferença entre os desvios (em módulo) face à média europeia, nos dois anos

Recorrendo à análise dos movimentos de aproximação (convergência) e afastamento (divergência) dos Estados-membros face ao nível de fiscalidade médio na União Europeia, entre 1990 e 1997 (gráfico 4), verificamos que Portugal se encontra entre os cinco países que apresentam movimentos convergentes entre aqueles dois anos, o que reflecte um aumento da eficiência fiscal portuguesa tal como se evidenciou anteriormente através do gráfico 2. Apesar de 10 dos países comunitários terem visto a sua carga fiscal divergir da média europeia, é de salientar que deste grupo, apenas cinco deles ultrapassam um ponto percentual de divergência.

2. EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS COMPONENTES DAS RECEITAS FISCAIS

Em 1997, as receitas fiscais nacionais aumentaram 9,6 % face ao ano anterior, registando-se em todas as principais componentes uma taxa de crescimento perto da verificada na receita total e anulando portanto a predominância do crescimento dos impostos sobre o rendimento, observada em 1996. Apesar disso, a taxa de crescimento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas continuou acima dos 25%, compensando assim o menor dinamismo evidenciado pelo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares em 1997.

Quadro 2 – Principais componentes das Receitas Fiscais em Portugal para o período 1990-97

	1990	1996	1997	97/96	10 ⁴ ESC Variação Anual (%)
					Média 97/90
Receitas Fiscais	2 972 290	5 578 616	6 113 751	9,6	10,9
Impostos sobre o Rendimento	762 889	1 591 312	1 760 557	10,6	12,7
das pessoas singulares	471 215	1 051 765	1 084 140	3,1	12,6
das pessoas colectivas	236 938	527 888	663 623	25,7	15,9
Contribuições para a Segurança Social	807 104	1 433 081	1 587 140	10,8	10,1
a cargo dos assalariados	294 735	534 140	584 065	9,3	10,3
a cargo dos empregadores	483 751	804 057	893 084	11,1	9,2
Impostos sobre o Património	80 612	137 886	149 912	8,7	9,3
Impostos sobre bens e serviços	1 302 663	2 377 591	2 570 014	8,1	10,2
Gerais	606 408	1 308 312	1 459 941	11,6	13,4
Específicos	696 255	1 069 279	1 110 073	3,8	6,9
Outros impostos	19 022	38 746	46 130	19,1	13,5

Fonte: OCDE

A comparação da estrutura das receitas fiscais portuguesa com a da média da UE e dos países da Europa pertencentes à OCDE (quadro 3) realça uma diferença fundamental da estrutura nacional pelo facto de a tributação sobre bens e serviços ser maior do que a tributação sobre o rendimento e património, contrariamente ao que sucede na média da UE ou da OCDE.

Quadro 3 – Estrutura das Receitas Fiscais em 1997

	Portugal 1996	Portugal 1997	UE 1997	OCDE Europa 1997	%
Impostos sobre o Rendimento e Património	31,0	31,2	39,0	37,4	
Impostos sobre Rendimento das pessoas singulares	18,9	17,7	25,5	24,8	
Impostos sobre Rendimento das pessoas colectivas	9,5	10,9	8,5	7,9	
Contribuições para a Segurança Social	25,7	26,0	28,6	28,3	
Impostos sobre bens e serviços	42,6	42,0	30,9	32,3	
Impostos gerais sobre bens e serviços	23,5	23,9	19,4	20,7	
Impostos específicos sobre o consumo	19,2	18,2	11,5	11,6	
Outros impostos	0,7	0,8	1,5	2,0	

Fonte: OCDE

2.1. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

Observando a evolução de 90 a 97 de indicadores referentes ao IRS (quadro 4), verificamos que o último ano veio confirmar a tendência de leve decréscimo da taxa de tributação efectiva³, apesar de, contrariamente ao que vinha acontecendo desde 1994, a taxa efectiva referente ao modelo 2 ter sofrido um leve aumento.

Por outro lado, da comparação entre o rendimento bruto médio e o rendimento colectável médio, conclui-se que este último apresenta em 1997 um crescimento mais tímido que o primeiro (3,2 pontos percentuais face aos 5% de crescimento do rendimento bruto). Este facto veio confirmar a tendência, verificada em anos anteriores, de uma maior utilização das deduções e abatimentos ao rendimento declarado, com particular destaque para as contas poupança habitação e poupança reforma (ver também quadros estatísticos 2 e 3).

Quadro 4 – Indicadores do IRS para o período 1990-97

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	10 ⁶ ESC
Rend. Bruto médio / agregado	1 405,7	1 693,4	1 882,0	2 007,6	2 091,8	2 216,1	2 337,8	2 455,5	
Modelo 1	1 340,0	1 618,2	1 786,6	1 899,8	1 960,6	2 070,6	2 148,8	2 222,4	
Modelo 2	1 542,7	1 846,5	2 075,2	2 212,7	2 338,4	2 489,2	2 684,4	2 916,8	
Rend. Colectável médio / agregado	897,4	1 066,5	1 145,0	1 196,9	1 333,3	1 394,8	1 438,9	1 486,1	
Modelo 1	805,3	973,2	1 037,1	1 078,9	1 176,1	1 224,5	1 235,5	1 253,6	
Modelo 2	1 089,3	1 256,8	1 363,3	1 421,4	1 628,8	1 714,1	1 811,7	1 946,2	
Taxa de Tributação Efectiva (%)	10,8	10,6	10,5	10,4	11,0	10,9	10,8	10,7	
Modelo 1	9,3	9,3	9,2	9,1	9,5	9,4	9,1	9,0	
Modelo 2	13,5	13,0	12,7	12,4	13,4	13,3	13,2	13,3	

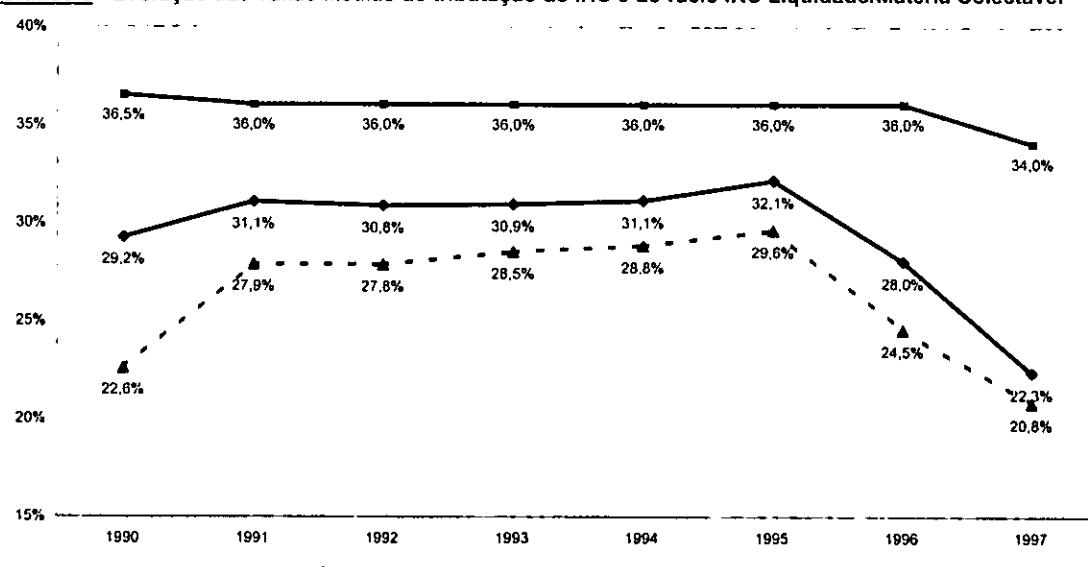
Fonte: DGCI

³ A taxa de tributação efectiva corresponde ao rácio entre o total de IRS liquidado e o Rendimento Bruto

2.2. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas

A diminuição da taxa legal de IRC de 36% para 34%, operada em 1997, revelou-se decisiva para a continuação da queda da taxa efectiva de IRC⁴ e do rácio IRC Liquidado/Matéria Colectável.

Gráfico 5 - Evolução das Taxas Médias de tributação do IRC e do rácio IRC Liquidado/Matéria Colectável



Fonte: DGCI

Apesar deste comportamento, o IRC cobrado aumentou, em termos nominais, 54 10⁹ escudos, tendo esse aumento incidido especialmente sobre as empresas com um volume de negócios entre 30 e 5 000 10⁶ escudos.

Quadro 5 - Indicadores do IRC em 1997 por escalões de Volume de Negócios (VN)

Escalões de VN (10 ⁶ ESC)	Empresas (%)	Volume de Negócios (%)	VN médio (10 ³ ESC)	Matéria Colectável (%)	IRC (10 ⁹ ESC)	IRC/Mat. Colectável (%)	Taxa efectiva de IRC (%)
< 30	65,2	2,9	7 618	14,0	12	4,1	3,6
30 a 1 000	32,8	30,0	155 374	27,2	93	16,1	15,8
1 000 a 2 500	1,3	11,5	1 530 444	6,0	41	32,4	31,8
2 500 a 5 000	0,4	7,8	3 431 781	4,9	34	32,9	31,0
> 5 000	0,3	47,8	24 338 182	47,9	293	28,9	26,6
Total	100,0	100,0	169 955	100,0	473	22,3	20,8

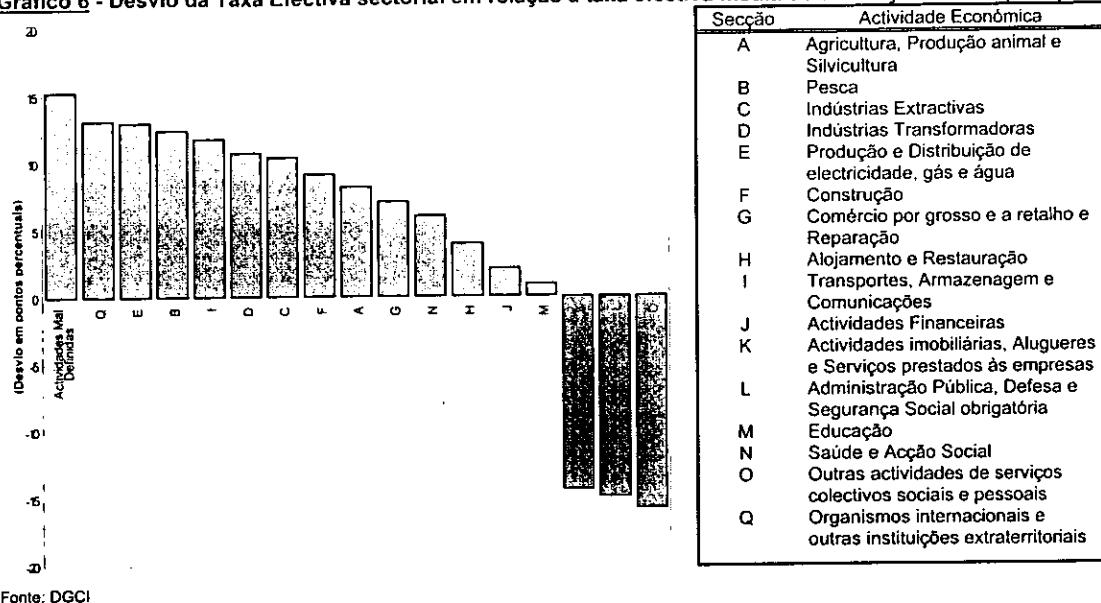
Fonte: DGCI

Relativamente aos desvios das taxas efectivas em cada sector de actividade face à taxa efectiva média (gráfico 6), é de realçar que no ano de 1997 apenas três actividades económicas tiveram uma taxa efectiva abaixo da média, contando-se naturalmente entre estas

⁴ A taxa efectiva de IRC é determinada pela relação entre o IRC Liquidado e a Matéria Colectável acrescida das deduções relativas a benefícios fiscais por dedução ao lucro tributável e por dedução ao rendimento declarado.

os serviços prestados pela Administração Pública, Defesa, Segurança Social Obrigatória e Outras Actividades de Serviços Colectivos Sociais e Pessoais.

Gráfico 6 - Desvio da Taxa Efectiva sectorial em relação à taxa efectiva média de tributação do IRC (1997)



Fonte: DGCI

2.3. Impostos sobre Bens e Serviços

No quadro 6 apresenta-se a variação anual no valor dos principais impostos indirectos bem como do seu peso no total dos impostos. Da análise da variação desses indicadores observa-se que o peso da tributação indirecta no total de impostos cobrados diminui em 1997, para o que terá contribuído a diminuição verificada na cobrança do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos. Apesar disso o valor total dos impostos indirectos aumentou cerca de oito pontos percentuais, fruto sobretudo do acréscimo considerável verificado relativamente às receitas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Quadro 6 - Principais Impostos Indirectos

	Valor (10 ⁹ ESC)		Δ Anual (%)	Peso no total de Impostos (%)	
	1996	1997		1996	1997
Total de Impostos	4 145,5	4 526,6	9,2	100,0	100,0
Impostos sobre Bens e Serviços	2 377,6	2 570,0	8,1	57,4	56,8
IVA	1 273,8	1 422,8	11,7	30,7	31,4
Imposto de Consumo sobre o Tabaco	165,7	177,4	7,0	4,0	3,9
Imposto Automóvel	158,7	167,6	5,6	3,8	3,7
Imposto sobre os Produtos Petrolíferos	456,6	455,3	-0,3	11,0	10,1
Imposto de Selo sobre as Operações Bancárias	45,5	44,0	-3,3	1,1	1,0
Outros Impostos sobre Bens e Serviços	277,3	302,9	9,3	6,7	6,7

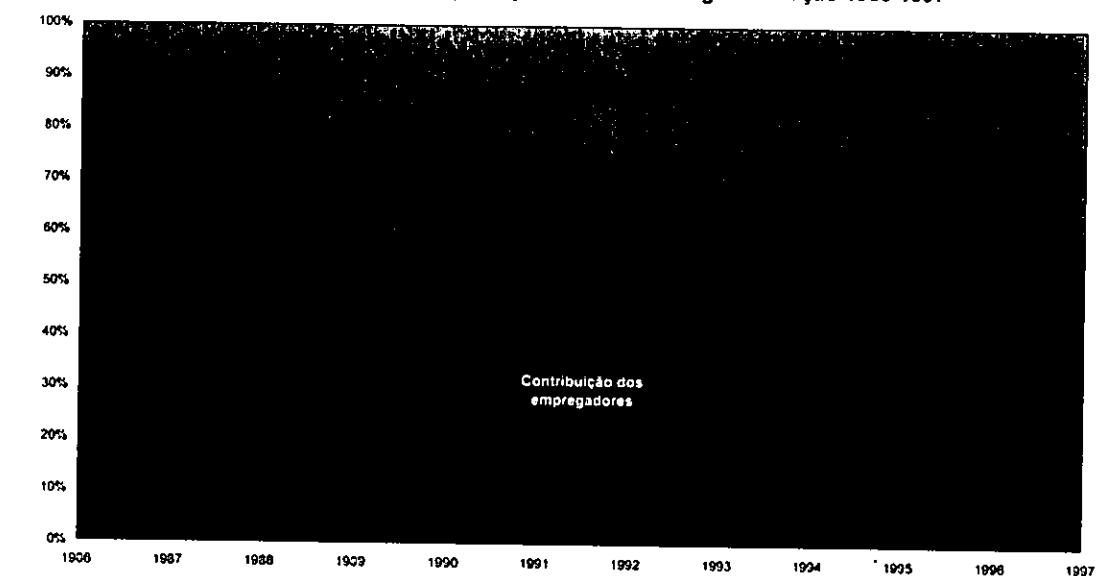
Fonte: DGCI

2.4. Contribuições para a Segurança Social

O ano de 1997 não apresentou alterações significativas no que diz respeito à proporção dos diferentes agentes no total das contribuições para a Segurança Social (gráfico 7). Por outro

lado, após a estagnação de 1996, o total de contribuições cobradas retomou as tendências de evolução evidenciadas ao longo de toda a década de 90. Para essa retoma terão contribuído decisivamente o forte crescimento das contribuições por conta dos trabalhadores por conta de outrém (+9,4%) e dos empregadores (+11,1%). Os trabalhadores independentes, com um crescimento das suas contribuições de 15,9%, continuaram a ser o grupo de contribuintes com maior crescimento, não obstante esta taxa de crescimento anual ter sido cerca de 10 pontos menor que a do ano anterior.

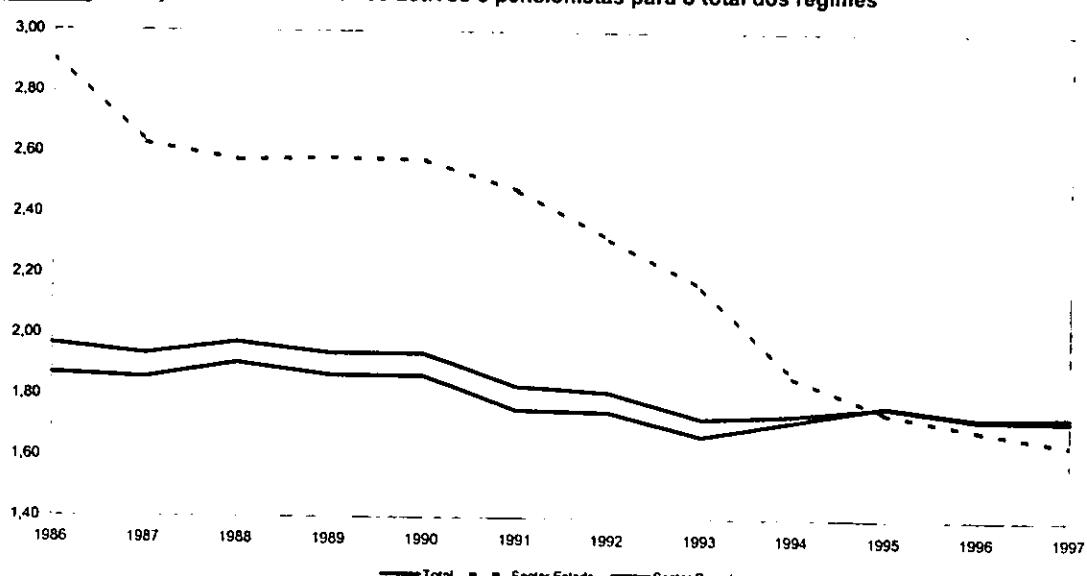
Gráfico 7 - Composição das Receitas da Segurança Social em Portugal. Evolução 1986-1997



Fonte: OCDE

O gráfico 8 mostra que a deterioração progressiva evidenciada pela relação entre beneficiários activos e pensionistas, continuou a verificar-se no ano de 1997, sendo essa tendência bastante mais evidente no sector estatal do que no sector privado (naturalmente, o maior sector em termos de contribuição total).

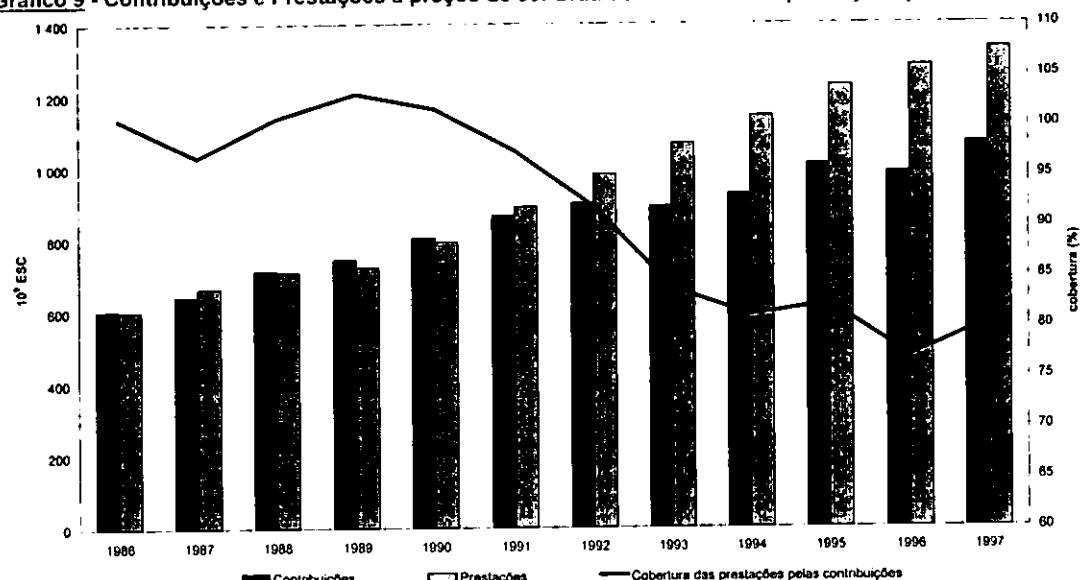
Gráfico 8 - Relação entre beneficiários activos e pensionistas para o total dos regimes



Fonte: Anuário Estatístico da Segurança Social 1997, Relatório e Contas 1997 da Caixa Geral de Aposentações

A deterioração progressiva desta relação é determinante para a evolução negativa do grau de cobertura das prestações sociais pelos seus fluxos de contrapartida, as contribuições para os Regimes de Segurança Social (gráfico 9). Apesar da evolução tendencialmente negativa ao longo do período em análise, observa-se no último ano uma ligeira recuperação no grau de cobertura, atingindo este um valor (80%) sensivelmente idêntico ao registado no ano de 1994.

Gráfico 9 - Contribuições e Prestações a preços de 90. Grau de cobertura das prestações pelas contribuições



Fonte: OCDE, INE, Conta da Segurança Social 1997, Relatório e Contas 1997 da Caixa Geral de Aposentações

A taxa de crescimento real da pensão média (quadro 7) revela, em 1997, um decréscimo de cerca de 0,8 pontos percentuais face à taxa verificada no ano anterior. No entanto, a contribuição média, apresenta um comportamento inverso, crescendo no último ano mais 8,6 pontos do que o verificado em 1996.

Quadro 7 - Crescimento real da contribuição e pensão médias (valores anuais)

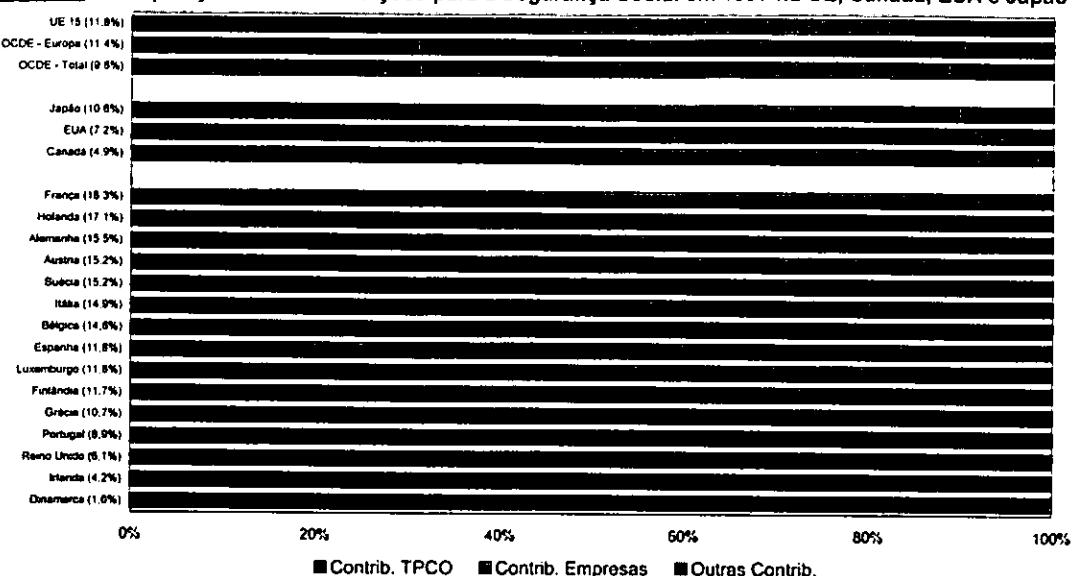
	Valor a preços de 1990 (10³ ESC)			Variação de 1997 (%)	
	1990	1996	1997	face a 1990	face a 1996
Contribuição média total	169,3	205,3	219,6	29,7	7,0
Pensão média total	263,2	374,6	388,0	47,4	3,6
Pensão média (Sector Estado)	468,6	861,5	887,9	89,5	3,1
Pensão média (Sector Privado)	239,5	296,8	305,9	27,7	3,1

Fonte: OCDE, INE, Conta da Segurança Social 1997, Relatório e Contas 1997 da Caixa Geral de Aposentações

Por fim, comparando a estrutura das contribuições para a Segurança Social em Portugal com a estrutura análoga nos restantes países da União Europeia e ainda do Canadá, Estados Unidos e Japão (gráfico 10), verifica-se então que Portugal apresenta uma estrutura muito próxima da média europeia, ficando nos casos extremos a Suécia, Espanha e Finlândia, em que as contribuições sociais são maioritariamente financiadas pelas entidades empregadoras, e a Holanda e Dinamarca⁵, em que o principal grupo contribuinte é o dos trabalhadores por conta de outrém (TPCO).

⁵ A Dinamarca constitui um caso atípico, atendendo à fraca expressão das contribuições na economia (1,6% do PIB)

Gráfico 10 - Composição das Contribuições para a Segurança Social em 1997 na UE, Canadá, EUA e Japão



Fonte: OCDE

Nota: Para cada país figura entre parêntesis o peso do total das contribuições para a Segurança Social no PIB. Os países da UE estão ordenados por importância crescente deste indicador.

QUADROS ESTATÍSTICOS



FONTES E METODOLOGIA

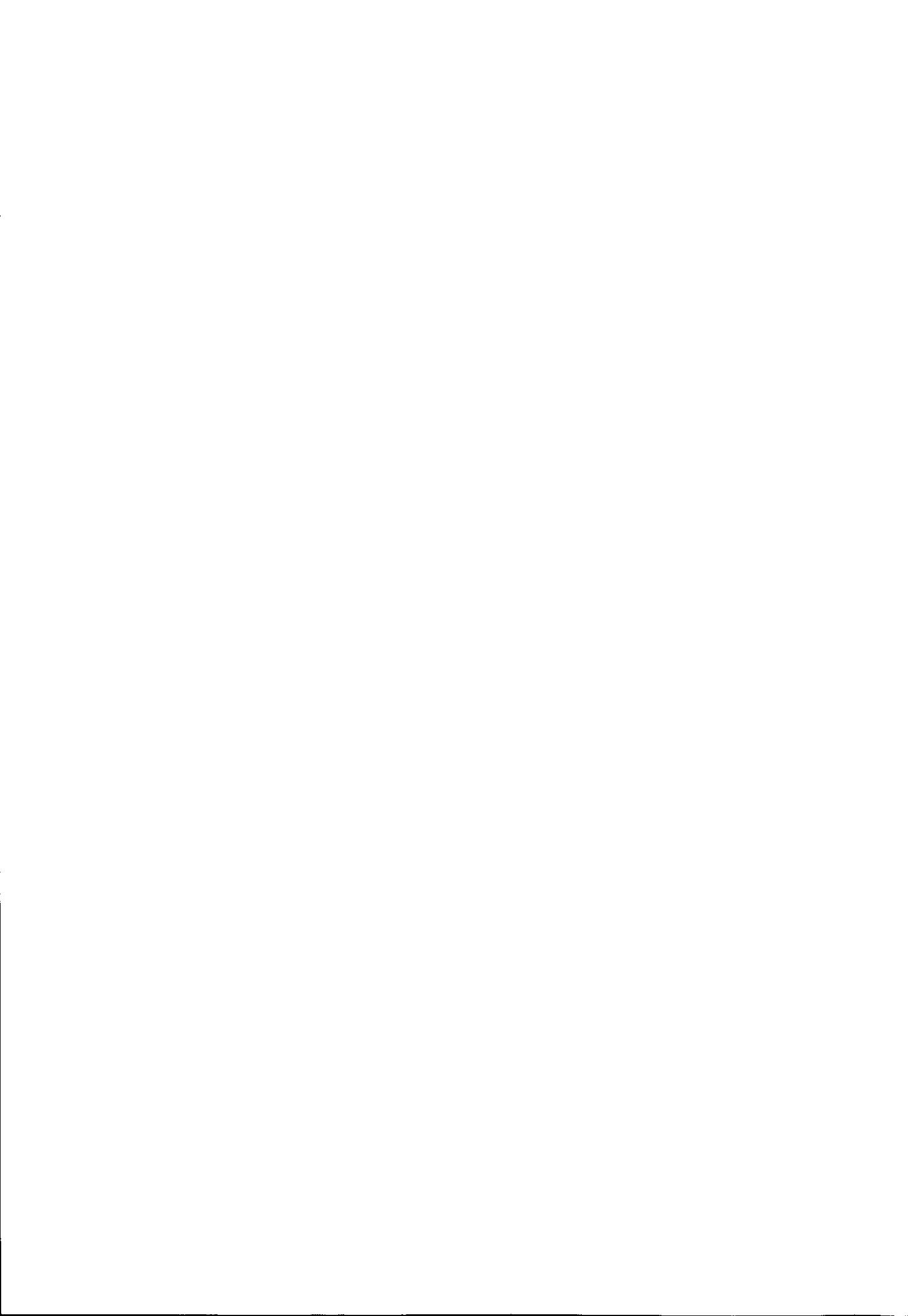
Os valores constantes dos quadros estatísticos que a seguir se apresentam pretendem fornecer uma série de indicadores tão completa quanto possível, por forma a permitir uma análise mais detalhada das incidências dos principais impostos cobrados em 1997 – *impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e colectivas (IRC), imposto sobre o valor acrescentado (IVA), imposto do selo, imposto automóvel, imposto sobre os produtos petrolíferos, impostos especiais sobre o consumo e contribuição autárquica.*

Nesse sentido, nesta edição da publicação acrescentam-se alguns quadros, que nos permitem observar, por exemplo:

- as taxas efectivas de IRC por distrito, por classificação de actividade económica e por escalão de volume de negócios;
- o apuramento do resultado tributável em sede de IRC;
- a decomposição da base sujeita a IVA e o respectivo imposto liquidado por taxas;
- e, finalmente, a distribuição da cobrança bruta de IVA por escalões de valor do imposto.

As fontes utilizadas para o preenchimento dos quadros foram os organismos da Administração Pública responsáveis pela cobrança dos impostos em análise - Direcção Geral dos Impostos (DGCI) e Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC). Para o apuramento do valor dos *impostos de sisa e sobre sucessões e doações* foi utilizada a informação constante da publicação "Revenue Statistics of OECD member countries 1965-1998" (OCDE).

Uma última nota diz respeito ao facto de alguns quadros referentes ao apuramento do IRS (quadros 10 a 15), terem sido construídos com informação obtida numa altura posterior à dos restantes quadros e consequentemente numa fase mais avançada do apuramento do IRS 97. Apesar de esta situação acarretar a não coincidência dos totais destes quadros com os dos quadros totalizadores do modelo 1 (quadro 2) e modelo 2 (quadro 3) do IRS, optámos por disponibilizar a informação com os valores mais actualizados.



Resumo dos Principais Impostos



1 - IMPOSTO LIQUIDADO E COBRANÇA DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS

IMPOSTOS	1997
TOTAL DA COBRANÇA (a) - 10⁶ESC	3 934 453
IRS LIQUIDADO	847 829
IRC LIQUIDADO	472 842
CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA - COBRANÇA LÍQUIDA	73 867
SISA - COBRANÇA	70 078
IMPOSTO SOBRE AS SUCESSÕES E DOAÇÕES - COBRANÇA	14 284
IVA - RECEITA LÍQUIDA	1 420 000
IMPOSTO DO SELO - RECEITA LÍQUIDA	196 363
IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS - COBRANÇA	459 257
IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE O TABACO - COBRANÇA	177 358
IMPOSTO AUTOMÓVEL - COBRANÇA	167 698
IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE BEBIDAS ALCOÓLICAS E ÁLCOOL - COBRANÇA	18 172
IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE CERVEJA - COBRANÇA	16 705
 PERCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DA COBRANÇA	
IRS	21,5
IRC	12,0
CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	1,9
SISA	1,8
IMPOSTO SOBRE AS SUCESSÕES E DOAÇÕES	0,4
IVA	36,1
IMPOSTO DO SELO	5,0
IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS	11,7
IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE O TABACO	4,5
IMPOSTO AUTOMÓVEL	4,3
IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE AS BEBIDAS ALCOÓLICAS E ÁLCOOL	0,5
IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE CERVEJA	0,4

(a) NOSSOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES E DAS PESSOAS COLECTIVAS CONSIDERA-SE O VALOR LIQUIDADO E NOS IMPOSTOS SOBRE O VALOR ACRESCENTADO É BEM E CONSIDERADA A RECEITA LÍQUIDA.



Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)



IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

2 - PRINCIPAIS INDICADORES (MODELO 1)

DESIGNAÇÃO	1997	10^6 ESC VARIAÇÃO 1996/97 (%)
NÚMERO DE AGREGADOS	2 135 744	8,4
RENDIMENTO BRUTO	4 746 445	12,1
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	1 560 255	12,2
RENDIMENTO LÍQUIDO	3 183 840	12,0
ABATIMENTOS COM LIMITE	246 866	17,6
ABATIMENTOS SEM LIMITE	143 027	17,8
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	47 302	34,6
CONTAS POUPANÇA REFORMA	26 218	29,1
TOTAL ABATIMENTOS	463 414	19,8
RENDIMENTO COLECTÁVEL	2 677 450	10,0
DEDUÇÕES À COLECTA	100 902	8,7
IRS LIQUIDADO	428 447	11,3

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

3 - PRINCIPAIS INDICADORES (MODELO 2)

DESIGNAÇÃO	1997	10^6 ESC VARIAÇÃO 1996/97 (%)
NÚMERO DE AGREGADOS	1 079 316	0,4
RENDIMENTO BRUTO	3 148 106	9,1
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	654 518	8,3
RENDIMENTO LÍQUIDO	2 456 190	9,3
ABATIMENTOS COM LIMITE	141 113	11,0
ABATIMENTOS SEM LIMITE	95 161	11,4
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	39 206	23,8
CONTAS POUPANÇA REFORMA	41 282	19,0
TOTAL ABATIMENTOS	316 762	13,6
RENDIMENTO COLECTÁVEL	2 100 589	7,9
DEDUÇÕES À COLECTA	71 623	6,2
IRS LIQUIDADO	419 382	9,8

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

4 - RENDIMENTO DO TRABALHO DEPENDENTE E PENSÕES, POR SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 1)

1997

10⁶ ESC

DESIGNAÇÃO	RENDEIMENTO DO TRABALHO			RENDEIMENTO DO TRABALHO + PENSÕES		
	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS
NÚMERO DE AGREGADOS (a)	782 733	994 883	1 777 616	67 649	126 828	194 477
RENDIMENTO BRUTO	1 149 572	2 707 013	3 856 585	127 216	317 838	445 054
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	357 996	739 603	1 097 598	75 793	195 809	271 602
RENDIMENTO LÍQUIDO	791 243	1 967 243	2 758 486	50 943	121 110	172 053
ABATIMENTOS COM LIMITE	51 923	172 660	224 583	1 632	4 926	6 558
ABATIMENTOS SEM LIMITE (a)	30 234	82 408	112 643	4 564	11 794	16 357
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	17 144	26 091	43 236	440	1 034	1 475
CONTAS POUPANÇA REFORMA	2 828	13 982	16 810	1 107	3 218	4 325
TOTAL ABATIMENTOS	102 129	295 142	397 271	7 744	20 972	28 715
RENDIMENTO COLECTÁVEL	680 316	1 642 634	2 322 950	43 203	99 505	142 708
DEDUÇÕES À COLECTA	25 263	63 574	88 836	1 169	3 836	5 005
IRS LIQUIDADO	111 398	259 392	370 791	7 828	13 625	21 454

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

4 - RENDIMENTO DO TRABALHO DEPENDENTE E PENSÕES, POR SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 1)

(continuação)

1997

10⁶ ESC

DESIGNAÇÃO	PENSÕES		
	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS
NÚMERO DE AGREGADOS (a)	39 509	109 755	149 264
RENDIMENTO BRUTO	94 177	350 628	444 805
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	40 495	150 559	191 054
RENDIMENTO LÍQUIDO	53 541	199 760	253 301
ABATIMENTOS COM LIMITE	4 323	11 401	15 725
ABATIMENTOS SEM LIMITE (a)	2 803	11 118	13 921
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	628	1 964	2 592
CONTAS POUPANÇA REFORMA	765	4 319	5 084
TOTAL ABATIMENTOS	8 519	28 802	37 321
RENDIMENTO COLECTÁVEL	44 343	167 450	211 793
DEDUÇÕES À COLECTA	1 442	5 618	7 060
IRS LIQUIDADO	8 311	27 891	36 202

(a) NÃO SÃO INCLUIDOS OS DADOS RELATIVOS A DECLARAÇÕES CONSIDERADAS ANÔMALAS, EM TERMOS DE TIPO DE RENDIMENTO, PELO QUE OS TOTAIS NÃO CONCOIDEAM COM OS VALORES DO QUADRO 2

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

5 - REPARTIÇÃO POR TIPO DE ANEXOS E SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 2) (a)

1997	DESIGNAÇÃO	COM ANEXO A/B			COM ANEXO A/B/F			10^6 ESC
		NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	
	NÚMERO DE AGREGADOS	66 554	104 359	170 913	2 808	12 268	15 076	
	RENDIMENTO BRUTO	190 666	655 206	845 872	14 988	114 080	129 068	
	DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	34 230	102 291	136 521	2 375	16 298	18 673	
	RENDIMENTO LÍQUIDO	155 886	551 614	707 500	12 562	97 456	110 017	
	ABATIMENTOS COM LIMITE	9 462	34 465	43 928	437	3 572	4 009	
	ABATIMENTOS SEM LIMITE	5 364	15 968	21 332	465	2 620	3 085	
	CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	4 824	10 494	15 319	268	1 640	1 908	
	CONTAS POUPANÇA REFORMA	1 132	7 066	8 197	235	2 575	2 810	
	TOTAL ABATIMENTOS	20 782	67 993	88 775	1 405	10 407	11 813	
	RENDIMENTO COLECTÁVEL	133 339	475 605	608 944	10 915	85 148	96 063	
	DEDUÇÕES À COLECTA	2 366	7 452	9 818	224	1 539	1 763	
	IRS LIQUIDADO	29 978	108 915	138 892	2 867	21 556	24 423	

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

5 - REPARTIÇÃO POR TIPO DE ANEXOS E SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 2) (a)

(continuação)

1997	DESIGNAÇÃO	COM ANEXO A/B1			COM ANEXO A/B1/F			10^6 ESC
		NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	
	NÚMERO DE AGREGADOS	54 359	276 987	331 346	3 877	25 558	29 435	
	RENDIMENTO BRUTO	77 203	626 426	703 629	10 717	102 377	113 094	
	DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	26 910	195 951	222 860	2 816	23 833	26 648	
	RENDIMENTO LÍQUIDO	48 673	418 579	467 251	7 703	76 838	84 541	
	ABATIMENTOS COM LIMITE	3 384	38 738	42 122	243	3 370	3 613	
	ABATIMENTOS SEM LIMITE	2 310	21 455	23 765	368	3 358	3 726	
	CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	816	4 856	5 672	112	977	1 089	
	CONTAS POUPANÇA REFORMA	338	4 896	5 234	166	2 381	2 548	
	TOTAL ABATIMENTOS	6 848	69 946	76 794	890	10 086	10 976	
	RENDIMENTO COLECTÁVEL	41 430	343 145	384 575	6 685	64 976	71 661	
	DEDUÇÕES À COLECTA	1 610	15 630	17 239	343	2 987	3 330	
	IRS LIQUIDADO	6 822	48 057	54 879	1 317	11 380	12 697	

(a) APENAS FORAM SELECIONADOS OS PRINCIPAIS ANEXOS, PELO QUE OS TOTAIS DESTE QUADRO NÃO COINCIDEM COM OS VALORES DO QUADRO 3.

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

5 - REPARTIÇÃO POR TIPO DE ANEXOS E SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 2) (a)

(continuação)

1997

10^8 ESC

DESIGNAÇÃO	COM ANEXO A/C			COM ANEXO A/C/F		
	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS
NÚMERO DE AGREGADOS	3 299	17 787	21 086	621	4 162	4 783
RENDIMENTO BRUTO	11 827	77 551	89 378	4 997	34 411	39 409
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	1 841	14 416	16 258	548	4 519	5 067
RENDIMENTO LÍQUIDO	9 360	59 202	68 562	4 209	28 788	32 997
ABATIMENTOS COM LIMITE	295	3 077	3 372	57	640	696
ABATIMENTOS SEM LIMITE	314	2 195	2 509	110	841	952
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	96	524	621	29	212	241
CONTAS POUPANÇA REFORMA	104	1 201	1 304	59	763	822
TOTAL ABATIMENTOS	809	6 998	7 806	255	2 455	2 711
RENDIMENTO COLECTÁVEL	8 487	51 462	59 949	3 912	25 845	29 757
DEDUÇÕES À COLECTA	116	1 094	1 210	89	757	846
IRS LIQUIDADO	2 463	11 932	14 396	1 210	6 624	7 835

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

5 - REPARTIÇÃO POR TIPO DE ANEXOS E SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 2) (a)

(continuação)

1997

10^8 ESC

DESIGNAÇÃO	COM ANEXO A/F			COM ANEXO B		
	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS
NÚMERO DE AGREGADOS	56 856	98 718	155 574	42 291	5 397	47 688
RENDIMENTO BRUTO	133 774	423 328	557 103	35 465	9 785	45 250
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	44 508	111 371	155 879	-	-	0
RENDIMENTO LÍQUIDO	89 105	311 568	400 673	35 287	9 722	45 009
ABATIMENTOS COM LIMITE	2 396	11 962	14 358	2 763	887	3 650
ABATIMENTOS SEM LIMITE	4 538	13 674	18 212	1 449	472	1 921
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	1 271	4 189	5 460	1 003	144	1 147
CONTAS POUPANÇA REFORMA	1 679	9 036	10 715	117	111	229
TOTAL ABATIMENTOS	9 883	38 861	48 744	5 332	1 615	6 946
RENDIMENTO COLECTÁVEL	77 548	265 511	343 059	29 697	8 025	37 722
DEDUÇÕES À COLECTA	4 094	10 420	14 514	1 180	304	1 484
IRS LIQUIDADO	14 609	51 685	66 295	4 487	1 308	5 794

(a) APENAS FORAM SELECIONADOS OS PRINCIPAIS ANEXOS, PELO QUE OS TOTAIS DESTE QUADRO NÃO CONCVIDEM COM OS VALORES DO QUADRO 3.
FONTE: DGA.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

5 - REPARTIÇÃO POR TIPO DE ANEXOS E SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 2) (a)

(continuação)

1997

10⁶ ESC

DESIGNAÇÃO	COM ANEXO B1			COM ANEXO C		
	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS
NÚMERO DE AGREGADOS	51 335	99 939	151 274	1 691	3 414	5 105
RENDIMENTO BRUTO	22 872	55 583	78 455	2 098	5 325	7 423
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	-	-	-	-	-	0
RENDIMENTO LÍQUIDO	21 254	50 152	71 406	1 792	4 443	6 235
ABATIMENTOS COM LIMITE	1 194	3 913	5 107	58	231	290
ABATIMENTOS SEM LIMITE	953	3 877	4 830	74	269	344
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	185	222	406	18	33	50
CONTAS POUPANÇA REFORMA	58	346	404	13	82	94
TOTAL ABATIMENTOS	2 389	8 358	10 747	163	615	778
RENDIMENTO COLECTÁVEL	19 023	42 559	61 582	1 640	3 861	5 501
DEDUÇÕES À COLECTA	1 045	3 515	4 560	30	123	153
IRS LIQUIDADO	2 421	3 451	5 871	431	718	1 149

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

5 - REPARTIÇÃO POR TIPO DE ANEXOS E SITUAÇÃO FAMILIAR (MODELO 2) (a)

(continuação)

1997

10⁶ ESC

DESIGNAÇÃO	COM ANEXO F		
	NÃO CASADOS	CASADOS	TOTAIS
NÚMERO DE AGREGADOS	28 890	24 831	53 721
RENDIMENTO BRUTO	31 155	35 188	66 343
DEDUÇÕES ESPECÍFICAS	2 964	2 593	5 557
RENDIMENTO LÍQUIDO	28 132	32 560	60 692
ABATIMENTOS COM LIMITE	364	861	1 225
ABATIMENTOS SEM LIMITE	596	909	1 505
CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO	138	311	449
CONTAS POUPANÇA REFORMA	173	846	1 019
TOTAL ABATIMENTOS	1 271	2 927	4 198
RENDIMENTO COLECTÁVEL	26 237	28 340	54 577
DEDUÇÕES À COLECTA	1 804	2 716	4 521
IRS LIQUIDADO	3 385	2 510	6 095

(a) APENAS FORAM SELECIONADOS OS PRINCIPAIS ANEXOS, PELO QUE OS TOTAIS DESTE QUADRO NÃO CORRESPONDENTES OS VALORES DO QUADRO 3.

FONTE: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

6 - REPARTIÇÃO POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 1)

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10^3 ESC	NÚMERO DE AGREGADOS	RENDIMENTO BRUTO	RENDIMENTO LÍQUIDO	RENDIMENTO COLECTÁVEL	IRS LIQUIDADO	1997
		10^3 ESC				
TOTAL	2 135 744	4 746 445	3 183 840	2 677 450	428 447	
Até 700	256 402	108 643	28 097	22 226	1 309	
700 a 1 000	307 532	262 969	106 121	86 101	2 871	
1 000 a 1 400	341 130	407 116	208 762	169 689	10 740	
1 400 a 1 700	210 449	325 905	175 000	140 308	10 993	
1 700 a 2 000	189 256	349 891	190 445	152 435	13 525	
2 000 a 2 300	151 459	324 910	189 409	152 717	15 196	
2 300 a 2 700	155 548	387 303	245 962	200 766	22 607	
2 700 a 3 200	137 846	404 382	273 007	225 368	28 241	
3 200 a 3 800	107 775	374 596	271 856	226 949	32 443	
3 800 a 4 500	79 270	326 970	250 912	211 758	35 079	
4 500 a 5 500	67 600	334 510	264 970	225 613	41 324	
5 500 a 6 000	23 449	134 546	109 787	94 190	18 564	
6 000 a 6 500	18 001	112 378	92 602	79 608	15 896	
6 500 a 7 000	14 551	98 110	81 651	70 525	14 684	
7 000 a 8 000	22 075	164 890	138 988	120 600	26 499	
8 000 a 9 000	15 113	127 901	109 565	95 682	22 558	
9 000 a 10 000	10 585	100 298	86 478	76 154	18 966	
10 000 a 15 000	20 250	239 499	211 247	188 753	51 555	
15 000 a 20 000	4 651	79 304	71 770	65 360	19 973	
> 20 000	2 802	82 323	77 208	72 652	25 323	

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS NÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
Fonte: INSS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

7 - REPARTIÇÃO POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MÓDELO 2)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10 ³ ESC	NÚMERO DE AGREGADOS	RENDIMENTO BRUTO	RENDIMENTO LÍQUIDO	RENDIMENTO COLECTÁVEL	IRS LIQUIDADO
		10 ⁶ ESC			
TOTAL		1 079 316	3 148 106	2 456 190	2 100 589
Até 700	248 971	79 455	51 649	42 135	1 395
700 a 1 000	108 574	92 076	50 541	40 430	1 913
1 000 a 1 400	121 058	144 636	82 518	65 190	3 802
1 400 a 1 700	74 259	114 842	68 284	54 117	3 979
1 700 a 2 000	62 570	115 508	71 509	56 895	4 921
2 000 a 2 300	51 211	109 883	70 804	56 391	5 386
2 300 a 2 700	57 169	142 532	96 353	77 515	8 344
2 700 a 3 200	55 450	163 035	115 235	93 752	11 323
3 200 a 3 800	51 133	178 264	132 358	108 908	15 009
3 800 a 4 500	46 054	190 473	147 728	122 841	19 406
4 500 a 5 500	48 279	239 993	192 316	161 666	28 395
5 500 a 6 000	19 138	109 921	90 105	76 509	14 458
6 000 a 6 500	16 295	101 728	84 244	71 936	14 039
6 500 a 7 000	13 893	93 681	78 500	67 205	13 597
7 000 a 8 000	22 594	168 891	142 663	122 871	26 271
8 000 a 9 000	17 599	149 251	127 714	110 845	25 435
9 000 a 10 000	13 492	127 832	110 489	96 460	23 290
10 000 a 15 000	33 272	399 761	352 077	312 201	82 981
15 000 a 20 000	10 496	178 998	161 243	146 132	43 143
> 20 000	7 809	247 345	229 860	216 590	72 293

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS A ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
FONTE: COC/I

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

8 - RENDIMENTOS E IMPOSTO LIQUIDADO, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS (MODELO 1)

1997

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	NÚMERO DE AGREGADOS	RENDIMENTO	RENDIMENTO	RENDIMENTO	IRS
		BRUTO	LÍQUIDO	COLECTÁVEL	LIQUIDADO
10 ⁶ ESC					
TOTAL	2 135 744	4 746 445	3 183 840	2 677 450	428 447
CONTINENTE	2 044 361	4 552 600	3 051 007	2 563 308	410 998
AVEIRO	153 171	296 417	189 888	158 926	21 818
BEJA	24 531	46 885	29 890	25 449	3 491
BRAGA	164 561	294 300	181 173	151 084	19 491
BRAGANÇA	18 103	41 110	27 419	22 862	3 499
CASTELO BRANCO	36 919	72 524	44 967	37 359	5 205
COIMBRA	83 484	193 256	130 372	111 386	18 027
ÉVORA	31 657	66 240	43 079	36 748	5 183
FARO	75 932	145 890	93 514	78 182	11 493
GUARDA	26 335	53 888	33 980	28 115	4 034
LEIRIA	82 002	164 250	107 157	89 288	12 312
LISBOA	523 094	1 446 675	1 025 914	868 105	162 380
PORTALEGRE	23 779	47 885	29 956	25 559	3 468
PORTO	402 837	813 419	530 948	444 330	67 179
SANTARÉM	87 518	178 663	116 503	96 451	13 434
SETÚBAL	188 505	451 629	310 309	259 253	41 475
VIANA DO CASTELO	37 626	69 961	44 199	37 052	5 024
VILA REAL	28 741	60 419	40 291	33 514	5 033
VISEU	55 566	109 190	71 450	59 646	8 454
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	40 076	87 678	59 826	51 694	7 973
ANGRA DO HEROÍSMO	11 741	24 912	16 679	14 528	2 123
HORTA	5 561	12 213	8 175	7 175	1 131
PONTA DELGADA	22 774	50 553	34 971	29 990	4 719
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	51 307	106 167	73 007	62 449	9 476
FUNCHAL	51 307	106 167	73 007	62 449	9 476

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

9 - RENDIMENTOS E IMPOSTO LIQUIDADO, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS (MODELO 2)

1997

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	NÚMERO DE AGREGADOS	RENDIMENTO	RENDIMENTO	RENDIMENTO	IRS
		BRUTO	LÍQUIDO	COLECTÁVEL	LIQUIDADO
<i>10⁶ ESC</i>					
TOTAL	1 079 316	3 148 106	2 456 190	2 100 589	419 382
CONTINENTE	1 045 152	3 046 858	2 377 077	2 031 533	405 187
AVEIRO	72 054	182 793	139 430	117 426	21 103
BEJA	15 763	31 339	22 594	19 344	3 323
BRAGA	64 546	164 733	125 633	106 129	19 416
BRAGANÇA	12 815	26 166	20 262	17 125	2 993
CASTELO BRANCO	20 053	47 504	34 768	29 648	5 197
COIMBRA	48 397	144 526	113 311	98 093	19 857
ÉVORA	19 815	48 746	36 198	31 174	5 672
FARO	48 585	108 183	80 986	69 453	12 127
GUARDA	16 490	34 002	25 107	21 122	3 459
LEIRIA	50 779	116 473	87 417	73 913	12 493
LISBOA	289 629	1 070 386	863 729	745 367	164 567
PORTALEGRE	12 753	30 527	22 235	19 183	3 384
PORTO	172 025	547 474	429 982	366 338	74 453
SANTARÉM	45 072	103 749	76 813	64 648	11 204
SETÚBAL	83 364	234 790	181 187	153 463	29 090
VIANA DO CASTELO	22 947	46 270	34 192	28 784	4 639
VILA REAL	17 945	37 010	28 325	23 734	4 143
VISEU	32 120	72 187	54 908	46 589	8 068
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	18 829	52 747	40 092	35 018	6 848
ANGRA DO HEROÍSMO	6 523	17 638	13 250	11 719	2 228
HORTA	2 843	7 424	5 486	4 838	936
PONTA DELGADA	9 463	27 686	21 356	18 461	3 683
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	15 335	48 500	39 022	34 039	7 347
FUNCHAL	15 335	48 500	39 022	34 039	7 347

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

10 - NÚMERO DE AGREGADOS E RENDIMENTO COLECTÁVEL, POR TAXAS (MODELO 1)

TAXAS %	NÃO CASADOS		CASADOS 2 TITULARES		1997
	NÚMERO DE AGREGADOS (a)	RENDIMENTO COLECTÁVEL 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE AGREGADOS (a)	RENDIMENTO COLECTÁVEL 10 ⁶ ESC	
TOTAL	902 608	770 038	1 237 132	1 912 316	
SOBRE RESIDENTES					
15,0	684 022	261 006	972 899	739 240	
25,0	150 626	234 668	191 881	592 220	
35,0	61 352	214 949	65 668	456 431	
40,0	6 225	58 078	6 684	124 425	
SOBRE NÃO RESIDENTES (b)					
0,0	383	1 337	-	-	

(a) NÃO FORAM INCLUIDOS OS AGREGADOS COM RENDIMENTO COLECTÁVEL NULO, CONTRARIAMENTE À METODOLOGIA SÉGUIDA EM ANOS ANTERIORES.
 (b) SÓ EXISTEM VALORES PARA "NÃO CASADOS", PORQUE NOS NÃO RESIDENTES NÃO SE DETERMINA O COEFICIENTE CONJUGAL.
 FONTE: DGCI.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

11 - NÚMERO DE AGREGADOS E RENDIMENTO COLECTÁVEL, POR TAXAS (MODELO 2)

TAXAS %	NÃO CASADOS		CASADOS 2 TITULARES		1997
	NÚMERO DE AGREGADOS (a)	RENDIMENTO COLECTÁVEL 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE AGREGADOS (a)	RENDIMENTO COLECTÁVEL 10 ⁶ ESC	
TOTAL	341 886	415 885	749 050	1 710 697	
SOBRE RESIDENTES					
15,0	217 764	71 973	519 200	343 629	
25,0	58 592	94 635	129 816	419 884	
35,0	39 167	145 246	83 515	614 365	
40,0	8 396	88 890	16 519	332 820	
SOBRE NÃO RESIDENTES (b)					
0,0	691	226	-	-	
15,0	13 214	6 168	-	-	
25,0	3 262	4 962	-	-	
35,0	674	2 336	-	-	
40,0	126	1 447	-	-	

(a) NÃO FORAM INCLUIDOS OS AGREGADOS COM RENDIMENTO COLECTÁVEL NULO, CONTRARIAMENTE À METODOLOGIA SÉGUIDA EM ANOS ANTERIORES.
 (b) SÓ EXISTEM VALORES PARA "NÃO CASADOS", PORQUE NOS NÃO RESIDENTES NÃO SE DETERMINA O COEFICIENTE CONJUGAL.
 FONTE: DGCI.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

12 - LIQUIDAÇÃO, IMPOSTO A PAGAR E A REEMBOLSAR (MODELO 1)

1997

DESCRÍÇÃO	PRIMEIRAS DECLARAÇÕES	DECLARAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO	DECLARAÇÕES OFICIOSAS (a)
TOTAL DE DECLARAÇÕES	2 140 399	23 805	13 007
COM IMPOSTO A PAGAR			
NÚMERO DE DECLARAÇÕES	366 645	6 333	2 160
TOTAL DE IMPOSTO - 10 ⁶ ESC	14 203	463	294
TOTAL DE JUROS COMPENSATÓRIOS - 10 ⁶ ESC	51	19	14
TOTAL A PAGAR - 10 ⁶ ESC	14 253	482	307
SEM IMPOSTO A PAGAR/REEMBOLSO			
NÚMERO DE DECLARAÇÕES	482 090	2 623	2 386
COM REEMBOLSO			
NÚMERO DE DECLARAÇÕES	1 291 664	14 849	8 461
TOTAL DE REEMBOLSO AUTOMÁTICO - 10 ⁶ ESC	95 686	1 407	792
TOTAL DE REEMBOLSO NÃO AUTOMÁTICO - 10 ⁶ ESC	14 745	517	592
VALOR TOTAL DOS REEMBOLSOS - 10 ⁶ ESC	110 431	1 924	1 383

(a) DECLARAÇÕES EMITIDAS PELOS SERVIÇOS PARA OBSTAR QUAISQUER OMISSÕES OU INCORREÇÕES POR PARTE DOS CONTRIBUINTES.
FONTE: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

13 - LIQUIDAÇÃO, IMPOSTO A PAGAR E A REEMBOLSAR (MODELO 2)

1997

DESCRÍÇÃO	PRIMEIRAS DECLARAÇÕES	DECLARAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO	DECLARAÇÕES OFICIOSAS (a)
TOTAL DE DECLARAÇÕES	1 086 390	20 897	12 439
COM IMPOSTO A PAGAR			
NÚMERO DE DECLARAÇÕES	342 048	10 442	3 494
TOTAL DE IMPOSTO - 10 ⁶ ESC	75 049	2 337	1 949
TOTAL DE JUROS COMPENSATÓRIOS - 10 ⁶ ESC	553	102	91
TOTAL A PAGAR - 10 ⁶ ESC	75 602	2 439	2 040
SEM IMPOSTO A PAGAR/REEMBOLSO			
NÚMERO DE DECLARAÇÕES	329 771	4 351	3 192
COM REEMBOLSO			
NÚMERO DE DECLARAÇÕES	414 571	6 104	5 753
TOTAL DE REEMBOLSO AUTOMÁTICO - 10 ⁶ ESC	49 174	636	564
TOTAL DE REEMBOLSO NÃO AUTOMÁTICO - 10 ⁶ ESC	26 549	915	1 062
VALOR TOTAL DOS REEMBOLSOS - 10 ⁶ ESC	75 723	1 551	1 626

(a) DECLARAÇÕES EMITIDAS PELOS SERVIÇOS PARA OBSTAR QUAISQUER OMISSÕES OU INCORREÇÕES POR PARTE DOS CONTRIBUINTES.
FONTE: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

14 - RETENÇÕES NA FONTE SOBRE RENDIMENTO DO TRABALHO DEPENDENTE, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 1)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10^3 ESC	NÚMERO DE TITULARES	RENDIMENTO BRUTO	MONTANTE RETIDO
		10^6 ESC	
TOTAL	2 535 223	4 149 297	489 852
Até 700	432 447	190 225	3 285
700 a 1 000	573 697	490 142	9 161
1 000 a 1 400	532 781	630 879	28 818
1 400 a 1 700	247 199	381 401	26 809
1 700 a 2 000	163 100	300 611	27 707
2 000 a 2 300	112 229	240 687	26 425
2 300 a 2 700	113 274	281 950	34 790
2 700 a 3 200	100 242	294 162	42 483
3 200 a 3 800	83 916	291 592	49 503
3 800 a 4 500	66 280	273 285	53 329
4 500 a 5 500	45 074	221 518	46 850
5 500 a 6 000	16 102	92 144	20 805
6 000 a 6 500	9 674	60 347	13 943
6 500 a 7 000	7 627	51 345	12 217
7 000 a 8 000	9 476	70 710	17 276
8 000 a 9 000	6 199	52 446	13 376
9 000 a 10 000	4 005	37 961	9 964
10 000 a 15 000	8 210	98 094	26 808
15 000 a 20 000	1 974	33 712	9 740
> 20 000	1 717	56 087	16 562

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
FONTE: DGN

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

15 - RETENÇÕES NA FONTE SOBRE RENDIMENTO DO TRABALHO DEPENDENTE, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 2)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10^3 ESC	NÚMERO DE TITULARES	RENDIMENTO BRUTO	MONTANTE RETIDO
		10^6 ESC	
TOTAL	862 098	1 854 707	300 073
Até 700	238 841	123 866	1 119
700 a 1 000	126 243	105 234	2 002
1 000 a 1 400	98 347	116 855	6 004
1 400 a 1 700	52 101	80 767	6 145
1 700 a 2 000	42 235	78 099	7 627
2 000 a 2 300	34 842	74 677	8 627
2 300 a 2 700	39 246	97 816	12 849
2 700 a 3 200	41 910	123 165	18 404
3 200 a 3 800	44 522	155 209	27 023
3 800 a 4 500	45 333	187 763	37 177
4 500 a 5 500	35 058	172 746	36 657
5 500 a 6 000	15 353	87 892	19 942
6 000 a 6 500	9 333	58 250	13 425
6 500 a 7 000	7 854	52 822	12 486
7 000 a 8 000	9 356	69 836	16 896
8 000 a 9 000	6 393	54 038	13 557
9 000 a 10 000	3 998	37 930	9 821
10 000 a 15 000	7 823	93 163	25 217
15 000 a 20 000	1 802	30 646	8 775
> 20 000	1 508	53 932	16 320

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
FONTE: DEC.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

16 - RETENÇÕES NA FONTE SOBRE PENSÕES, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 1)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10^3 ESC	NÚMERO DE TITULARES	RENDIMENTO BRUTO	MONTANTE RETIDO
		10^6 ESC	
TOTAL	439 639	607 969	33 969
Até 700	198 384	74 744	77
700 a 1 000	30 643	25 916	68
1 000 a 1 400	37 952	45 776	162
1 400 a 1 700	32 613	50 470	235
1 700 a 2 000	32 658	60 390	759
2 000 a 2 300	21 774	46 613	1 234
2 300 a 2 700	22 853	57 207	2 543
2 700 a 3 200	24 929	72 370	4 575
3 200 a 3 800	12 664	43 811	3 744
3 800 a 4 500	7 647	31 555	3 584
4 500 a 5 500	11 927	58 804	9 124
5 500 a 6 000	1 916	10 965	1 864
6 000 a 6 500	952	5 934	1 050
6 500 a 7 000	776	5 231	949
7 000 a 8 000	820	6 101	1 205
8 000 a 9 000	391	3 305	675
9 000 a 10 000	207	1 955	437
10 000 a 15 000	481	5 721	1 410
15 000 a 20 000	38	640	142
> 20 000	14	460	132

nos escalões de rendimento bruto. Os intervalos são considerados abertos à esquerda e fechados à direita.
Fonte: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

17 - RETENÇÕES NA FONTE SOBRE PENSÕES, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 2)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10^3 ESC	NÚMERO DE TITULARES	RENDIMENTO BRUTO	MONTANTE RETIDO
		10^3 ESC	
TOTAL	304 224	356 012	23 880
Até 700	700	184 970	75 500
700 a 1 000		23 651	19 719
1 000 a 1 400		19 707	23 549
1 400 a 1 700		12 469	19 251
1 700 a 2 000		11 299	20 888
2 000 a 2 300		7 985	17 111
2 300 a 2 700		9 236	23 032
2 700 a 3 200		9 414	27 472
3 200 a 3 800		6 229	21 638
3 800 a 4 500		4 810	19 878
4 500 a 5 500		8 326	41 263
5 500 a 6 000		1 804	10 315
6 000 a 6 500		961	6 001
6 500 a 7 000		763	5 147
7 000 a 8 000		989	7 373
8 000 a 9 000		591	4 994
9 000 a 10 000		315	2 979
10 000 a 15 000		630	7 495
15 000 a 20 000		58	969
> 20 000	17	1 440	129

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
FONTE: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

18 - REPARTIÇÃO DAS DEDUÇÕES, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 1)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10 ³ ESC	ABATIMENTOS SEM LIMITE				ABATIMENTOS COM LIMITE	
	SAÚDE		PENSÕES			
	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC
TOTAL	1 708 264	135 241	22 060	7 786	1 354 331	246 866
Até 700	105 803	3 838	425	82	59 526	3 114
700 a 1 000	194 356	7 821	980	190	117 039	11 014
1 000 a 1 400	264 911	13 713	2 367	485	186 676	21 935
1 400 a 1 700	179 494	11 169	1 843	412	137 060	18 937
1 700 a 2 000	170 359	11 975	1 822	435	134 273	20 585
2 000 a 2 300	140 636	10 987	1 751	469	117 005	19 708
2 300 a 2 700	147 224	12 597	2 001	565	128 705	23 816
2 700 a 3 200	131 713	12 563	2 130	665	118 611	24 229
3 200 a 3 800	103 743	10 997	1 903	667	96 079	22 181
3 800 a 4 500	76 541	8 987	1 589	614	72 446	18 722
4 500 a 5 500	65 716	8 616	1 494	659	62 243	17 804
5 500 a 6 000	22 801	3 277	582	287	21 852	6 799
6 000 a 6 500	17 538	2 651	471	237	16 938	5 654
6 500 a 7 000	14 184	2 217	370	197	13 815	4 722
7 000 a 8 000	21 551	3 483	543	297	21 056	7 607
8 000 a 9 000	14 784	2 613	430	280	14 526	5 451
9 000 a 10 000	10 305	1 919	288	200	10 143	3 869
10 000 a 15 000	19 600	3 983	665	533	19 366	7 751
15 000 a 20 000	4 444	1 081	223	221	4 399	1 877
> 20 000	2 561	755	183	289	2 573	1 092

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

18 - REPARTIÇÃO DAS DEDUÇÕES, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 1)

(continuação)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10 ³ ESC	CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO		PLANOS POUPANÇA REFORMA		DEDUÇÕES À COLECTA	
	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC
TOTAL	150 974	47 302	74 908	26 218	1 976 022	100 902
A 16 700	1 530	147	271	18	184 974	3 312
700 a 1 000	4 721	883	945	104	278 078	10 061
1 000 a 1 400	9 843	2 322	2 922	443	316 899	14 726
1 400 a 1 700	8 214	2 126	2 964	529	192 797	10 173
1 700 a 2 000	8 708	2 370	3 651	775	179 119	10 095
2 000 a 2 300	8 911	2 558	3 704	885	148 142	8 877
2 300 a 2 700	12 242	3 606	5 207	1 325	153 487	9 520
2 700 a 3 200	13 165	4 117	6 304	1 830	136 920	8 552
3 200 a 3 800	13 432	4 341	6 400	1 991	107 485	6 803
3 800 a 4 500	12 421	4 112	6 353	2 149	79 176	5 068
4 500 a 5 500	13 163	4 484	7 526	2 708	67 560	4 417
5 500 a 6 000	5 600	1 928	3 171	1 179	23 436	1 564
6 000 a 6 500	4 733	1 651	2 678	1 039	17 991	1 238
6 500 a 7 000	4 218	1 492	2 379	959	14 545	1 012
7 000 a 8 000	7 435	2 679	4 041	1 702	22 060	1 570
8 000 a 9 000	5 581	2 036	3 365	1 498	15 107	1 097
9 000 a 10 000	4 297	1 586	2 742	1 322	10 580	772
10 000 a 15 000	8 945	3 371	6 751	3 542	20 227	1 483
15 000 a 20 000	2 415	941	2 099	1 258	4 640	351
> 20 000	1 400	554	1 435	963	2 799	211

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

19 - REPARTIÇÃO DAS DEDUÇÕES POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 2)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a) 10 ³ ESC	ABATIMENTOS SEM LIMITE				ABATIMENTOS COM LIMITE	
	SAÚDE		PENSÕES			
	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ⁶ ESC
TOTAL	819 303	89 390	10 702	5 771	649 422	141 113
Até 700	111 043	5 860	489	130	57 100	4 641
700 a 1 000	67 007	3 937	348	90	44 889	5 147
1 000 a 1 400	89 926	6 147	451	139	64 334	8 916
1 400 a 1 700	60 537	4 686	392	126	45 916	7 184
1 700 a 2 000	53 561	4 539	439	135	42 317	7 343
2 000 a 2 300	45 508	4 228	381	138	37 331	7 029
2 300 a 2 700	52 011	5 234	575	205	43 813	8 906
2 700 a 3 200	51 327	5 830	684	264	44 509	9 717
3 200 a 3 800	48 036	5 840	805	351	42 959	10 100
3 800 a 4 500	43 736	5 851	829	380	40 047	10 410
4 500 a 5 500	46 274	6 826	1 013	511	42 963	12 295
5 500 a 6 000	18 483	2 922	435	245	17 349	5 244
6 000 a 6 500	15 750	2 620	348	209	14 871	4 668
6 500 a 7 000	13 491	2 362	303	187	12 756	4 144
7 000 a 8 000	22 005	4 000	529	335	20 935	7 109
8 000 a 9 000	17 192	3 312	536	363	16 460	5 860
9 000 a 10 000	13 197	2 688	412	304	12 691	4 618
10 000 a 15 000	32 478	7 394	1 066	880	31 291	11 661
15 000 a 20 000	10 222	2 669	390	381	9 807	3 672
> 20 000	7 519	2 445	277	400	7 084	2 447

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

19 - REPARTIÇÃO DAS DEDUÇÕES POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (MODELO 2)

(continuação)

1997

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO (a)	CONTAS POUPANÇA HABITAÇÃO		PLANOS POUPANÇA REFORMA		DEDUÇÕES À COLECTA	
	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ³ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ³ ESC	NÚMERO DE UTILIZADORES	VALOR 10 ³ ESC
TOTAL	112 621	39 206	92 968	41 282	961 168	71 623
Aié	700	1 724	306	1 353	106	163 879
700 a 1 000	1 972	462	1 632	216	94 822	4 207
1 000 a 1 400	3 503	926	3 053	520	111 859	6 087
1 400 a 1 700	3 019	881	2 515	537	70 281	4 374
1 700 a 2 000	3 267	969	2 836	701	60 231	4 052
2 000 a 2 300	3 595	1 111	2 950	812	49 925	3 567
2 300 a 2 700	5 190	1 655	3 946	1 200	56 203	4 195
2 700 a 3 200	6 186	2 025	4 946	1 656	54 831	4 292
3 200 a 3 800	7 435	2 516	5 565	2 095	50 778	4 159
3 800 a 4 500	8 174	2 820	6 077	2 501	45 836	3 977
4 500 a 5 500	10 647	3 747	7 901	3 430	48 157	4 453
5 500 a 6 000	4 980	1 785	3 742	1 668	19 103	1 848
6 000 a 6 500	4 641	1 677	3 374	1 526	16 264	1 653
6 500 a 7 000	4 359	1 592	3 227	1 515	13 879	1 449
7 000 a 8 000	7 641	2 815	5 770	2 798	22 566	2 475
8 000 a 9 000	6 619	2 468	5 068	2 557	17 573	2 078
9 000 a 10 000	5 473	2 062	4 437	2 334	13 479	1 680
10 000 a 15 000	15 054	5 771	13 939	8 002	33 224	4 953
15 000 a 20 000	5 326	2 096	5 771	3 718	10 487	2 191
> 20 000	3 816	1 522	4 866	3 390	7 791	4 817

(a) NOS ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
FONTE: DGCI.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

20 - GUIAS DE PAGAMENTO RECOLHIDAS E NOTAS DE COBRANÇA

10³ ESC

DESIGNAÇÃO	1997
TOTAL DE IRS	1 217 219
TOTAL PAGO POR GUIA	1 118 865
RETENÇÕES DE ENTIDADES PRIVADAS	787 733
TRABALHO DEPENDENTE	532 647
TRABALHO INDEPENDENTE	39 996
PENSÕES	58 206
RENDIMENTOS PREDIAIS	19 481
JUROS DE DEPÓSITOS	79 080
TÍTULOS NOMINATIVOS	4 096
OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS	8 361
COMISSÕES P/ INTERMEDIAÇÃO	13 636
GANHOS DE JOGOS, LOTARIAS	32 103
CLUBES DE INVESTIDORES - ART. 29 DO E.B.F.	127
RETENÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS	310 185
TRABALHO DEPENDENTE	263 824
TRABALHO INDEPENDENTE	5 088
RENDIMENTOS DE CAPITAIS	41 152
RENDIMENTOS PREDIAIS	103
RENDIMENTOS PAGOS A NÃO RESIDENTES	18
PAGAMENTOS POR CONTA	20 885
JUROS COMPENSATÓRIOS	62
PAGAMENTOS EM PRESTAÇÕES	184
PAGAMENTOS EM EXECUÇÃO	16 383
TOTAL PAGO POR NOTAS DE COBRANÇA	81 788

FONTE: DGCI

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)



IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS**21 - NÚMERO E VALOR DAS DECLARAÇÕES DO MODELO 22 - PRINCIPAIS INDICADORES**

1997

DESCRICAÇÃO	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC
Nº TOTAL DE DECLARAÇÕES	227 747	-
RESULTADO TRIBUTÁVEL		
>0	123 653	2 590
=0	20 539	-
<0	83 555	- 787
MATÉRIA COLECTÁVEL	89 896	2 117
IRC LIQUIDADO (TOTAL DA COLECTA - DEDUÇÕES)	87 552	473

FONTE: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

22 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (a)

DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC
1. VENDA DE MERCADORIAS	102 362	19 960	0,8	8,7
2. VENDA DE PRODUTOS	33 910	10 863	1,5	7,6
3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	115 369	7 883	3,3	12,0
4. VOLUME DE NEGÓCIOS (c)	227 747	38 707	1,2	9,0
5. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	37 632	67	2,4	-44,5
6. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	2 671	153	-3,3	-5,2
7. PROVEITOS SUPLEMENTARES	25 530	1 541	2,8	35,0
8. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	10 816	311	-5,1	7,5
9. OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	10 931	294	0,6	104,0
10. PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	128 002	1 292	3,2	32,3
11. PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	84 002	1 412	2,6	48,8
12. TOTAL DOS PROVEITOS	195 278	43 777	1,6	11,4
13. CUSTO DAS MERCADORIAS	151 914	22 028	1,1	8,1
14. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS	202 227	7 606	1,8	10,3
15. IMPOSTOS INDIRECTOS	158 264	1 611	2,7	30,4
16. IMPOSTOS DIRECTOS	29 937	127	7,1	-1,1
17. CUSTOS COM O PESSOAL	171 505	4 863	2,2	5,7
18. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	84 110	453	0,6	18,8
19. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	186 775	1 782	2,1	3,4
20. PROVISÕES DO EXERCÍCIO	15 082	672	0,3	16,3
21. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	154 620	1 678	3,7	8,9
22. CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	127 288	555	4,6	3,5
23. TOTAL DE CUSTOS	208 006	41 376	1,7	8,9
24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	81 927	528	8,8	13,2
25. RESULTADOS DO EXERCÍCIO				
<0	91 397	- 750	-4,5	-19,7
=0	20 152	-	-3,8	-
>0	116 198	2 615	7,3	49,7

(a) ELEMENTOS RETIRADOS DO QUADRO 12 DA DECLARAÇÃO MODELO 22 DO ITC
 (b) OS TOTAIS (4,12,23) NÃO RESULTAM DA SOMA DOS ITENS QUE OS PRECEDEM, NA MEDIDA EM QUE UMA MESMA DECLARAÇÃO PODE ORIGINAR MAIS DO QUE UMA INSCRIÇÃO.
 (c) INCLUI DECLARAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS INACTIVOS E DOS COM ACTIVIDADE (COM VOLUME DE NEGÓCIOS).

FONTE: DRG

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

23 - APURAMENTO DO RESULTADO TRIBUTÁVEL (a)

1997

DESIGNAÇÃO	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10 ⁶ ESC
1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO		
>0	116 198	2 615 041
<0	91 397	- 750 268
2. Variações patrimoniais não reflectidas no resultado líquido		
>0	898	25 541
<0	17 514	- 256 062
3. SOMA (1+2) (c)	227 747	1 634 251
4. Matéria colectável / lucro tributável imputado por Soc. Transparentes, ACE's ou AEIE's	338	5 304
5. Prémios de seguro de vida	9 179	11 898
6. Reintegrações e amortizações não aceites como custo	26 757	70 386
7. Provisões não dedutíveis	1 686	335 588
8. Provisões além dos limites legais	869	32 017
9. Realizações de utilidade social não dedutíveis	366	37 134
10. Donatícias não previstas ou além das limites	17 232	3 224
11. IRC e Contribuição Autárquica	87 334	548 566
12. Multas, coimas, juros comp.e demais ens.pela prática de infracções	74 319	17 820
13. Indemnizações por eventos seguráveis	1 366	1 397
14. Correcção de contratos de loc.in. até 31/12/93	8 677	30 243
15. Despesas confidenciais e ou não documentadas	3 852	16 553
16. Menos-valias contabilísticas	11 133	103 233
17. Mais-valias fiscais por valores de realização não reinvestidos	14 929	401 861
18. Correcções nos casos de crédito de imposto	621	4 439
19. 40% do aumento das reint. resultantes da reav. imob. corp.	10 845	53 559
20. 20% das despesas de representação (artº 41º nº 1 g))	66 864	10 119
21. Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor	6 454	6 394
22. 20% dos encargos relacionados c/ viaturas ligeiras (artº 41º nº 4)	73 266	45 763
23. (em aberto)	41 265	170 496
24. (em aberto)	6 971	85 347
25. SOMA (3+4+...+24)	207 471	3 625 595
26. Prejuízo fiscal imputado por ACE's ou AEIE's	173	1 786
27. Redução de provisões tributadas	1 365	208 259
28. Mais-valias contabilísticas	24 214	878 029
29. Menos-valias fiscais	11 127	172 661
30. Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	5 782	11 555
31. Rendimentos nos termos do artigo 45º	526	145 785
32. Correcção de contratos de locação financeira até 31-12-93	8 199	24 298
33. Actualização de encargos de explorações silvícolas	69	5 886
34. Benefícios fiscais - (Anexo 22-A)	17 929	50 777
35. (em aberto)	12 639	222 651
36. (em aberto)	1 964	102 734
37. TOTAL A DEDUZIR (26+27+...+37)<0	48 129	1 824 421
38. RESULTADO TRIBUTÁVEL		
(25 - 37) > 0 : LUCRO TRIBUTÁVEL	123 653	2 590 444
(25 - 37) = 0	20 539	-
(25 - 37) < 0 : PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS	83 555	- 787 191

(1) ELEMENTOS RETIRADOS DO QUADRO 17 DA DECLARAÇÃO MODELO 23 DO ITC
 (2) O N.º DE DECLARAÇÕES NÃO É ADICIONAVEL
 (3) INCLUI DECLARAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS INACTIVOS E DOS COM ACTIVIDADE OU JO VOLUME DE NEGÓCIOS
 FONTE: DGII

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

24 - APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL, POR REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

DESCRIPÇÃO	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁶ ESC	1997
REGIME GERAL			
LUCRO TRIBUTÁVEL	121 804	1 885 354	
- DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS	46 023	462 380	
- DEDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS	268	3 528	
MATÉRIA COLECTÁVEL	89 302	1 419 447	
REGIME DE TRANSIÇÃO			
LUCRO TRIBUTÁVEL	63	3 268	
- DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS	8	67	
- DEDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS	8	463	
MATÉRIA COLECTÁVEL	56	2 738	
REGIME DE REDUÇÃO DE TAXA			
LUCRO TRIBUTÁVEL	331	22 330	
- DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS	85	5 915	
- DEDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS	3	8	
MATÉRIA COLECTÁVEL	249	16 407	
REGIME DE ISENÇÃO TEMPORÁRIA			
LUCRO TRIBUTÁVEL	547	679 459	
- DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS	14	1 235	
- DEDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS	-	-	
MATÉRIA COLECTÁVEL	289	678 223	

(a) O N.º DE DECLARAÇÕES COM MATÉRIA COLECTÁVEL NÃO RESULTA DA SOMA ARITMÉTICA DO LUCRO TRIBUTÁVEL E RESPECTIVAS DEDUÇÕES

PONTE DCCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

25 - CÁLCULO DO IMPOSTO

1997

DESIGNAÇÃO	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (a)	VALOR 10 ⁶ ESC
1. COLECTA - TAXA NORMAL	87 507	484 633
2. COLECTA - REDUÇÃO DE TAXA	886	2 743
3. TOTAL DA COLECTA (1+2)	88 082	487 376
4. DEDUÇÕES À COLECTA		
4.1. DUPLA TRIBUTAÇÃO ECONÓMICA	329	1 276
4.2. DUPLA TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL	62	2 482
4.3. CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	2 861	2 873
4.4. BENEFÍCIOS FISCAIS	1 088	7 903
5. TOTAL DAS DEDUÇÕES (4.1+4.2+4.3+4.4)	4 189	14 534
6. IRC LIQUIDADO (3-5)>0	87 552	472 842
7. RETENÇÕES NA FONTE		
7.1. A TAXAS DO ARTIGO 74º DO CIRS	35 257	16 676
7.2. OUTRAS	17 736	12 695
8. PAGAMENTOS POR CONTA	60 249	285 398
9. CRÉDITO REPORTADO	-	-
10. IRC A PAGAR (6-7.1-7.2-8-9)>0	74 036	197 935
IRC A RECUPERAR (6-7.1-7.2-8-9)<0	35 979	- 40 217
11. IRC POR NÃO REINVESTIMENTO	251	299
12. DERRAMA	68 390	40 655
13. DESPESAS CONFIDENCIAIS	3 671	5 044
14. JUROS DE MORA	-	-
15. JUROS COMPENSATÓRIOS	1 868	63
16. TOTAL A PAGAR (10+11+...+15)>0	78 007	240 596
TOTAL A RECUPERAR (10+11+...+15)<0	32 937	- 36 533

(a) O N.º DE DECLARAÇÕES NÃO É ADICIONÁVEL
FONTE: CGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

26 - VOLUME DE NEGÓCIOS, POR ESCALÕES

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^9 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	227 747	38 707		1,2
Até 30 000	148 444	1 131	-0,9	1,1
30 000 a 100 000	42 162	2 330	4,0	3,7
100 000 a 200 000	15 595	2 195	6,3	6,1
200 000 a 300 000	6 588	1 613	8,5	9,0
300 000 a 500 000	5 714	2 204	5,1	5,7
500 000 a 1 000 000	4 705	3 274	9,9	10,1
1 000 000 a 2 500 000	2 896	4 432	6,2	6,1
2 500 000 a 5 000 000	883	3 030	12,9	12,1
5 000 000 a 15 000 000	526	4 337	4,4	5,7
15 000 000 a 50 000 000	162	4 224	3,8	5,4
MAIS de 50 000 000	72	9 936	14,3	16,5

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
(b) INCLUI DECLARAÇÕES DOS GUERNOS PASSIVOS INACTIVOS E DOS COM ACTIVIDADE CUI VOLUME DE NEGÓCIOS:

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

27 - TOTAL DE PROVEITOS POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^8 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	195 278	43 777		1,6
Até 30 000	115 977	2 322	-0,8	14,4
30 000 a 100 000	42 160	2 768	4,0	13,5
100 000 a 200 000	15 595	2 294	6,3	6,0
200 000 a 300 000	6 588	1 698	8,5	10,3
300 000 a 500 000	5 714	2 287	5,1	5,2
500 000 a 1 000 000	4 705	3 406	9,9	10,0
1 000 000 a 2 500 000	2 896	4 679	6,2	6,0
2 500 000 a 5 000 000	883	3 243	12,9	13,4
5 000 000 a 15 000 000	526	4 720	4,4	6,9
15 000 000 a 50 000 000	162	4 766	3,8	8,9
MAIS de 50 000 000	72	11 592	14,3	18,6

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
(b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR > 0

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

28 - TOTAL DE CUSTOS, POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^9 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	208 006	41 376	1,7	8,9
Até 30 000	128 712	1 897	-0,4	5,4
30 000 a 100 000	42 156	2 442	4,0	1,7
100 000 a 200 000	15 592	2 248	6,3	4,9
200 000 a 300 000	6 588	1 658	8,6	8,0
300 000 a 500 000	5 714	2 245	5,1	4,5
500 000 a 1 000 000	4 705	3 351	9,9	8,5
1 000 000 a 2 500 000	2 896	4 538	6,2	4,5
2 500 000 a 5 000 000	883	3 133	12,9	12,1
5 000 000 a 15 000 000	526	4 584	4,4	6,9
15 000 000 a 50 000 000	162	4 562	3,8	6,4
MAIS de 50 000 000	72	10 718	14,3	16,9

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA

(b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR >0

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

29 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - POSITIVO - POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^9 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	116 198	2 615	7,3	49,7
Até 30 000	55 879	633	4,1	33,1
30 000 a 100 000	30 570	387	9,6	247,6
100 000 a 200 000	12 132	74	9,4	14,0
200 000 a 300 000	5 300	56	12,3	33,3
300 000 a 500 000	4 608	61	9,3	15,9
500 000 a 1 000 000	3 888	83	15,8	21,6
1 000 000 a 2 500 000	2 407	160	13,0	20,9
2 500 000 a 5 000 000	761	114	19,1	25,5
5 000 000 a 15 000 000	442	165	8,9	24,3
15 000 000 a 50 000 000	142	231	7,6	51,6
MAIS de 50 000 000	69	651	25,5	53,6

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA

(b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR >0

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

30 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - NEGATIVO - POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10 ³ ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	91 397	750	-4,5	-19,7
Até 30 000	72 481	221	-3,4	-14,7
30 000 a 100 000	11 574	80	-8,2	-11,8
100 000 a 200 000	3 450	47	-7,4	-21,8
200 000 a 300 000	1 285	30	-4,7	-40,3
300 000 a 500 000	1 098	38	-9,7	-13,2
500 000 a 1 000 000	810	55	-11,7	-28,4
1 000 000 a 2 500 000	477	64	-19,2	-36,5
2 500 000 a 5 000 000	119	42	-13,1	-21,8
5 000 000 a 15 000 000	82	81	-11,8	31,6
15 000 000 a 50 000 000	18	86	-21,7	-19,6
MAIS de 50 000 000	3	7	-62,5	-78,0

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
 (b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR >0
 FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

31 - LUCRO TRIBUTÁVEL - TOTAL - POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10 ³ ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	123 653	2 590	6,5	39,9
Até 30 000	59 639	299	3,2	29,7
30 000 a 100 000	32 653	377	8,4	224,0
100 000 a 200 000	12 947	83	10,3	20,1
200 000 a 300 000	5 629	67	12,7	40,9
300 000 a 500 000	4 855	72	9,0	19,3
500 000 a 1 000 000	4 059	105	14,7	19,2
1 000 000 a 2 500 000	2 454	176	11,0	19,9
2 500 000 a 5 000 000	764	131	17,7	38,0
5 000 000 a 15 000 000	451	182	11,6	1,1
15 000 000 a 50 000 000	142	250	10,1	26,6
MAIS de 50 000 000	60	848	22,4	36,6

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
 (b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR >0
 FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

32 - PREJUÍZO FISCAL - TOTAL - POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^9 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	83 555	787	-5,0	-12,2
Até 30 000	68 343	238	-4,0	-12,8
30 000 a 100 000	9 468	72	-8,5	-14,5
100 000 a 200 000	2 635	44	-9,4	-19,5
200 000 a 300 000	955	29	-10,7	-24,8
300 000 a 500 000	852	34	-12,2	-11,3
500 000 a 1 000 000	641	45	-12,9	-36,1
1 000 000 a 2 500 000	436	73	-14,5	-13,5
2 500 000 a 5 000 000	119	48	-9,2	-33,8
5 000 000 a 15 000 000	74	51	-22,9	-18,4
15 000 000 a 50 000 000	20	100	-25,9	82,8
MAIS de 50 000 000	12	56	-14,3	-15,7

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
 (b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR > 0.

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

33 - MATÉRIA COLECTÁVEL - TOTAL - POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^9 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	89 896	2 117	7,1	41,3
Até 30 000	38 730	297	2,8	73,5
30 000 a 100 000	24 830	343	8,8	305,8
100 000 a 200 000	10 704	57	11,3	18,6
200 000 a 300 000	4 791	42	14,4	19,5
300 000 a 500 000	4 107	54	10,1	20,5
500 000 a 1 000 000	3 483	80	16,1	18,4
1 000 000 a 2 500 000	2 074	127	13,5	10,7
2 500 000 a 5 000 000	630	104	15,2	33,9
5 000 000 a 15 000 000	372	159	7,5	4,5
15 000 000 a 50 000 000	127	197	16,5	46,8
MAIS de 50 000 000	48	658	2,1	15,8

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
 (b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR > 0.

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

34 - COLECTA, POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^9 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	88 082	487	7,6	12,4
Até 30 000	37 619	13	3,5	-8,6
30 000 a 100 000	24 422	19	9,1	8,4
100 000 a 200 000	10 586	18	11,3	12,9
200 000 a 300 000	4 747	14	14,4	11,3
300 000 a 500 000	4 075	18	10,3	13,6
500 000 a 1 000 000	3 441	26	16,1	10,4
1 000 000 a 2 500 000	2 054	42	14,2	17,5
2 500 000 a 5 000 000	621	35	16,5	28,8
5 000 000 a 15 000 000	362	46	9,7	-2,8
15 000 000 a 50 000 000	114	54	20,0	42,9
MAIS de 50 000 000	41	203	5,1	8,9

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
 (b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR > 0
 FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

35 - IRC LIQUIDADO POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (a) 10^3 ESC	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10^9 ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	87 552	473	7,6	12,7
Até 30 000	37 301	12	3,6	-10,1
30 000 a 100 000	24 315	19	9,1	8,1
100 000 a 200 000	10 530	18	11,0	12,3
200 000 a 300 000	4 732	13	14,2	11,6
300 000 a 500 000	4 064	18	10,5	14,2
500 000 a 1 000 000	3 433	25	16,1	9,1
1 000 000 a 2 500 000	2 050	41	14,4	18,7
2 500 000 a 5 000 000	615	34	16,0	28,6
5 000 000 a 15 000 000	358	45	7,8	-4,1
15 000 000 a 50 000 000	113	50	20,2	39,9
MAIS de 50 000 000	41	197	10,8	10,8

(a) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA
 (b) NÚMERO DE DECLARAÇÕES COM VALOR > 0
 FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

36 - TAXAS EFECTIVAS DE IRC (a), POR ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS

ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS (b) 10^3 ESC	TAXA EFECTIVA IRC (%)	
	1996	1997
TOTAL	24,5	20,8
Até 30 000	4,6	3,6
30 000 " a 100 000	19,9	5,4
100 000 " a 200 000	31,3	29,8
200 000 " a 300 000	32,4	30,7
300 000 " a 500 000	32,8	32,1
500 000 " a 1 000 000	32,3	29,6
1 000 000 " a 2 500 000	29,1	31,8
2 500 000 " a 5 000 000	32,1	31,0
5 000 000 " a 15 000 000	28,6	28,1
15 000 000 " a 50 000 000	22,5	24,5
MAIS de 50 000 000	29,7	26,8

(a) TAXA EFECTIVA = IRC LIQUIDADO / (MAT. COLECTIVEL + BENEFICIOS FISCAIS POR DEZ AO RENDIMENTO E AO LUCRO TRIBUTAVEL)

(b) NOS ESCALÕES DE VOLUME DE NEGÓCIOS, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.

FONTE: DIRECCAO GERAL DOS IMPOSTOS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

37 - VOLUME DE NEGÓCIOS, POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇ. (b)	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	227 747	38 707	1,2	9,0
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	5 480	339	1,5	6,2
BB	PESCA	482	81	-5,1	12,6
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	134	5	-8,8	-13,6
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	966	156	2,4	12,1
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	4 760	1 876	3,3	9,1
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	6 675	1 340	-0,5	3,7
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	1 670	447	-0,5	3,1
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	2 990	471	2,9	13,8
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	3 203	644	-0,5	2,1
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	9	804	50,0	-0,7
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	898	685	0,0	7,2
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	992	300	3,1	16,7
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	2 748	617	3,4	11,6
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	4 510	724	5,1	18,6
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	2 037	395	1,9	6,4
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	1 176	557	0,9	9,3
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	676	1 106	5,0	7,7
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	3 543	357	3,6	14,8
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	308	704	13,2	5,8
FF	CONSTRUÇÃO	21 937	2 877	4,4	19,5
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	77 643	12 935	1,9	12,5
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	21 247	564	2,4	6,4
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	10 290	2 117	3,7	11,3
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	1 463	4 233	1,6	8,7
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	33 162	3 273	6,0	5,5
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	21	12	10,5	-7,5
MM	EDUCAÇÃO	2 262	93	3,2	-1,3
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	6 588	209	10,2	14,2
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	8 144	507	4,5	16,5
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-76,8
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	1 732	278	-70,7	-57,4

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (ICA REV. 2-1992)

(b) INCLUI DECLARAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS ACTIVOS E DOS COM ACTIVIDADE DE QUO VOLUME DE NEGÓCIOS.

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

38 - TOTAL DE PROVEITOS, POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	195 278	43 777	1,6	11,4
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	4 483	383	2,9	5,4
BB	PESCA	374	87	-2,3	12,3
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	96	5	6,7	-12,8
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	761	167	5,4	10,4
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	4 100	1 963	4,1	8,7
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	5 783	1 401	1,6	4,4
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	1 494	462	1,1	3,3
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	2 586	491	3,9	13,2
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	2 836	688	0,7	3,5
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	8	832	60,0	-0,6
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	782	751	2,2	11,5
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	870	313	2,5	16,7
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	2 377	645	4,6	7,1
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	4 093	769	5,7	21,4
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	1 848	413	2,6	5,6
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	1 027	590	1,3	9,7
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	574	1 155	4,2	6,1
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	3 118	370	3,9	14,2
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	239	870	19,5	5,6
FF	CONSTRUÇÃO	18 349	3 155	5,3	10,9
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	67 690	13 426	1,7	12,7
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	18 687	591	2,2	6,7
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	9 337	2 341	3,8	10,3
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	1 238	5 763	1,3	16,9
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	26 756	4 871	7,4	18,2
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	19	13	18,8	-8,3
MM	EDUCAÇÃO	1 924	126	3,5	-2,1
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	6 037	216	9,9	14,5
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	6 722	585	4,1	17,8
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-76,1
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	1 071	333	-76,8	-53,2

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE REV. 2) 1992
FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

39 - TOTAL DE CUSTOS, POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	208 006	41 376	1,7	8,9
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	4 893	378	2,5	4,5
BB	PESCA	406	87	-2,6	10,5
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	104	6	4,0	-11,3
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	821	165	5,5	10,5
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	4 338	1 923	4,4	7,3
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	6 050	1 389	1,3	3,1
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	1 546	465	0,7	2,4
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	2 726	482	4,3	11,3
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS: EDIÇÃO E IMPRESSÃO	2 976	649	0,5	-0,5
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	8	814	33,3	-2,1
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	820	682	1,1	8,8
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	910	299	2,2	15,8
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	2 500	605	4,7	2,4
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	4 243	750	5,8	17,0
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	1 913	397	2,0	2,6
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	1 085	574	1,6	7,6
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	604	1 134	4,7	4,2
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	3 255	363	4,1	12,4
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	268	703	7,6	5,3
FF	CONSTRUÇÃO	19 844	3 062	5,8	18,2
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	71 026	13 214	1,8	12,4
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	19 729	598	2,7	3,5
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	9 697	2 261	3,9	8,6
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	1 336	5 316	1,8	13,9
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	30 217	3 881	6,9	8,0
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	18	13	11,8	-10,8
MM	EDUCAÇÃO	2 055	124	3,5	-1,5
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	6 295	197	10,5	12,4
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	7 231	531	4,5	12,6
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-61,7
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	1 090	323	-77,7	-55,2

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE REV. 2) - 1992
Fonte: DGC/I

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

40 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - POSITIVO - POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	116 198	2 615	7,3	49,7
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	2 462	14	4,0	19,4
BB	PESCA	167	2	-9,7	68,0
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	48	0	-5,9	-7,7
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	531	7	17,0	15,7
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	2 321	48	5,9	22,5
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	3 413	31	4,4	23,8
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	1 005	8	2,9	11,7
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	1 794	12	8,2	60,0
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1 796	38	3,3	96,4
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	7	19	75,0	181,6
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	539	60	8,2	88,4
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	623	14	9,7	34,6
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1 644	32	15,1	27,0
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	2 936	21	10,9	67,0
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	1 374	15	10,4	33,6
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	683	16	7,9	28,9
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	408	20	13,1	8,3
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	2 035	10	9,3	29,4
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	130	101	23,8	15,0
FF	CONSTRUÇÃO	12 059	118	11,3	53,0
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	40 578	252	6,2	16,1
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	9 355	22	18,2	26,8
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	5 522	142	12,0	31,9
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	854	389	6,1	56,2
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	15 205	1 116	12,3	75,5
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	14	0	27,3	266,4
MM	EDUCAÇÃO	968	5	1,7	-7,7
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	4 107	19	13,5	24,8
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	3 003	71	8,0	43,4
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-87,1
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	608	12	-75,6	-60,5

(a) CLASIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE) REV. 21-1992

(b) RESULTADO SEM INTERPRETAÇÃO

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

41 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - NEGATIVO - POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	91 397	750	-4,5	-19,7
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	2 424	12	1,5	-4,3
BB	PESCA	240	2	2,1	-18,2
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	56	1	14,3	8,0
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	292	8	-10,4	13,7
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	2 016	26	2,5	-34,4
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	2 640	29	-2,7	-26,4
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	544	4	-2,7	-42,6
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	935	6	-2,7	-36,6
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1 179	8	-3,6	-42,2
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	1	0	-50,0	186,7
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	282	6	-9,9	-45,0
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	286	4	-10,9	37,6
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	857	8	-10,6	-60,9
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	1 308	10	-4,1	-59,9
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	537	5	-14,6	-57,6
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	391	6	-7,8	-54,2
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	199	10	-8,7	-64,8
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	1 220	7	-3,1	-30,3
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	132	6	-5,7	138,9
FF	CONSTRUÇÃO	7 490	53	-1,7	-11,6
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	30 450	131	-3,5	-8,7
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	10 372	33	-8,2	-26,0
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	4 181	131	-5,2	-2,6
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	484	26	-4,9	-49,4
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	14 901	184	1,9	14,0
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	5	0	-16,7	-81,8
MM	EDUCAÇÃO	1 069	4	5,3	14,9
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	2 183	5	5,1	-18,1
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	4 221	20	2,5	-29,4
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	#	#
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	502	6	-79,1	-84,5

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE REV. 01-1992)
FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

42 - LUCRO TRIBUTÁVEL - TOTAL - POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	123 653	2 590	6,5	39,9
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	2 537	14	4,3	9,2
BB	PESCA	180	2	-10,4	41,3
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	50	0	0,0	8,5
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	556	10	11,9	7,0
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	2 436	62	6,0	14,4
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	3 652	38	2,8	19,3
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	1 075	10	2,8	13,5
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	1 891	14	8,2	27,8
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1 961	48	3,6	65,0
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	7	2	75,0	-78,0
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	569	70	7,0	57,7
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	656	18	9,0	32,4
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1 728	50	12,9	16,7
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	3 111	27	9,6	52,5
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	1 458	20	7,7	28,2
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	732	24	6,7	49,0
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	424	33	6,3	-4,8
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	2 162	13	10,9	20,6
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	139	199	31,1	8,6
FF	CONSTRUÇÃO	12 901	130	9,9	31,2
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	42 970	329	6,5	20,6
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	9 802	25	17,6	14,3
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	5 835	201	11,0	10,4
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	884	378	5,7	52,1
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	16 534	760	11,4	107,2
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	16	0	60,0	246,2
MM	EDUCAÇÃO	1 027	7	1,8	-10,1
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	4 558	21	12,0	23,1
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	3 189	70	8,5	30,2
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-87,4
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	612	15	-76,7	-55,8

(a) CLASIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE REV. 2) - 1992

(b) RESULTADO BEM INTERPRETAÇÃO

FONTE: DGSI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

43 - PREJUÍZO FISCAL - TOTAL - POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	83 555	787	-5,0	-12,2
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	2 309	12	0,1	-10,2
BB	PESCA	227	2	3,2	-17,6
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	53	1	8,2	-8,8
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	266	7	-5,3	-1,5
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	1 877	29	1,8	-8,3
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	2 397	28	-3,9	-23,3
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	470	4	-4,1	-42,1
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	836	5	-4,1	-35,2
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1 007	7	-6,8	-54,4
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	1	0	-50,0	187,8
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	251	6	-10,0	-42,7
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	253	3	-12,2	19,3
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	767	7	-11,6	-77,1
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	1 124	8	-4,7	-59,2
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	455	4	-13,8	-64,2
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	350	10	-7,9	-19,0
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	179	8	0,6	-71,6
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	1 084	6	-7,0	-33,0
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	124	3	-11,4	30,3
FF	CONSTRUÇÃO	6 602	49	-1,9	-6,2
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	27 062	120	-3,7	-23,4
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	9 899	31	-9,0	-22,3
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	3 854	135	-5,7	77,3
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	451	68	-5,6	-22,1
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	13 522	188	1,7	5,6
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DÉFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	3	0	-40,0	-88,3
MM	EDUCAÇÃO	1 007	4	4,9	10,9
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	1 718	4	6,6	20,9
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	4 012	21	1,2	-14,7
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	#	#
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	495	17	-78,0	-31,7

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE-REV. 2) - 1992
FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

44 - MATÉRIA COLECTÁVEL - TOTAL - POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	89 896	2 117	7,1	41,3
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	1 521	8	9,4	36,6
BB	PESCA	86	0	-3,4	16,2
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	27	0	12,5	30,7
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	430	9	19,4	11,5
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	1 569	52	7,1	25,7
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	2 575	26	7,3	20,5
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	837	8	5,8	14,3
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	1 412	7	10,8	26,1
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1 451	25	8,4	31,0
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	4	0	33,3	277,9
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	446	41	9,3	11,7
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	508	16	11,2	62,1
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1 227	45	13,7	26,2
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	2 389	21	13,9	64,8
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	1 194	16	10,1	26,5
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	568	19	10,9	38,9
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	300	29	4,2	-11,9
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	1 577	10	14,3	31,0
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	100	197	31,8	8,6
FF	CONSTRUÇÃO	10 284	83	11,6	27,5
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	32 616	300	6,0	35,7
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	5 316	15	13,0	15,8
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	3 934	185	16,2	13,4
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	717	250	-4,3	29,4
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	12 157	702	10,8	128,2
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	11	0	37,5	246,2
MM	EDUCAÇÃO	659	4	4,6	14,2
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	3 972	19	12,7	24,6
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	1 933	20	4,8	-55,0
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-87,4
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	75	8	-95,3	-56,2

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE REV. 2), 1992
PONTE: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

45 - COLECTA, POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	88 082	487	7,6	12,4
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	1 460	3	10,2	30,7
BB	PESCA	82	0	-3,5	-21,9
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	26	0	8,3	20,8
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	427	3	21,0	5,8
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	1 550	17	7,9	17,7
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	2 560	9	7,6	14,8
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	830	3	5,3	7,7
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	1 397	3	10,3	19,1
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1 440	8	8,8	27,2
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	3	0	50,0	221,1
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	440	13	8,6	3,1
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	508	5	11,6	54,1
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1 222	15	14,5	19,3
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	2 381	7	14,3	53,1
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	1 188	6	10,0	19,3
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	563	6	11,0	43,5
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	299	10	4,9	-17,2
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	1 567	3	14,4	23,7
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	94	67	32,4	2,5
FF	CONSTRUÇÃO	10 158	26	11,5	18,3
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	32 350	84	6,3	21,5
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	5 218	4	12,8	23,3
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	3 884	63	16,0	6,8
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	700	69	3,9	17,8
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	11 066	52	13,2	10,4
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	8	0	33,3	29,8
MM	EDUCAÇÃO	641	1	4,2	7,5
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	3 464	5	14,2	22,2
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	1 886	3	4,8	-17,7
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-88,1
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	669	3	-68,4	-46,4

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE-FRT, 21/002)
Fonte: BCP

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

46 - IRC LIQUIDADO, POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (a)

CAE	DESIGNAÇÃO	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
		NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
	TOTAL	87 552	473	7,6	12,7
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	1 451	2	10,9	28,1
BB	PESCA	80	0	-7,0	11,6
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	26	0	13,0	46,5
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	424	3	20,8	5,1
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	1 543	17	8,1	18,1
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	2 557	8	7,8	15,3
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	825	3	5,6	8,0
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	1 389	2	10,2	20,6
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1 437	8	8,9	23,8
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	3	0	50,0	221,1
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	440	12	8,4	2,8
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	504	4	11,0	52,1
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1 216	15	14,5	19,4
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	2 371	7	13,7	51,2
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	1 186	6	10,3	20,3
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	552	6	9,5	31,1
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	294	9	3,5	1,4
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	1 562	3	14,5	25,4
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	94	67	30,8	2,5
FF	CONSTRUÇÃO	10 087	25	11,4	18,8
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	32 201	83	6,3	21,0
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	5 189	4	13,0	18,2
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	3 872	61	16,1	5,8
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	688	65	3,1	19,9
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	10 933	50	13,3	10,7
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	8	0	33,3	17,4
MM	EDUCAÇÃO	638	1	5,3	11,2
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	3 456	5	14,2	22,2
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	1 865	3	4,7	-19,6
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	0	0,0	-88,1
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	660	3	-68,5	-45,6

(a) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE-REF. 21-1992)
Fonte: DGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

47 - TAXAS EFECTIVAS DE IRC (a), POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (b)

CAE	DESIGNAÇÃO	TAXA EFECTIVA IRC (%)	
		1996	1997
	TOTAL	24,5	20,8
AA	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	30,9	29,1
BB	PESCA	32,8	33,3
CA	EXTRACÇÃO DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	28,4	31,8
CB	INDÚST. EXTRACTIVAS, COM EXCEPÇÃO EXTRA. DE PRODUTOS ENERGÉTICOS	33,2	31,3
DA	INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	34,0	32,6
DB	INDÚSTRIA TÉXTIL	33,4	31,7
DC	INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO	35,1	33,2
DD	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS	34,2	32,7
DE	INDÚSTRIAS DE PASTA, PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	33,4	31,6
DF	FAB. COQUE, PRODUTOS PETROLÍFEROS REFINADOS E COMBUSTÍVEL NUCLEAR	1,4	4,2
DG	FABRICAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	32,7	30,1
DH	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	25,0	23,4
DI	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	35,2	33,3
DJ	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E PRODUTOS METÁLICOS	34,1	31,9
DK	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS N.E.	34,7	33,2
DL	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	32,2	30,5
DM	FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	28,5	32,8
DN	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS N.E.	35,0	32,7
EE	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, GÁS E DE ÁGUA	35,9	33,9
FF	CONSTRUÇÃO	32,2	30,0
GG	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	27,7	28,0
HH	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	23,9	24,8
II	TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	35,0	32,7
JJ	ACTIVIDADES FINANCEIRAS	23,9	23,0
KK	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	10,0	6,4
LL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	17,2	5,8
MM	EDUCAÇÃO	22,2	21,8
NN	SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	27,4	26,9
OO	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	7,5	5,0
QQ	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	36,0	34,0
	ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	30,5	36,2

(a) TAXA EFECTIVA = IRQ LIQUIDADO / (IRAT COLECTAVEL + BENEFÍCIOS FISCAIS POR DEZ AO RENDIMENTO E AO LUCRO TRIBUTÁVEIS)

(b) CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (CAE REV. 21-1992)

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

48 - VOLUME DE NEGÓCIOS, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (b)	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	227 747	38 707	1,2	9,0
CONTINENTE	220 757	37 168	1,4	8,8
AVEIRO	14 845	1 961	6,5	7,5
BEJA	1 922	144	1,9	8,8
BRAGA	13 239	1 854	3,2	4,9
BRAGANÇA	1 615	95	0,8	9,4
CASTELO BRANCO	3 205	256	0,3	10,3
COIMBRA	7 802	743	-2,1	4,6
ÉVORA	3 024	213	1,4	7,6
FARO	10 430	541	-1,0	12,8
GUARDA	2 348	163	2,9	7,2
LEIRIA	11 337	1 135	5,9	13,4
LISBOA	74 749	19 147	-0,5	8,4
PORTALEGRE	1 924	138	5,0	2,0
PORTO	39 935	6 727	1,7	10,8
SANTARÉM	9 048	1 080	1,0	7,8
SETÚBAL	14 125	2 014	2,2	8,2
VIANA DO CASTELO	3 606	282	3,7	11,9
VILA REAL	2 373	166	4,7	8,3
VISEU	5 230	510	3,2	16,4
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	2 031	373	-1,1	4,8
ANGRA DO HEROÍSMO	481	71	-2,4	7,5
HORTA	299	23	3,8	-9,4
PONTA DELGADA	1 251	279	-1,7	5,4
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	4 959	1 166	-3,3	19,4
FUNCHAL	4 959	1 166	-3,3	19,4

(a) INCLUI DECLARAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS INACTIVOS E DOS COM ACTIVIDADE CUIO VOLUME DE NEGÓCIOS > 0

FONTE: CGD

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

49 - TOTAL DE PROVEITOS, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	195 278	43 777	1,6	11,4
CONTINENTE	189 547	41 370	1,8	10,2
AVEIRO	12 848	2 099	8,2	7,2
BEJA	1 626	159	1,5	8,6
BRAGA	11 762	1 935	5,3	5,1
BRAGANÇA	1 371	100	2,5	9,6
CASTELO BRANCO	2 727	272	2,2	10,7
COIMBRA	6 688	780	-1,7	4,7
ÉVORA	2 489	226	1,4	6,1
FARO	8 152	570	0,5	12,4
GUARDA	2 005	170	3,6	6,7
LEIRIA	9 729	1 187	6,3	13,5
LISBOA	64 098	21 961	-0,5	10,7
PORTELEGRE	1 632	146	6,0	2,0
PORTO	34 921	7 490	1,6	12,1
SANTARÉM	7 809	1 144	1,4	7,6
SETÚBAL	12 102	2 126	2,5	8,6
VIANA DO CASTELO	3 025	297	2,9	8,5
VILA REAL	2 052	177	3,3	8,8
VISEU	4 511	530	3,6	14,3
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	1 795	399	-1,7	5,0
ANGRA DO HEROÍSMO	430	73	-4,0	8,1
HORTA	254	24	1,6	-10,7
PONTA DELGADA	1 111	301	-1,5	5,7
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	3 936	2 008	-3,5	47,7
FUNCHAL	3 936	2 008	-3,5	47,7

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

50 - TOTAL DE CUSTOS, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10º ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	208 006	41 376	1,7	8,9
CONTINENTE	201 798	39 650	1,9	8,4
AVEIRO	13 642	1 998	8,0	5,7
BEJA	1 745	160	3,6	9,2
BRAGA	12 465	1 908	5,8	4,1
BRAGANÇA	1 461	100	3,4	9,5
CASTELO BRANCO	2 861	268	2,0	10,0
COIMBRA	7 121	759	-1,3	1,6
ÉVORA	2 676	223	2,4	5,7
FARO	9 076	567	0,1	10,7
GUARDA	2 138	169	4,0	3,0
LEIRIA	10 188	1 158	6,0	12,4
LISBOA	68 198	20 787	-0,6	8,7
PORTALEGRE	1 775	146	5,3	1,8
PORTO	37 140	7 215	2,0	10,2
SANTARÉM	8 238	1 122	1,6	6,2
SETÚBAL	12 865	2 073	2,4	6,6
VIANA DO CASTELO	3 237	299	3,4	8,3
VILA REAL	2 198	176	4,5	7,0
VISEU	4 774	522	3,4	13,6
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	1 871	392	-0,5	2,6
ANGRA DO HEROÍSMO	439	72	-2,7	8,2
HORTA	265	24	3,1	-9,4
PONTA DELGADA	1 167	296	-0,4	2,4
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	4 337	1 335	-3,3	29,5
FUNCHAL	4 337	1 335	-3,3	29,5

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

51 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - POSITIVO - POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	116 198	2 615	7,3	49,7
CONTINENTE	112 692	1 909	7,5	37,0
AVEIRO	8 026	105	14,2	32,4
BEJA	977	3	3,9	-9,9
BRAGA	7 219	43	9,8	21,3
BRAGANÇA	804	2	8,2	12,7
CASTELO BRANCO	1 617	7	7,7	9,8
COIMBRA	4 009	27	5,9	81,4
ÉVORA	1 499	6	7,8	15,2
FARO	4 443	17	6,5	19,6
GUARDA	1 175	4	9,7	24,3
LEIRIA	6 392	32	11,3	31,1
LISBOA	37 930	1 231	4,9	34,6
PORTALEGRE	882	3	8,5	-15,6
PORTO	20 309	312	9,1	50,9
SANTARÉM	4 831	29	5,6	43,8
SETÚBAL	6 843	66	6,6	60,5
VIANA DO CASTELO	1 712	6	9,5	5,5
VILA REAL	1 162	4	8,1	31,6
VISEU	2 862	13	5,7	18,4
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	1 266	9	4,2	37,9
ANGRA DO HEROÍSMO	343	1	-0,6	9,0
HORTA	165	0	3,8	-32,5
PONTA DELGADA	758	7	6,6	56,8
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	2 240	697	0,3	100,8
FUNCHAL	2 240	697	0,3	100,8

FONTE: CGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

52 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - NEGATIVO - POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	91 397	750	-4,5	+19,7
CONTINENTE	88 696	718	-4,4	-20,3
AVEIRO	5 580	25	0,2	-13,2
BEJA	766	7	3,1	1,0
BRAGA	5 228	28	0,6	-22,0
BRAGANÇA	650	2	-2,4	10,3
CASTELO BRANCO	1 234	6	-4,6	-14,7
COIMBRA	3 110	12	-9,0	-42,4
ÉVORA	1 178	5	-3,6	8,3
FARO	4 598	19	-5,6	-18,8
GUARDA	952	3	-2,3	-59,1
LEIRIA	3 765	13	-1,5	-27,3
LISBOA	30 156	426	-6,7	-19,9
PORCALEGRE	894	4	2,5	-14,5
PORTO	16 765	100	-5,5	-17,3
SANTARÉM	3 390	15	-3,5	-25,9
SETÚBAL	5 983	34	-2,1	-26,7
VIANA DO CASTELO	1 518	9	-1,6	-1,2
VILA REAL	1 032	4	1,5	-32,0
VISEU	1 897	8	0,2	-12,5
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	605	5	-9,2	-53,7
ANGRA DO HEROÍSMO	96	1	-11,1	22,7
HORTA	100	1	1,0	20,0
PONTA DELGADA	409	4	-10,9	-61,5
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	2 096	27	-7,0	23,6
FUNCHAL	2 096	27	-7,0	23,6

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

53 - LUCRO TRIBUTÁVEL - TOTAL - POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	123 653	2 590	6,5	39,9
CONTINENTE	120 053	1 935	6,7	24,3
AVEIRO	8 501	84	12,1	26,2
BEJA	1 018	5	3,2	-22,1
BRAGA	7 663	49	6,8	20,9
BRAGANÇA	821	3	8,5	25,9
CASTELO BRANCO	1 664	9	5,0	17,7
COIMBRA	4 287	33	4,3	52,4
ÉVORA	1 607	7	8,5	17,8
FARO	4 753	21	6,7	33,8
GUARDA	1 233	5	10,3	32,9
LEIRIA	6 681	38	10,8	23,1
LISBOA	40 766	1 321	4,4	24,4
PORTALEGRE	936	4	10,5	1,7
PORTO	21 646	209	7,9	21,0
SANTARÉM	5 058	36	5,6	35,5
SETÚBAL	7 401	85	6,4	27,9
VIANA DO CASTELO	1 810	7	8,9	4,6
VILA REAL	1 214	4	9,7	20,2
VISEU	2 994	15	7,1	8,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	1 301	11	3,4	23,3
ANGRA DO HEROÍSMO	352	2	-0,3	8,5
HORTA	172	1	6,8	-24,8
PONTA DELGADA	777	9	4,4	33,6
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	2 299	644	0,0	125,4
FUNCHAL	2 299	644	0,0	125,4

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

54 - PREJUÍZO FISCAL - TOTAL - POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁶ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	83 555	787	-5,0	-12,2
CONTINENTE	80 965	755	-4,9	-13,1
AVEIRO	5 087	30	-0,6	-48,0
BEJA	716	6	2,9	-8,2
BRAGA	4 768	31	-1,3	-6,1
BRAGANÇA	623	2	-1,9	8,3
CASTELO BRANCO	1 174	6	-2,7	0,2
COIMBRA	2 819	11	-6,6	-42,6
ÉVORA	1 063	4	-5,5	10,5
FARO	4 255	35	-6,6	68,7
GUARDA	886	3	-3,6	-58,6
LEIRIA	3 454	11	-2,1	-25,6
LISBOA	27 230	415	-7,2	-12,6
PORTALEGRE	835	4	-0,2	6,2
PORTO	15 368	134	-5,4	-4,8
SANTARÉM	3 149	13	-4,1	-31,8
SETÚBAL	5 410	29	-2,9	-23,4
VIANA DO CASTELO	1 396	8	-2,2	-6,8
VILA REAL	974	5	-0,5	34,6
VISEU	1 758	7	-2,4	-19,9
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	566	4	-8,9	-40,7
ANGRA DO HEROÍSMO	86	0	-13,1	-0,9
HORTA	92	1	-3,2	54,1
PONTA DELGADA	388	3	-9,1	-50,2
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	2 024	28	-6,4	38,5
FUNCHAL	2 024	28	-6,4	38,5

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

55 - MATÉRIA COLECTÁVEL - TOTAL - POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	89 896	2 117	7,1	41,3
CONTINENTE	87 471	1 496	7,6	19,7
AVEIRO	6 378	64	14,0	28,4
BEJA	755	4	4,4	-19,5
BRAGA	5 568	36	7,4	25,2
BRAGANÇA	590	2	10,9	28,7
CASTELO BRANCO	1 218	7	9,1	12,8
COIMBRA	3 219	18	9,6	38,0
ÉVORA	1 200	5	10,8	32,7
FARO	3 173	14	7,6	28,0
GUARDA	871	4	10,4	55,7
LEIRIA	5 024	30	11,5	25,6
LISBOA	29 816	1 029	5,3	16,9
PORTALEGRE	686	3	10,3	23,4
PORTO	15 496	174	7,6	31,7
SANTARÉM	3 681	25	7,2	22,3
SETÚBAL	5 425	61	6,9	18,3
VIANA DO CASTELO	1 218	5	11,0	2,4
VILA REAL	852	3	8,8	10,6
VISEU	2 301	12	7,9	22,7
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	982	8	6,3	27,4
ANGRA DO HEROÍSMO	286	1	0,7	9,6
HORTA	126	0	10,5	-3,1
PONTA DELGADA	570	6	8,4	34,7
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	1 443	614	-15,5	153,1
FUNCHAL	1 443	614	-15,5	153,1

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

56 - COLECTA, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10º ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	88 082	487	7,6	12,4
CONTINENTE	85 757	481	7,7	12,5
AVEIRO	6 244	20	13,7	21,3
BEJA	748	1	4,8	-24,2
BRAGA	5 466	12	7,3	18,4
BRAGANÇA	589	1	9,7	21,4
CASTELO BRANCO	1 208	2	9,6	7,5
COIMBRA	3 155	6	8,5	32,7
ÉVORA	1 202	2	11,1	23,3
FARO	3 073	4	9,4	37,5
GUARDA	863	1	10,6	47,4
LEIRIA	4 981	10	11,8	19,3
LISBOA	28 977	335	5,4	9,8
PORALEGRE	671	1	10,9	16,8
PORTO	15 300	51	7,8	24,0
SANTARÉM	3 603	8	8,1	17,2
SETÚBAL	5 343	20	6,5	7,3
VIANA DO CASTELO	1 199	2	10,4	-4,0
VILA REAL	855	1	10,8	5,6
VISEU	2 280	4	8,0	21,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	969	3	6,5	24,3
ANGRA DO HEROÍSMO	280	0	0,4	2,2
HORTA	125	0	9,6	-8,5
PONTA DELGADA	564	2	9,1	33,2
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	1 356	3	1,0	-8,3
FUNCHAL	1 356	3	1,0	-8,3

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

57 - IRC LIQUIDADO, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÔNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÔNOMAS	1997		VARIAÇÃO 1996/97 (%)	
	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR 10 ⁹ ESC	NÚMERO DE DECLARAÇÕES	VALOR
TOTAL	87 552	473	7,6	12,7
CONTINENTE	85 234	467	7,7	12,8
AVEIRO	6 190	20	13,5	21,4
BEJA	746	1	4,6	-24,5
BRAGA	5 446	10	7,1	12,6
BRAGANÇA	589	1	9,9	21,4
CASTELO BRANCO	1 206	2	9,6	15,5
COIMBRA	3 146	6	8,7	31,9
ÉVORA	1 199	2	10,9	23,5
FARO	3 015	4	8,6	21,1
GUARDA	864	1	10,8	49,4
LEIRIA	4 968	10	11,8	19,5
LISBOA	28 691	327	5,4	9,8
PORTALEGRE	670	1	11,1	17,1
PORTO	15 255	49	7,9	24,0
SANTARÉM	3 590	8	8,0	15,7
SETÚBAL	5 331	19	6,6	22,7
VIANA DO CASTELO	1 198	2	10,4	-4,3
VILA REAL	854	1	10,8	5,0
VISEU	2 276	4	8,1	17,7
REGIÃO AUTÔNOMA DOS AÇORES	964	3	7,2	25,3
ANGRA DO HEROÍSMO	281	0	1,8	4,9
HORTA	124	0	12,7	-9,4
PONTA DELGADA	559	2	9,0	34,2
REGIÃO AUTÔNOMA DA MADEIRA	1 354	3	1,0	-3,7
FUNCHAL	1 354	3	1,0	-3,7

FONTE: CGC

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

58 - TAXAS EFECTIVAS DE IRC (a), POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	TAXA EFECTIVA IRC (%)	
	1996	1997
TOTAL	24,5	20,8
CONTINENTE	31,8	30,3
AVEIRO	31,7	30,4
BEJA	35,4	33,2
BRAGA	31,2	27,9
BRAGANÇA	34,9	32,8
CASTELO BRANCO	32,5	33,3
COIMBRA	33,4	31,9
ÉVORA	34,8	32,3
FARO	33,3	31,3
GUARDA	32,3	31,9
LEIRIA	34,4	32,7
LISBOA	32,3	30,7
PORTALEGRE	34,0	32,7
PORTO	28,4	27,0
SANTARÉM	33,3	31,4
SETÚBAL	30,1	31,2
VIANA DO CASTELO	35,2	32,6
VILA REAL	34,3	33,0
VISEU	32,7	31,4
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	31,5	31,1
ANGRA DO HEROÍSMO	32,5	30,5
HORTA	35,3	33,0
PONTA DELGADA	30,9	31,1
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	0,8	0,4
FUNCHAL	0,8	0,4

(a) TAXA EFECTIVA = IRC LIQUIDADO / (IRL COLECTÁVEL - BENEFÍCIOS FISCAIS POR DEDUÇÃO RENDIMENTO E LUCRO TRIBUTÁVEL)
FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS**59 - GUIAS DE PAGAMENTO RECOLHIDAS E NOTAS DE COBRANÇA**

DESIGNAÇÃO	1997 10 ⁶ ESC
TOTAL DE IRS	667 576
TOTAL PAGO POR GUIA	631 894
RETENÇÕES DE ENTIDADES PRIVADAS	127 495
RENDIMENTOS PREDIAIS	13 387
REMUNERAÇÃO DE ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	299
JUROS DE DEPÓSITOS	16 365
TÍTULOS NOMINATIVOS	23 404
TÍTULOS AO PORTADOR	16 981
OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS	57 061
RETENÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS	115
RENDIMENTOS DE CAPITAIS	17
RENDIMENTOS PREDIAIS	99
RENDIMENTOS PAGOS A NÃO RESIDENTES	-
PAGAMENTOS POR CONTA	292 929
AUTOLIQUIDAÇÃO	211 343
JUROS COMPENSATÓRIOS	12
PAGAMENTOS EM PRESTAÇÕES	61
PAGAMENTOS EM EXECUÇÃO	24 294
TOTAL PAGO POR NOTAS DE COBRANÇA	11 327

FONTE: CGD

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO**60 - RECEITA**

1997

 10^9 ESC

DESIGNAÇÃO	ALFÂNEGAS	REPARTIÇÕES FINANÇAS	ADMINISTRAÇÃO DO IVA	TOTAL
RECEITA LÍQUIDA	154,9	59,3	1 205,8	1 420,0
RECEITAS COBRADAS	154,9	59,3	1 581,4	1 795,6
REEMBOLSOS PAGOS	-	-	375,6	375,6

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO**61 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DO IVA** **10^9 ESC**

DESIGNAÇÃO	1997
RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1 205,8
1- RECEITA	1 581,4
NORMAIS MENSAIS	1 374,3
NORMAIS TRIMESTRAIS	207,1
2- REEMBOLSOS	375,6
NORMAIS	362,5
PEQUENOS RETALHISTAS	0,0
IGREJA CATÓLICA E INST. PART. DE SOLID. SOCIAL	4,6
FORÇAS ARMADAS	4,9
ORGANISMOS DIPLOMÁTICOS	1,1
SUJEITOS PASSIVOS NÃO ESTABELECIDOS NO PAÍS	2,5
OUTROS	-

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

62 - ENQUADRAMENTO DOS SUJEITOS PASSIVOS, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÔNOMAS

1997

DISTRITOS E REGIÕES AUTÔNOMAS	NÚMERO DE SUJEITOS PASSIVOS					
	TOTAL	REGIME NORMAL MENSAL	REGIME NORMAL TRIMESTRAL	REGIME ESPECIAL PEQUENOS RETALHISTAS	REGIME ESPECIAL ISENÇÃO (ARTº. 53º.)	PRÁTICA EXCLU- SIVA DE OPER. ISENTAS S/ DIREI- TO À DEDUÇÃO (ARTº. 9º.)
TOTAL	1 325 171	89 802	591 105	26 730	483 070	134 464
CONTINENTE	1 281 919	87 297	572 686	26 250	466 724	128 962
AVEIRO	80 334	7 583	39 836	2 102	24 989	5 824
BEJA	10 102	724	10 666	389	5 082	2 241
BRAGA	72 065	6 507	38 953	2 853	18 542	5 210
BRAGANÇA	14 718	596	7 128	571	4 820	1 603
CASTELO BRANCO	20 985	1 052	11 479	554	5 889	2 011
COIMBRA	55 667	3 176	23 492	1 339	21 946	5 714
ÉVORA	23 111	1 340	11 469	344	7 708	2 250
FARO	62 086	3 010	32 930	1 062	18 658	6 426
GUARDA	16 998	963	8 918	497	5 298	1 322
LEIRIA	61 556	4 838	33 169	987	18 183	4 379
LISBOA	393 687	24 320	145 596	4 319	171 696	47 756
PORTALEGRE	14 234	862	7 605	261	4 217	1 289
PORTO	209 183	17 053	92 882	5 585	71 675	21 088
SANTARÉM	55 008	4 866	27 733	1 040	16 465	4 904
SETÚBAL	108 931	4 616	41 720	1 042	50 145	10 508
VIANA DO CASTELO	21 485	1 698	11 557	559	6 058	1 613
VILA REAL	19 517	1 061	9 267	677	6 055	2 457
VISEU	33 252	2 132	18 286	1 169	9 298	2 367
REGIÃO AUTÔNOMA DOS AÇORES	20 381	1 167	6 612	264	8 745	3 593
ANGRA DO HEROÍSMO	5 447	275	1 706	113	2 499	854
HORTA	3 809	164	1 208	17	1 234	1 186
PONTA DELGADA	11 125	728	3 698	134	5 012	1 553
REGIÃO AUTÔNOMA DA MADEIRA	22 871	1 338	11 807	216	7 601	1 909
FUNCHAL	22 871	1 338	11 807	216	7 601	1 909

FONTE: DGC/I

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

63 - VOLUME DE NEGÓCIOS, POR TAXA DE IVA E POR ACTIVIDADE ECONÓMICA (a)

ACTIVIDADE	VOLUME DE NEGÓCIOS POR TAXA DE IVA							10^6 ESC
	TOTAL	REDUZIDA	NORMAL	INTERMÉDIA	TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS	EXPORTAÇÕES PARA PAÍSES TERCEIROS	TRANSMISSÕES ISENTAS SEM DIREITO À DEDUÇÃO	
TOTAL	51 788 961	8 491 763	27 747 181	2 157 134	3 696 464	2 656 091	7 040 327	
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	697 924	490 351	134 762	14 163	22 841	22 079	13 728	
INDÚSTRIA	16 200 216	1 931 575	9 495 425	478 534	3 168 711	928 671	197 299	
ENERGIA, GÁS E ÁGUA	2 389 007	1 393 344	716 251	57 259	20 559	179 699	21 894	
TRANSPORTES	2 571 416	225 748	1 430 494	7 583	12 379	727 526	167 686	
COMÉRCIO POR GROSSO	9 630 397	2 475 845	5 909 127	468 206	284 278	341 224	151 717	
COMÉRCIO A RETALHO	8 780 247	1 567 986	6 234 514	361 754	140 555	104 705	370 734	
SERVIÇOS	11 519 755	406 913	3 826 610	769 635	47 141	352 187	6 117 269	
CONTINENTE	50 152 368	8 169 398	27 012 646	2 042 207	3 685 659	2 341 160	6 901 299	
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	678 722	476 168	133 657	13 482	22 364	21 213	11 838	
INDÚSTRIA	15 751 983	1 843 356	9 257 357	451 520	3 163 646	846 900	189 205	
ENERGIA, GÁS E ÁGUA	2 338 383	1 365 397	707 339	56 221	20 559	167 052	21 814	
TRANSPORTES	2 477 257	214 060	1 394 074	6 001	12 354	692 023	158 745	
COMÉRCIO POR GROSSO	9 240 193	2 398 249	5 756 007	438 854	281 595	225 806	139 683	
COMÉRCIO A RETALHO	8 496 503	1 505 125	6 046 879	343 687	139 970	100 796	360 046	
SERVIÇOS	11 169 326	367 043	3 717 333	732 441	45 170	287 370	6 019 968	
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	538 170	165 534	266 683	46 611	4 106	27 767	27 470	
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	13 597	11 499	710	134	289	432	533	
INDÚSTRIA	161 640	59 345	83 010	14 167	2 844	1 331	943	
ENERGIA, GÁS E ÁGUA	21 168	13 747	1 967	990	-	4 383	80	
TRANSPORTES	36 061	3 047	14 416	227	0	13 897	4 474	
COMÉRCIO POR GROSSO	107 105	34 450	55 596	11 029	658	2 820	2 553	
COMÉRCIO A RETALHO	134 584	33 008	87 405	9 538	229	965	3 438	
SERVIÇOS	64 015	10 437	23 579	10 526	86	3 939	15 448	
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	1 098 422	156 832	467 851	68 317	6 699	287 165	111 558	
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	5 604	2 684	395	547	188	434	1 357	
INDÚSTRIA	286 592	28 875	155 057	12 847	2 221	80 440	7 151	
ENERGIA, GÁS E ÁGUA	29 456	14 200	6 945	48	-	8 263	-	
TRANSPORTES	58 097	8 641	22 004	1 355	24	21 607	4 466	
COMÉRCIO POR GROSSO	283 099	43 146	97 524	18 323	2 026	112 599	9 482	
COMÉRCIO A RETALHO	149 160	29 853	100 229	8 529	355	2 944	7 249	
SERVIÇOS	286 414	29 433	85 698	26 668	1 885	60 878	81 853	

(a) CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS PORTUGUESAS POR NÍVEL DE ACTIVIDADE (CAE), REVISÃO 1-1973
FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

64 - AUTOLIQUIDAÇÃO IVA: DECOMPOSIÇÃO DA BASE SUJEITA A IMPOSTO, POR TAXAS E RESPECTIVO IMPOSTO LIQUIDADO

PERÍODO	TAXA REDUZIDA				TAXA NORMAL			
	1997 (10 ⁶ ESC)		VARIAÇÃO 96/97 (%)		1997 (10 ⁶ ESC)		VARIAÇÃO 96/97 (%)	
	BASE	IMPOSTO	BASE	IMPOSTO	BASE	IMPOSTO	BASE	IMPOSTO
TOTAL	7 661 014	380 929	1,2	1,2	25 066 050	4 237 367	10,4	10,4
TRIMESTRAL	979 181	48 810	9,0	8,8	3 586 523	604 795	8,1	8,1
1º TRIMESTRE	202 696	10 095	6,8	6,5	719 521	121 362	1,1	0,9
2º TRIMESTRE	230 816	11 483	9,6	9,1	833 077	140 605	2,2	2,2
3º TRIMESTRE	262 547	13 107	9,9	9,9	893 509	150 711	14,3	14,5
4º TRIMESTRE	283 122	14 125	9,4	9,3	1 140 416	192 117	13,1	13,0
MENSAL	6 681 833	332 119	0,1	0,1	21 479 527	3 632 572	10,8	10,8

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

64 - AUTOLIQUIDAÇÃO IVA: DECOMPOSIÇÃO DA BASE SUJEITA A IMPOSTO, POR TAXAS E RESPECTIVO IMPOSTO LIQUIDADO

(continuação)

PERÍODO	TAXA INTERMÉDIA			
	1997 (10 ⁶ ESC)		VARIAÇÃO 96/97 (%)	
	BASE	IMPOSTO	BASE	IMPOSTO
TOTAL	1 872 535	227 202	93,0	91,8
TRIMESTRAL	605 610	72 099	127,4	127,3
1º TRIMESTRE	127 809	15 221	#	#
2º TRIMESTRE	145 366	17 297	#	#
3º TRIMESTRE	170 350	20 278	37,0	36,9
4º TRIMESTRE	162 085	19 303	14,2	14,2
MENSAL	1 266 925	155 103	80,0	78,7

FONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

65 - AUTOLIQUIDAÇÃO IVA: DISTRIBUIÇÃO DA COBRANÇA BRUTA, POR ESCALÕES

ESCALÃO (VALOR DO IMPOSTO EM CONTOS)	1996							
	SUJEITOS PASSIVOS QUE ENTREGARAM DECLARAÇÕES				IMPOSTO COBRADO			
	NÚMERO	%	NÚMERO ACUMULADO	% ACUMULADA	VALOR 10 ⁶ ESC	%	VALOR ACUMULADO 10 ⁶ ESC	% ACUMULADA
TOTAL	637 942	100,000			1 449 300	100,000		
MAIS de 1 000 000	108	0,017	108	0,017	457 835	31,590	457 835	31,590
500 000 a 1 000 000	156	0,024	264	0,041	131 363	9,064	589 198	40,654
250 000 a 500 000	293	0,046	557	0,087	101 342	6,992	690 540	47,646
100 000 a 250 000	895	0,140	1 452	0,228	168 619	11,635	859 159	59,281
50 000 a 100 000	1 485	0,233	2 937	0,460	103 241	7,124	962 400	66,404
10 000 a 50 000	9 626	1,509	12 563	1,969	238 425	16,451	1 200 825	82,856
5 000 a 10 000	9 216	1,445	21 779	3,414	64 667	4,462	1 265 492	87,317
2 500 a 5 000	15 635	2,451	37 414	5,865	54 552	3,764	1 320 044	91,081
1 000 a 2 500	38 006	5,958	75 420	11,822	59 184	4,084	1 379 228	95,165
500 a 1 000	47 433	7,435	122 853	19,258	33 444	2,308	1 412 672	97,473
250 a 500	61 055	9,571	183 908	28,828	21 939	1,514	1 434 611	98,986
100 a 250	67 348	10,557	251 256	39,385	11 320	0,781	1 445 931	99,768
50 a 100	32 388	5,077	283 644	44,462	2 398	0,165	1 448 329	99,933
25 a 50	18 991	2,977	302 635	47,439	707	0,049	1 449 036	99,982
10 a 25	12 648	1,983	315 283	49,422	220	0,015	1 449 256	99,997
5 a 10	4 402	0,690	319 685	50,112	33	0,002	1 449 289	99,999
2 a 5	2 633	0,413	322 318	50,525	9	0,001	1 449 298	100,000
(b) Até 2	315 624	49,475	637 942	100,000	2	0,000	1 449 300	100,000

(a) NOS ESCALÕES DE VALOR DO IMPOSTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS A ESQUERDA E FECHADOS A DIREITA.
 (b) INCLUI OS SUJEITOS PASSIVOS QUE ENVIARAM AS DECLARAÇÕES EM CÁLCULO DE IMPOSTO OU COM INEXISTÊNCIA DE OPERAÇÕES.

PONTE: DGCI

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

65 - AUTOLIQUIDAÇÃO IVA: DISTRIBUIÇÃO DA COBRANÇA BRUTA, POR ESCALÕES

(continuação)

ESCALÃO (VALOR DO IMPOSTO EM CONTOS)	1997							
	SUJEITOS PASSIVOS QUE ENTREGARAM DECLARAÇÕES				IMPOSTO COBRADO			
	NÚMERO	%	NÚMERO ACUMULADO	% ACUMULADA	VALOR 10 ⁶ ESC	%	VALOR ACUMULADO 10 ⁶ ESC	% ACUMULADA
TOTAL	672 606	100,000			1 588 437	100,000		
MAIS de 1 000 000	119	0,018	119	0,018	528 394	33,265	528 394	33,265
500 000 a 1 000 000	157	0,023	276	0,041	110 533	6,959	638 927	40,224
250 000 a 500 000	332	0,049	608	0,090	115 150	7,249	754 077	47,473
100 000 a 250 000	989	0,147	1 597	0,237	200 582	12,628	954 659	60,101
50 000 a 100 000	1 568	0,233	3 165	0,471	129 198	8,134	1 083 857	68,234
10 000 a 50 000	10 189	1,515	13 354	1,985	242 772	15,284	1 326 629	83,518
5 000 a 10 000	9 804	1,458	23 158	3,443	68 599	4,319	1 395 228	87,837
2 500 a 5 000	16 742	2,489	39 900	5,932	58 686	3,695	1 453 914	91,531
1 000 a 2 500	40 111	5,964	80 011	11,896	62 590	3,940	1 516 504	95,471
500 a 1 000	49 701	7,389	129 712	19,285	35 128	2,211	1 551 632	97,683
250 a 500	60 372	8,976	190 084	28,261	21 760	1,370	1 573 392	99,053
100 a 250	68 264	10,149	258 348	38,410	11 420	0,719	1 584 812	99,772
50 a 100	34 631	5,149	292 979	43,559	2 562	0,161	1 587 374	99,933
25 a 50	20 763	3,087	313 742	46,646	771	0,049	1 588 145	99,982
10 a 25	13 942	2,073	327 684	48,719	242	0,015	1 588 387	99,997
5 a 10	5 008	0,745	332 692	49,463	37	0,002	1 588 424	99,999
2 a 5	3 007	0,447	335 699	49,910	11	0,001	1 588 435	100,000
(b) Até 2	336 907	50,090	672 606	100,000	2	0,000	1 588 437	100,000

(a) NOSSOS ESCALÕES DE VALOR DO IMPÔSTO, OS INTERVALOS SÃO CONSIDERADOS ABERTOS À ESQUERDA E FECHADOS À DIREITA.
 (b) INCLUI OS SUJEITOS PASSIVOS QUE ENVIARAM AS DECLARAÇÕES EM CREDITO DE IMPOSTO OU COM INEXISTÊNCIA DE OPERAÇÕES.

FONTE: DGCI

Outros Impostos



IMPOSTO DO SELO

66 - RECEITA LÍQUIDA, POR ESPÉCIE DE SELO

10^6 ESC

DESIGNAÇÃO	1997
TOTAL	196 363
ESTAMPILHAS FISCAIS	4 522
ABERTURA DE CRÉDITO	10 829
LETRAS SELADAS	8 692
LETRAS E LIVRANÇAS	12 951
SELO DE VERBA	33 122
SELO DE RECIBO	19 258
SELO OPERAÇÕES FINANCEIRAS	43 986
SELO APÓLICES DE SEGUROS - PRÉMIOS	38 062
OUTROS	24 941
CONTINENTE	190 942
ESTAMPILHAS FISCAIS	4 352
ABERTURA DE CRÉDITO	10 469
LETRAS SELADAS	8 413
LETRAS E LIVRANÇAS	12 263
SELO DE VERBA	33 041
SELO DE RECIBO	18 523
SELO OPERAÇÕES FINANCEIRAS	42 359
SELO APÓLICES DE SEGUROS - PRÉMIOS	37 684
OUTROS	23 838
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	1 971
ESTAMPILHAS FISCAIS	85
ABERTURA DE CRÉDITO	61
LETRAS SELADAS	70
LETRAS E LIVRANÇAS	148
SELO DE VERBA	56
SELO DE RECIBO	330
SELO OPERAÇÕES FINANCEIRAS	507
SELO APÓLICES DE SEGUROS - PRÉMIOS	378
OUTROS	337
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	3 449
ESTAMPILHAS FISCAIS	85
ABERTURA DE CRÉDITO	299
LETRAS SELADAS	209
LETRAS E LIVRANÇAS	540
SELO DE VERBA	25
SELO DE RECIBO	405
SELO OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1 120
SELO APÓLICES DE SEGUROS - PRÉMIOS	0
OUTROS	766

FONTE: DGC

IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS

67 - RECEITA COBRADA, POR TIPO DE PRODUTO (a)

10⁸ ESC

DESIGNAÇÃO	1997
TOTAL	459 257
GASOLINAS	246 469
PETRÓLEOS	642
GASÓLEO	203 418
FUELÓLEO	7 051
GÁS AUTO	1 677
CONTINENTE	446 310
GASOLINAS	238 648
PETRÓLEOS	636
GASÓLEO	198 330
FUELÓLEO	7 075
GÁS AUTO	1 622
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	4 396
GASOLINAS	3 212
PETRÓLEOS	2
GASÓLEO	1 205
FUELÓLEO	- 50
GÁS AUTO	28
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	8 551
GASOLINAS	4 610
PETRÓLEOS	5
GASÓLEO	3 883
FUELÓLEO	25
GÁS AUTO	27

(a) O IMPOSTO ENCONTRUA-SE DEDUZIDO DAS ISENÇÕES, SUBSIDIOS E REGULARIZAÇÕES
FONTE: DGAE/C

IMPOSTO AUTOMÓVEL**68 - RECEITA COBRADA, POR ESCALÕES DE CILINDRADA** **10^6 ESC**

ESCALÕES DE CILINDRADA EM CM³	1997
TOTAL	167 698
ATÉ 1 250	27 414
DE 1 250 A 2 500	132 876
MAIS DE 2 500	7 408
CONTINENTE	167 002
ATÉ 1 250	27 385
DE 1 250 A 2 500	132 267
MAIS DE 2 500	7 350
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	222
ATÉ 1 250	9
DE 1 250 A 2 500	194
MAIS DE 2 500	19
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	474
ATÉ 1 250	19
DE 1 250 A 2 500	415
MAIS DE 2 500	40

PONTES DA NÉC.

IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE O TABACO

69 - RECEITA COBRADA, POR REGIÃO

10⁶ ESC

REGIÃO	1997
TOTAL	177 358
CONTINENTE	172 331
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	2 300
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	2 727

FONTE: DGAE/C

IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE BEBIDAS ALCOÓLICAS E ÁLCOOL

70 - RECEITA COBRADA, POR REGIÃO

10⁶ ESC

REGIÃO	1997
TOTAL	18 172
CONTINENTE	17 700
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	143
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	330

FONTE: DGAE/C

IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE CERVEJA

71 - RECEITA COBRADA, POR REGIÃO

10⁶ ESC

REGIÃO	1997
TOTAL	16 705
CONTINENTE	16 135
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	161
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	409

FONTE: DGAE/C

CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

72 - NÚMERO DE CONTRIBUINTES E DE PRÉDIOS, VALOR PATRIMONIAL, COLECTA E COBRANÇA

DESIGNAÇÃO	1997
NÚMERO DE CONTRIBUINTES	6 222 948
ISENTOS	4 041 976
NÃO ISENTOS	2 180 972
NÚMERO DE PRÉDIOS	17 460 381
URBANOS	5 802 085
RÚSTICOS	11 658 296
VALOR PATRIMONIAL - 10⁶ ESC	13 093 058
PRÉDIOS SUJEITOS	7 750 155
URBANOS	7 573 314
RÚSTICOS	176 841
PRÉDIOS ISENTOS	5 342 903
TEMPORÁRIOS	4 155 668
URBANOS	4 155 070
RÚSTICOS	598
PERMANENTES	1 187 235
URBANOS	1 175 488
RÚSTICOS	11 747
COLECTA (a) - 10⁶ ESC	84 202
URBANA	82 786
RÚSTICA	1 416
COBRANÇA LÍQUIDA - 10⁶ ESC	73 867
COBRANÇA	76 608
ANULAÇÕES	2 741

a) NÃO INCLUI COLECTA DE ANOS ANTERIORES
PONTE: DGC

CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

73 - NÚMERO DE CONTRIBUINTES E COLECTA, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

1997

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	NÚMERO DE CONTRIBUINTES	VALOR DA COLECTA (10 ⁶ ESC)	
		URBANA	RÚSTICA
TOTAL	6 222 948	82 786	1 416
CONTINENTE	5 882 861	81 548	1 348
AVEIRO	398 704	4 132	20
BEJA	119 197	490	47
BRAGA	347 959	4 388	98
BRAGANÇA	208 259	444	16
CASTELO BRANCO	230 261	942	85
COIMBRA	401 413	2 618	29
ÉVORA	81 352	757	64
FARO	333 809	7 532	164
GUARDA	246 148	643	41
LEIRIA	375 930	2 505	49
LISBOA	856 529	27 021	36
PORCALEGRE	81 791	395	46
PORTO	599 265	16 567	35
SANTARÉM	344 797	2 240	199
SETÚBAL	343 686	7 312	36
VIANA DO CASTELO	242 543	1 332	28
VILA REAL	250 158	669	289
VISEU	421 060	1 561	66
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	166 802	467	52
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	173 285	771	16

FONTE: DGCI

PUBLICAÇÕES SOBRE ESTATÍSTICAS DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Anuário Estatístico da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

1877-1878 1885-1886
 1878-1879 1886-1887
 1879-1880 1887-1888
 1880-1881 1888-1889
 1881-1882 1889-1890
 1882-1883 1890-1891
 1883-1884 1891-1892
 1884-1885 1892-1893

Anuário Estatístico das Contribuições Directas

1893-1894 1895-1896
 1894-1895 1896-1897
 1897-1898

Estatística das Contribuições Directas (Liquidação e Cobrança)

1895-1896 a 1899-1900
 1896-1897 a 1900-1901
 1897-1898 a 1901-1902
 1898 -1899 a 1902-1903

Anuário Estatístico das Contribuições Directas

1907-1908 1909-1910
 1908-1909 1910-1911
 1911-1912

Anuário das Contribuições Directas

1912-1913 - Predial
 1912-1913 - Industrial
 1912-1913 - Rendas de casa e sumptuária
 1913-1914 - Partes I, II, III e IV
 1914-1915 - Partes I, II, III e IV
 1915-1916 - Partes I, II, III e IV
 1916-1917 - Partes I, II, III e IV
 1917-1918 - Partes I, II, III e IV
 1919 - Partes I, II, III e IV

Estatística das Contribuições e Impostos

1922-1923 a 1924-1925
 1922-1923 a 1925-1926

Contribuições Directas (Estatística especial)

1877 a 1905 - 1º e 2º Volumes
 1877 a 1908

Estatística do Real de Água e Impostos Indirectos

1884 a 1886 1896 a 1898
 1886 a 1889 1898 a 1899
 1892 a 1894 1899 a 1900
 1894 a 1896 1900 a 1901
 1901 a 1902

Estatística do Real de Água

1910-1911 a 1914-1915

Real de Água (Estatística financeira)

1915-1916

Consumo e Real de Água (Lisboa e Porto)

1908 1909 1910 1911
 1912 1913 1914 1915
 1916 1917 1918 1919
 1920 1921-1922

Imposto de Trânsito em Caminho de Ferro

1911-1912 a 1915-1916
 1916-1917 a 1918-1919

Contribuição de Registo

1911-1912 a 1914-1915
 1915-1916 a 1917-1918

Imposto do Selo

1911-1912 a 1915-1916
 1916-1917
 1917-1918 a 1918-1919

Elementos Estatísticos Relativos à Liquidação e Cobrança das Contribuições Predial e Industrial

1931-1932 1932-1933
 1933-1934 1934-1935

Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos

1936 1937 1938 1939
 1940 1941 1942 1943
 1944 1945 1946 1947
 1948 1949 1950 1951
 1952 1953 1954 1955
 1956 1957 1958 1959
 1960 1961 1962 1963
 1964 1965 1966

Estatísticas das Contribuições e Impostos

1967 1968 1969 1970
 1971 1972 1973 1974
 1975 1976 1977 1978
 1979 1980 1981 1982
 1983-1988

Estatísticas das Receitas Fiscais

1989-1992 1993-1995
 1996 1997



LISTA DE PUBLICAÇÕES

*Algumas Publicações
Editadas pelo INE*

	PORTUGAL	EUROPA	Ásia	Africa	ESPANHA	Ásia	Africa	RESTO DO MUNDO	Ásia	Africa
1	624.00	528.00	1.200.00	1.005.00	1.080.00	90.00	90.00	1.680.00	140.00	
2	1.032.00	868.00	2.500.00	2.105.00	2.520.00	210.00	3.960.00	330.00		
3	258.00	868.00	630.00	210.00	620.00	930.00	930.00	330.00		
4	172.00	868.00	420.00	210.00	420.00	210.00	660.00	330.00		
5	1.983.00	1.905.00	410.00	410.00	410.00	410.00	580.00	580.00		
6	2.280.00	1.905.00	4.920.00	4.920.00	4.920.00	4.920.00	7.080.00	590.00		
7	1.905.00	1.905.00	650.00	630.00	630.00	650.00	1.000.00	1.000.00		
8	285.00	285.00	750.00	750.00	750.00	750.00	1.150.00	1.150.00		
9	855.00	285.00	2.250.00	2.250.00	2.250.00	750.00	3.450.00	1.150.00		
10	520.00	520.00	1.100.00	1.100.00	1.100.00	1.100.00	2.100.00	2.100.00		
11	520.00	520.00	1.750.00	1.750.00	1.750.00	1.750.00	3.500.00	3.500.00		

METODOLOGIAS, NOMENCLATURAS E CONCEITOS		AVULSO	ASSIN.
Índice de Custo do Trabalho - Metodologia e 1º Resultados (1995 a 1º Trim. 1999)		600.00	5
Nomenclaturas Territoriais Designações e Códigos 1998		3.600.00	10
Classificação Nacional de Bens e Serviços 1998		12.000.00	11
ESTATÍSTICAS GERAIS			
Anuário Estatístico de Portugal 1998		10.700.00	8.600.00
Boletim Mensal de Estatística 1999 (x 12)		2.400.00	23.000.00
Indicadores Urbanos do Continente 1999		5.100.00	10
POPULAÇÃO, AMBIENTE CONDIÇÕES SOCIAIS			
Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1997		1.800.00	3.000.00
Série Estimativas Provisionais N.º 28		3.900.00	7
Portugal Social 1991/1995		6.000.00	8
Estatísticas da Proteção Social 1997		2.160.00	7
Estatísticas da Saúde 1998		9.000.00	10
Estatísticas Demográficas 1998		6.600.00	10
Estatísticas do Ambiente 1997		3.000.00	8
Estatísticas do Emprego 1999 (Trimestral)		1.300.00	4.200.00
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA			
Estatísticas da Pesca 1998		3.000.00	2.400.00
Inquérito às Plantações de Árvores de Fruto 1998		1.500.00	5
Estatísticas Agrícolas 1998		4.200.00	3.400.00
Pescas em Portugal 1986 - 1996		6.300.00	11
Contas Económicas da Agricultura 1998		1.500.00	5
Estado das Culturas e Previsão das Colheitas 1999		240.00	2.300.00
INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ENERGIA			
Estatísticas da Construção de Edifícios 1997		2.120.00	1.700.00
Estatísticas da Produção Industrial 1997		4.300.00	3.400.00
Estatísticas das Empresas - Agricultura e Indústria 1997		2.700.00	2.160.00
Índices de Produção Industrial 1999		230.00	220.000
Estatísticas das Empresas - Construção 1997		1.500.00	1.200.00
Inquérito Mensal à Construção e Obras Públicas 2000		470.00	450.00
Índices de Preços na Produção Industrial 1999		400.00	410.00
Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria 1999		380.00	3.800.00
Inquérito Mensal à Indústria Transformadora 2000		640.00	6.100.00
Inquérito Mensal de Conjuntura Serviços Prestados às Empresas 2000		210.00	2.000.00
COMÉRCIO INTERNACIONAL			
Comércio Internacional 1999		880.00	8.500.00
Estatísticas do Comércio Internacional 1998		6.100.00	6.500.00
Comércio Extra-Comunitário 1999		700.00	6.700.00
COMÉRCIO INTERNO, TURISMO E OUTROS SERVIÇOS			
Estatísticas do Turismo 1998		4.700.00	3.800.00
Estatísticas dos Transportes e Comunicações 1998		6.300.00	5.000.00
Estatísticas das Empresas - Comércio e Outros Serviços 1997		9.000.00	7.200.00
Estatísticas dos Transportes Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias 1998		1.300.00	7
Gastos dos Estrangeiros não Residentes Residentes em Portugal 1997		1.220.00	5
Estabelecimentos Comerciais 1998		900.00	720.00
Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retação 1999		190.00	1.800.00
Inquérito Mensal de Conjuntura ao Comércio 2000		950.00	9.200.00
ECONOMIA E FINANÇAS			
Estatísticas das Receitas Fiscais 1996		3.070.00	2.460.00
Estatísticas das Administrações Públicas 1997		2.300.00	1.800.00
Estatísticas Monetárias e Financeiras 1998		5.200.00	8
Sistema de Contas Integradas das Empresas 1995 - 1996		2.800.00	8
Índice de Preços no Consumidor 2000		1.200.00	12.500.00
Contas Nacionais 1995		2.070.00	5
Síntese Económica Mensal 1999		400.00	4.600.00
Contas Regionais 1995		2.900.00	7
ESTATÍSTICAS REGIONAIS			
Retrato das Regiões 1998		5.000.00	0
Anuário Estatístico da Região Lisboa e Vale do Tejo 1998		6.000.00	0
Inventário Municipal da Região Lisboa e Vale do Tejo 1998		5.970.00	0
Índice de Preços no Consumidor - Região de Lisboa e Vale do Tejo 2000 (Mensual)		570.00	5.500.00
Anuário Estatístico da Região Algarve 1998		4.000.00	0
Inventário Municipal da Região Algarve 1998		4.600.00	0
Anuário Estatístico da Região Alentejo 1998		4.500.00	0
Inventário Municipal da Região Alentejo 1998		5.000.00	0
Anuário Estatístico da Região Centro 1998		6.000.00	0
Inventário Municipal da Região Centro 1998		6.000.00	0
Anuário Estatístico da Região Norte 1998		5.000.00	0
ESTUDOS			
Revista de Estatística 1999 (quadrienal)		250.00	6.000.00

